MUNICÍPIO DE DORES DO TURVO
ESTADO DE MINAS GERAIS – CEP.: 36 513-000
RUA PAULO FERNANDES DE TARIA, 55- CENTRO-DORES DO TURVO.
licitacao@doresdoturvo.mg.gov.br
CNPJ: 18.128.249/0001-42 - tel: 0800 032 3040

Ao Serviço de Licitações e Compras do Município de Dores do Turvo/MG.

Considerando as demandas da Administração Municipal de Dores do Turvo MG.

Considerando Processo Licitatório nº 079/2026 declarado Fracassado.

Venho respeitosamente, à presença de Vossa Excelência, solicitar autorização para proceder à Abertura de Processo Licitatório, na modalidade que a Lei dispuser, objetivando a Contratação de empresa especializada para prestação de serviços em gestão e operação de canais de comunicação institucional e produção multimídia para o município, compreendendo a implementação, manutenção e operacionalização de um canal próprio de mídia indoor institucional, com veiculação de conteúdos informativos, educativos, promocionais e institucionais, alinhados às políticas públicas e à comunicação oficial do município de Dores do Turvo MG.

A descrição dos itens e quantidades a serem adquiridos segue na requisição anexa.

Termos em que, pede deferimento.

Dores do Turvo, 30 de junho de 2026.

Glauber Helcio Grossi Fernandes
Secretario de Administração

Documento de Formalização de Demanda

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO DE DORES DO TURVO, MG.

Assunto: Contratação de empresa especializada para prestação de serviços em gestão e operação de canais de comunicação institucional e produção multimídia para o município, compreendendo a implementação, manutenção e operacionalização de um canal próprio de mídia indoor institucional, com veiculação de conteúdos informativos, educativos, promocionais e institucionais, alinhados às políticas públicas e à comunicação oficial do município de Dores do Turvo MG.

Data: 30 de junho de 2026

PREFEITURA MUNICIPAL DE DORES DO TURVO - MG
03

DOCUMENTO DE FORMALIZAÇÃO DA DEMANDA – DFD

INTRODUÇÃO

De acordo com o inciso IV do art. 2º do Decreto nº 10.947, de 25 de janeiro de 2022, o Documento de Formalização de Demanda (DFD) é o documento que fundamenta o plano de contratações anual, em que a área requisitante evidencia e detalha a necessidade de contratação Adicionalmente, o art. 8º do Decreto nº 10.947, de 2022 e § 1º do art. 10 da Instrução Normativa SGD/ME nº 94, de 23 de dezembro de 2022, especificam as informações mínimas requeridas ao preenchimento do DFD no Sistema de Planejamento e Gerenciamento de Contratações (PGC), as quais serão detalhadas nos tópicos a seguir.

1- INFORMAÇÕES GERAIS

1.1- Data prevista para conclusão do processo

14 de agosto de 2026 para a conclusão da contratação, a fim de não gerar prejuízos ou descontinuidade das atividades do órgão.

Contratação de empresa especializada para prestação de serviços em gestão e operação de canais de comunicação institucional e produção multimídia para o município, compreendendo a implementação, manutenção e operacionalização de um canal próprio de mídia indoor institucional, com veiculação de conteúdos informativos, educativos, promocionais e institucionais, alinhados às políticas públicas e à comunicação oficial do município de Dores do Turvo MG.

2- JUSTIFICATIVA DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

A contratação de empresa especializada para prestação de serviços em gestão e operação de canais de comunicação institucional e produção multimídia justifica-se pela necessidade de modernização, ampliação e fortalecimento da comunicação pública do Município de Dores do Turvo, garantindo maior eficiência na divulgação de informações de interesse coletivo, transparência administrativa e aproximação entre a Administração Pública e a população.

A implementação, manutenção e operacionalização de um canal próprio de mídia indoor institucional permitirá ao Município dispor de ferramenta estratégica de comunicação contínua e acessível, destinada à veiculação de conteúdos informativos, educativos, promocionais e institucionais relacionados às ações governamentais, campanhas públicas, programas municipais, orientações à população e demais serviços de interesse social.

A contratação mostra-se necessária em razão da complexidade técnica envolvida na operação dos canais de comunicação multimídia, abrangendo atividades de planejamento, produção audiovisual, criação gráfica, edição de vídeos, gerenciamento de conteúdo, atualização sistemática das informações e suporte tecnológico especializado, demandas que exigem equipe técnica qualificada,

equipamentos adequados e expertise especifica, inexistentes ou insuficientes na estrutura administrativa municipal.

Além disso, a utilização de midia indoor institucional contribuirá para ampliar o alcance da comunicação oficial, especialmente em locais de grande circulação de cidadãos, promovendo maior efetividade na disseminação de campanhas educativas, avisos institucionais, ações de saúde, educação, assistência social, cultura, turismo e demais políticas públicas desenvolvidas pelo Municipio.

A contratação também atende aos principios constitucionais da publicidade, eficiência e transparência administrativa, previstos no artigo 37 da Constituição Federal, possibilitando comunicação pública mais dinâmica, moderna e acessivel, fortalecendo a participação social e o acesso da população às informações governamentais.

Dessa forma, a contratação pretendida revela-se indispensável para assegurar a adequada execução dos serviços de comunicação institucional do Municipio, promovendo melhoria na qualidade da informação disponibilizada à população, fortalecimento da imagem institucional da Administração Pública e maior efetividade na divulgação das ações e serviços públicos municipais.

JUSTIFICATIVA PARA ABERTURA DE NOVO PROCESSO LICITATÓRIO

A presente justificativa tem por finalidade fundamentar a abertura de novo processo licitatório visando à contratação de empresa especializada para prestação de serviços em gestão e operação de canais de comunicação institucional e produção multimídia para o Município de Dores do Turvo/MG, compreendendo a implementação, manutenção e operacionalização de um canal próprio de midia indoor institucional, destinado à veiculação de conteúdos informativos, educativos, promocionais e institucionais, em conformidade com as políticas públicas e a comunicação oficial da Administração Municipal.

Ressalta-se que o Processo Licitatório nº 079/2026, instaurado com o mesmo objeto, foi declarado fracassado, não sendo possível alcançar a contratação pretendida, em razão da inabilitação/desclassificação dos participantes, impossibilitando a adjudicação e homologação do objeto.

A necessidade da contratação permanece integralmente existente, considerando que a Administração Municipal demanda mecanismos modernos, eficientes e continuos de comunicação institucional para garantir ampla divulgação de atos administrativos, campanhas educativas, informações de utilidade pública, programas governamentais, ações das diversas secretarias municipais e demais conteúdos de interesse coletivo, fortalecendo os principios da publicidade, transparência e eficiência previstos no art. 37 da Constituição Federal.

A implementação de um canal próprio de midia indoor institucional permitirá ampliar o alcance das informações oficiais, promovendo comunicação direta com a população em locais estratégicos,

contribuindo para maior efetividade das campanhas públicas, conscientização da sociedade e fortalecimento do relacionamento entre o Poder Público e os cidadãos.

Dessa forma, considerando que o interesse público permanece presente e que a ausência da contratação poderá comprometer a divulgação de informações essenciais à população, torna-se necessária a instauração de novo procedimento licitatório, observando-se as disposições da Lei Federal nº 14.133/2021, com eventual revisão das condições do edital, caso necessária, para ampliar a competitividade do certame e possibilitar a seleção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública.

Assim, a abertura de novo processo licitatório mostra-se plenamente justificada, visando assegurar a continuidade das ações de comunicação institucional do Município de Dores do Turvo/MG, em atendimento ao interesse público e aos princípios que regem a Administração Pública.

3-MATERIAIS/SERVIÇO

Nº Item	Descrição	UND	Quantidade
01	Serviços - prestação de serviços especializados em gestão e operação de canais de comunicação institucional e produção multimídia para o município, compreendendo a implementação, manutenção e operacionalização de um canal próprio de mídia indoor institucional, com veiculação de conteúdos informativos, educativos, promocionais e institucionais, alinhados às políticas públicas e à comunicação oficial do município.	Serviço Mensal	05

4- IDENTIFICAÇÃO DA ÁREA REQUISITANTE E RESPONSÁVEIS

Glauber Hélcio Grossi Fernandes
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

Contratação de empresa especializada para prestação de serviços em gestão e operação de canais de comunicação institucional e produção multimidia para o municipio, compreendendo a implementação, manutenção e operacionalização de um canal próprio de mídia indoor institucional, com veiculação de conteúdos informativos, educativos, promocionais e institucionais, alinhados às politicas públicas e à comunicação oficial do municipio de Dores do Turvo MG.

Dores do Turvo MG, 30 de junho de 2026.

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR DA CONTRATAÇÃO

INTRODUÇÃO

O Estudo Técnico Preliminar – ETP é o documento constitutivo da primeira etapa do planejamento de uma contratação, que caracteriza o interesse público envolvido e a sua melhor solução. Ele serve de base ao Termo de Referência a ser elaborado, caso se conclua pela viabilidade da contratação.

O ETP tem por objetivo identificar e analisar os cenários para o atendimento de demanda registrada no Documento de Formalização da Demanda – DFD, bem como demonstrar a viabilidade técnica e econômica das soluções identificadas, fornecendo as informações necessárias para subsidiar a tomada de decisão e o prosseguimento do respectivo processo de contratação.

1. INFORMAÇÕES BÁSICAS

Contratação de empresa especializada para prestação de serviços em gestão e operação de canais de comunicação institucional e produção multimídia para o município, compreendendo a implementação, manutenção e operacionalização de um canal próprio de mídia indoor institucional, com veiculação de conteúdos informativos, educativos, promocionais e institucionais, alinhados às políticas públicas e à comunicação oficial do município de Dores do Turvo MG.

2. DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE

A presente contratação decorre da necessidade de o Município de Dores do Turvo fortalecer, modernizar e ampliar seus mecanismos de comunicação institucional, garantindo maior alcance, efetividade e transparência na divulgação das ações, programas, serviços e campanhas de interesse público desenvolvidos pela Administração Municipal.

Atualmente, observa-se a necessidade de implantação de ferramentas mais dinâmicas e tecnológicas de comunicação pública, capazes de proporcionar informação rápida, acessível e contínua à população, especialmente em espaços de grande circulação de pessoas. Nesse contexto, a implementação de um canal próprio de mídia indoor institucional possibilitará a veiculação estratégica de conteúdos informativos, educativos, promocionais e institucionais, contribuindo para maior aproximação entre o Poder Público e os cidadãos.

A demanda compreende serviços especializados de gestão e operação dos canais de comunicação institucional, incluindo produção multimídia, criação de conteúdos audiovisuais, peças gráficas, edição de vídeos, programação visual, atualização periódica das informações, gerenciamento técnico dos equipamentos e operacionalização do sistema de mídia indoor, assegurando padronização, qualidade técnica e alinhamento à identidade institucional do Município.

A necessidade da contratação também se fundamenta na insuficiência de estrutura técnica e operacional própria da Administração Municipal para execução integral e contínua dessas atividades, considerando que os serviços exigem profissionais qualificados, conhecimentos específicos em comunicação institucional, tecnologia audiovisual e gestão de conteúdo digital, além de equipamentos e suporte técnico especializados.

Além de promover maior transparência administrativa e publicidade dos atos públicos, a solução permitirá ampliar a divulgação de campanhas educativas e orientações de interesse coletivo nas áreas de saúde, educação, assistência social, cultura, turismo, meio ambiente, arrecadação, eventos

oficiais e demais políticas públicas municipais, favorecendo o acesso da população às informações governamentais de maneira moderna, eficiente e acessível.

Dessa forma, a contratação visa atender à necessidade de aprimoramento da comunicação pública municipal, assegurando maior eficiência na transmissão das informações institucionais, fortalecimento da imagem da Administração Pública e ampliação do acesso da população aos serviços e ações promovidos pelo Município.

3. ÁREA REQUISITANTE

SECRETARIA MUNICÍPAL DE ADMINISTRAÇÃO

4. NECESSIDADE DE NEGÓCIO

A necessidade da contratação de empresa especializada para prestação de serviços em gestão e operação de canais de comunicação institucional e produção multimídia decorre da crescente demanda do Município de Dores do Turvo por mecanismos modernos, eficientes e acessíveis de comunicação pública, capazes de garantir ampla divulgação das ações governamentais, serviços públicos, campanhas educativas e informações de interesse coletivo.

A Administração Municipal necessita de solução estruturada para implementação, manutenção e operacionalização de um canal próprio de mídia indoor institucional, destinado à transmissão contínua de conteúdos informativos, educativos, promocionais e institucionais em locais estratégicos de circulação da população, ampliando o alcance da comunicação oficial e fortalecendo a transparência administrativa.

A contratação torna-se necessária diante da ausência de estrutura técnica especializada, equipamentos adequados e equipe capacitada no quadro municipal para execução das atividades relacionadas à produção multimídia, gerenciamento de conteúdo audiovisual, programação visual, edição de vídeos, atualização de informações e operação dos sistemas de exibição digital, serviços que demandam conhecimento técnico específico e acompanhamento permanente.

Além disso, a solução contribuirá para melhorar a comunicação entre o Poder Público e a população, permitindo maior agilidade na divulgação de campanhas de saúde, educação, assistência social, eventos institucionais, orientações de utilidade pública, avisos oficiais e demais ações vinculadas às políticas públicas municipais.

A utilização de mídia indoor institucional também se apresenta como importante ferramenta de modernização administrativa, promovendo comunicação mais dinâmica, atrativa e eficiente, favorecendo o acesso da população às informações públicas e fortalecendo os princípios da publicidade, eficiência e transparência da Administração Pública.

Dessa forma, a contratação pretendida mostra-se necessária para assegurar a adequada execução dos serviços de comunicação institucional do Município, garantindo qualidade técnica, continuidade operacional, padronização das informações divulgadas e maior efetividade na interação entre a Administração Municipal e os cidadãos.

5. ESTIMATIVA DA DEMANDA - QUANTIDADE DE BENS E SERVIÇOS

Nº Item	Descrição	UND	Quantidade
01	Serviços - prestação de serviços especializados em gestão e operação de canais de comunicação institucional e produção multimídia para o município, compreendendo a implementação, manutenção e operacionalização de um canal próprio de mídia indoor institucional, com veiculação de conteúdos informativos, educativos, promocionais e institucionais, alinhados às políticas públicas e à comunicação oficial do município.	Serviço Mensal	05

6. JUSTIFICATIVA TÉCNICA / ECONOMICA DA ESCOLHA DA SOLUÇÃO

A escolha pela contratação de empresa especializada para prestação de serviços em gestão e operação de canais de comunicação institucional e produção multimídia para o Município de Dores do Turvo fundamenta-se em critérios técnicos e econômicos que demonstram ser esta a solução mais adequada, eficiente e vantajosa para atender às necessidades da Administração Pública Municipal.

Do ponto de vista técnico, a solução contempla a implementação, manutenção e operacionalização de um canal próprio de mídia indoor institucional, permitindo comunicação pública moderna, dinâmica e de amplo alcance, voltada à divulgação de conteúdos informativos, educativos, promocionais e institucionais relacionados às políticas públicas municipais. A execução desses serviços exige conhecimentos especializados em comunicação institucional, tecnologia audiovisual, produção multimídia, gestão de conteúdo digital, operação de sistemas de exibição e suporte técnico contínuo, demandas que extrapolam a capacidade operacional atualmente disponível na estrutura administrativa municipal.

A contratação de empresa especializada possibilita acesso a profissionais qualificados, ferramentas tecnológicas adequadas, equipamentos específicos e metodologias atualizadas, assegurando qualidade técnica, padronização visual, atualização contínua das informações e eficiência na operacionalização dos canais de comunicação. Além disso, garante maior confiabilidade na execução dos serviços e suporte técnico permanente para manutenção e funcionamento do sistema de mídia indoor institucional.

Sob o aspecto econômico, a terceirização dos serviços mostra-se mais vantajosa em comparação à execução direta pela Administração Municipal, considerando que a estruturação interna demandaria elevados investimentos em aquisição de equipamentos, softwares, infraestrutura tecnológica, capacitação de servidores e contratação de profissionais especializados, além dos custos contínuos de manutenção e atualização tecnológica.

A solução contratada permite racionalização dos recursos públicos, previsibilidade dos custos operacionais e otimização da gestão administrativa, uma vez que os serviços serão executados de forma integrada por empresa especializada, reduzindo despesas indiretas e minimizando riscos de descontinuidade operacional. Ademais, a contratação possibilita maior flexibilidade na atualização tecnológica e adequação dos serviços às necessidades institucionais do Município, sem a necessidade de investimentos permanentes em estrutura própria.

A escolha da solução também proporciona ganhos institucionais relevantes, como ampliação da transparência pública, fortalecimento da comunicação governamental, maior alcance das campanhas educativas e melhoria no acesso da população às informações oficiais, contribuindo para efetividade das políticas públicas e fortalecimento da relação entre Administração Pública e cidadãos.

Dessa forma, conclui-se que a contratação da solução especializada apresenta a melhor relação custo-benefício para o Município, reunindo viabilidade técnica, economicidade, eficiência operacional e atendimento adequado às necessidades da comunicação institucional municipal.

7. RESPONSÁVEIS

GLAUBER HELCIO GROSSE FERNANDES
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

8. APROVAÇÃO E DECLARAÇÃO DE CONFORMIDADE

Aprovo este Estudo Técnico Preliminar e atesto sua conformidade às disposições da Lei Federal 14.133/2021.

Dores do Turvo MG, 30 de junho de 2026

KALLIL DAHIER MOREIRA CUNHA:08600921600 Assinado de forma digital por KALLIL DAHIER MOREIRA CUNHA:08600921600

KALLIL DAHIER MOREIRA CUNHA
Prefeito Municipal

MUNICÍPIO DE DORES DO TURVO
ESTADO DE MINAS GERAIS – CEP.: 36.513-000
RUA PAULO FERNANDES DE FARIA, 55- CENTRO-DORES DO TURVO.
licitacao@doresdoturvo.mg.gov.br
CNPJ:18.128.249/0001-42 - tel: 0800 032 3040

JUSTIFICATIVA PARA ABERTURA DE NOVO PROCESSO LICITATÓRIO

A presente justificativa tem por finalidade fundamentar a abertura de novo processo licitatório visando à **contratação de empresa especializada para prestação de serviços em gestão e operação de canais de comunicação institucional e produção multimídia para o Município de Dores do Turvo/MG**, compreendendo a implementação, manutenção e operacionalização de um canal próprio de mídia indoor institucional, destinado à veiculação de conteúdos informativos, educativos, promocionais e institucionais, em conformidade com as políticas públicas e a comunicação oficial da Administração Municipal.

Ressalta-se que o **Processo Licitatório nº 079/2026**, instaurado com o mesmo objeto, foi **declarado fracassado**, não sendo possível alcançar a contratação pretendida, em razão da inabilitação/desclassificação dos participantes, impossibilitando a adjudicação e homologação do objeto.

A necessidade da contratação permanece integralmente existente, considerando que a Administração Municipal demanda mecanismos modernos, eficientes e contínuos de comunicação institucional para garantir ampla divulgação de atos administrativos, campanhas educativas, informações de utilidade pública, programas governamentais, ações das diversas secretarias municipais e demais conteúdos de interesse coletivo, fortalecendo os princípios da publicidade, transparência e eficiência previstos no art. 37 da Constituição Federal.

A implementação de um canal próprio de mídia indoor institucional permitirá ampliar o alcance das informações oficiais, promovendo comunicação direta com a população em locais estratégicos, contribuindo para maior efetividade das campanhas públicas, conscientização da sociedade e fortalecimento do relacionamento entre o Poder Público e os cidadãos.

Dessa forma, considerando que o interesse público permanece presente e que a ausência da contratação poderá comprometer a divulgação de informações essenciais à população, torna-se necessária a instauração de novo procedimento licitatório, observando-se as disposições da **Lei Federal nº 14.133/2021**, com eventual revisão das condições do edital, caso necessária, para ampliar a competitividade do certame e possibilitar a seleção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública.

Assim, a abertura de novo processo licitatório mostra-se plenamente justificada, visando assegurar a continuidade das ações de comunicação institucional do Município de Dores do Turvo/MG, em atendimento ao interesse público e aos princípios que regem a Administração Pública

Dores do Turvo, 30 de junho de 2026.

Glauber Heleno Grossi Fernandes
Secretario de Administração

PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS ESPECIALIZADOS EM GESTÃO E OPERAÇÃO DE CANAIS DE COMUNICAÇÃO INSTIRUCIONAL E PRODUÇÃO DE MULTIMIDIA

Pesquisa iniciada no dia 13/07/2026 07:28
IP: 186.232.212.155

Fls 12

Prefeitura Municipal de Dores do Turvo - MG
CNPJ: 18.128.249/0001-42
Responsável: José Ataul Coelho
Matrícula: -

Método matemático aplicado: Média Aritmética dos preços obtidos
Conforme Instrução Normativa Nº 65 de 07 de julho de 2021 (Lei nº 14.133), no Artigo 3º: "A pesquisa de preços será materializado em documento que conterá: INC I: Método matemático aplicado para a definição do valor estimado."

Lote 1 - Lote 1

Item 1	Preços	Valor Unit.	Quantidade	Total
Contratação de serviços de comunicação visual, compreendendo o forneci	4	R$ 7.400,00	1,00	R$ 7.400,00

Órgão/Empresa/Site: MIDYA PRODUTORA AUDIOVISUAL LTDA

	Fonte	Identificação	CNPJ do fornecedor	Data
1	COTAÇÃO DIRETA	63610060000146	53.610.060/0001-46	14/07/2026

Quant.	Preço	Ajuste de frete	Valor do frete	Preço ajustado
1,00	R$ 8.400,00	Não se aplica	R$ 0,00	R$ 8.400,00

Órgão/Empresa/Site: 66.035.744 JAIR DE CAMPOS JUNIOR

	Fonte	Identificação	CNPJ do fornecedor	Data
2	COTAÇÃO DIRETA	66035744000150	66.035.744/0001-50	14/07/2026

Quant.	Preço	Ajuste de frete	Valor do frete	Preço ajustado
1,00	R$ 8.100,00	Não se aplica	R$ 0,00	R$ 8.100,00

Órgão/Empresa/Site: 36.639.634 VENICIO DE AZARIO DE OLIVEIRA

	Fonte	Identificação	CNPJ do fornecedor	Data
3	COTAÇÃO DIRETA	36639634000136	36.639.634/0001-36	14/07/2026

Quant.	Preço	Ajuste de frete	Valor do frete	Preço ajustado
1,00	R$ 7.950,00	Não se aplica	R$ 0,00	R$ 7.950,00

Órgão/Empresa/Site: CAMARA MUNICIPAL DE RIO POMBA

	Razão Social do Fornecedor	CNPJ
4	ROSIMEIRE MARIA DE PAIVA	03.460.617/0190

Fonte	Identificação	Quant.	Data	Preço
PNCP	.../ais/26119390000184/2026/000001	12,00	10/03/2026	R$ 5.150,00

Média Aritmética dos preços obtidos: R$ 7.400,00

Valor Total da Cotação: R$ 7.400,00

DETALHAMENTO DOS ITENS

Lote 1 - Lote 1

Item 1: Contratação de serviços de comunicação visual, compreendendo o forneci...

Quantidade: 1,0000 UN

Descrição:

Contratação de serviços de comunicação visual, compreendendo o fornecimento dematerial, confecção e instalação de adesivos, letras-caixa e recortes em PVC Expandido,bem como o envelopamento de aparelho de ar-condicionado, a serem executados na Salad

Justificativas: -

Preço { COTAÇÃO DIRETA }[1] **R$ 8.400,00**

Órgão

Prefeitura Municipal de Dores do Turvo - MG
CNPJ: 18.128.249/0001-42
Responsável: José Abaul Coelho
Matrícula: -

MIDYA PRODUTORA AUDIOVISUAL LTDA

Objeto

Contratação de serviços de comunicação visual, compreendendo o fornecimento dematerial, confecção e instalação de adesivos, letras-caixa e recortes em PVC Expandido,bem como o envelopamento de aparelho de ar-condicionado, a serem executados na Salad

Descrição

CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS ESPECIALIZADOS EM GESTÃO E OPERAÇÃO DE CANAIS DE COMUNICAÇÃO INSTITUCIONAL E PRODUÇÃO DE MULTIMIDIA PARA O MUNICIPIO

Dados

Data: 14/07/2026 - 00:00:00 **Modalidade:** Cotação Direta **SRP:** NÃO
Fonte: COTAÇÃO DIRETA **Código do item:** CD-8 **Lote/Item:** 8
Identificação: 63610060000146
Quantidade: 1.00 **Unidade:** SE **UF:** MG
Ajuste de frete: Não se aplica **Valor do frete:** R$ 0,00
Fabricante: COTAÇÃO DIRETA Não disponibiliza essa informação.
Marca: COTAÇÃO DIRETA Não disponibiliza essa informação. **Modelo:** COTAÇÃO DIRETA Não disponibiliza essa informação.
Registro ANVISA: COTAÇÃO DIRETA Não disponibiliza essa informação.

Fornecedor

Razão Social: MIDYA PRODUTORA AUDIOVISUAL LTDA
CNPJ: 63.610.060/0001-46 **Porte:** ME
UF: MG

Preço (COTAÇÃO DIRETA)[2] **R$ 8.100,00**

Órgão

66.035.744 JAIR DE CAMPOS JUNIOR

Objeto

Contratação de serviços de comunicação visual, compreendendo o fornecimento dematerial, confecção e instalação de adesivos, letras-caixa e recortes em PVC Expandido,bem como o envelopamento de aparelho de ar-condicionado, a serem executados na Salad

Descrição

PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS ESPECIALIZADOS EM GESTÃO E OPERAÇÃO DE CANAIS DE COMUNICAÇÃO INSTIRUCIONAL E PRODUÇÃO DE MULTIMIDIA

Dados

Data: 14/07/2026 - 00:00:00 **Modalidade:** Cotação Direta **SRP:** NÃO
Fonte: COTAÇÃO DIRETA **Código do item:** CD-9 **Lote/Item:** 9
Identificação: 66035744000150
Quantidade: 1.00 **Unidade:** SE **UF:** MG
Ajuste de frete: Não se aplica **Valor do frete:** R$ 0,00
Fabricante: COTAÇÃO DIRETA Não disponibiliza essa informação.
Marca: COTAÇÃO DIRETA Não disponibiliza essa informação. **Modelo:** COTAÇÃO DIRETA Não disponibiliza essa informação.
Registro ANVISA: COTAÇÃO DIRETA Não disponibiliza essa informação.

Fornecedor

Razão Social: 66.035.744 JAIR DE CAMPOS JUNIOR
CNPJ: 66.035.744/0001-50 **Porte:** ME
UF: MG

Preço (COTAÇÃO DIRETA)[3] **R$ 7.950,00**

Órgão

36.639.634 VENICIO DLAZARO DE OLIVEIRA

Objeto

Contratação de serviços de comunicação visual, compreendendo o fornecimento dematerial, confecção e instalação de adesivos, letras-caixa e recortes em PVC Expandido,bem como o envelopamento de aparelho de ar-condicionado, a serem executados na Salad

Descrição

PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS ESPECIALIZADOS EM GESTÃO E OPERAÇÃO DE CANAIS DE COMUNICAÇÃO INSTIRUCIONAL E PRODUÇÃO DE MULTIMIDIA

Pesquisa iniciada no dia 13/07/2026 07:28
IP: 186.232.212.155



Prefeitura Municipal de Dores do Turvo - MG
CNPJ: 18.128.249/0001-42
Responsável: José Ataul Coelho
Matrícula: -

PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS ESPECIALIZADOS EM GESTÃO E OPERAÇÃO DE CANAIS DE COMUNICAÇÃO INSTIRUCIONAL E PRODUÇÃO DE MULTIMIDIA

Dados

Data: 14/07/2026 - 00:00:00 **Modalidade:** Cotação Direta **SRP:** NÃO
Fonte: COTAÇÃO DIRETA **Código do item:** CD-10 **Lote/Item:** 10
Identificação: 36639634000136
Quantidade: 1,00 **Unidade:** SE **UF:** MG
Ajuste de frete: Não se aplica **Valor do frete:** R$ 0,00
Fabricante: COTAÇÃO DIRETA Não disponibiliza essa informação.
Marca: COTAÇÃO DIRETA Não disponibiliza essa informação. **Modelo:** COTAÇÃO DIRETA Não disponibiliza essa informação.
Registro ANVISA: COTAÇÃO DIRETA Não disponibiliza essa informação.

Fornecedor

Razão Social: 36.639.634 VENICIO DLAZARO DE OLIVEIRA
CNPJ: 36.639.634/0001-36 **Porte:** ME
UF: MG

Preço (PNCP)[4] **R$ 5.150,00**

Órgão
CAMARA MUNICIPAL DE RIO POMBA

Objeto
Contratação de empresa para a prestação de serviços de apoio técnico à comunicação institucional, compreendendo o suporte gráfico para materiais informativos, a atualização de canais digitais com notícias de interesse público e a operacionalização técnica de transmissões ao vivo das reuniões ordinárias, extraordinárias, solenes e demais eventos oficiais, visando a transparência dos atos legislativos, e prestação de assessoria de imprensa e assistência de comunicação na atividade parlamentar

Descrição
Contratação de empresa para a prestação de serviços de apoio técnico à comunicação institucional, compreendendo o suporte gráfico para materiais informativos, a atualização de canais digitais com notícias de interesse público e a operacionalização técnica / Serviços - PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE COMUNICAÇÃO DIAGRAMAÇÃO DE IMAGENS E CRIAÇÃO DE ARTES PARA DIVULGAÇÃO ALIMENTAÇÃO DE NOTÍCIAS NAS REDES SOCIAIS E TRANSMISSÃO AO VIVO DAS REUNIÕES DA CÂMARA MUNICIPAL ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO PARA OS VEREADORES

Dados

Data de homologação: 10/03/2026 - 00:00:00 **Modalidade:** Outras **SRP:** NÃO
Fonte: PNCP **Código do item:** - **Lote/Item:** 1
Identificação: https://pncp.gov.br/app/editais/26119596000184/2026/000001
Quantidade: 12,00 **Unidade:** MÊS **UF:** MG
Ajuste de frete: Não se aplica **Valor do frete:** R$ 0,00
Fabricante: PNCP Não disponibiliza essa informação.
Marca: - **Modelo:** -
Registro ANVISA: -

Fornecedor

Razão Social: ROSIMEIRE MARIA DE PAIVA
CNPJ: 03.460.817/690- **Porte:**
UF: MG

Observações Gerais da Cotação

Sem Observações

Laudo da Cotação

PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS ESPECIALIZADOS EM GESTÃO E OPERAÇÃO DE CANAIS DE COMUNICAÇÃO INSTIRUCIONAL E PRODUÇÃO DE MULTIMIDIA

Pesquisa iniciada no dia 13/07/2025 07:28
IP: 186.232.212.155

FONTE DE PREÇOS

PREFEITURA MUNICIPAL DE OURES DO TURVO - MG
Fls. 15

Prefeitura Municipal de Dores do Turvo - MG
CNPJ: 18.128.249/0001-42
Responsável: José Ataul Coelho
Matrícula: -

Importante - O Fonte de preços é uma solução tecnológica que reúne diversas fontes, entre elas fontes governamentais, fontes complementares e sites de domínio amplo. O sistema atende aos parâmetros de pesquisa de acordo com as leis vigentes, Instruções normativas, regulamentos, acórdãos, portarias e decretos, desta forma afirmamos que as fontes são meios facilitadores de pesquisas ágeis, seguras e eficazes para a administração pública, sendo o servidor responsável pelo uso e seleção dos preços.

PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS ESPECIALIZADOS EM GESTÃO E OPERAÇÃO DE CANAIS DE COMUNICAÇÃO INSTIRUCIONAL E PRODUÇÃO DE MULTIMIDIA

Pesquisa iniciada no dia 13/07/2026 07:28
IP: 186.232.212.155

FONTE DE PREÇOS

PREFEITURA MUNICIPAL DE DORES DO TURVO - MG
FLS 16

Prefeitura Municipal de Dores do Turvo - MG
CNPJ: 18.138.349/0001-42
Responsável: José Ataul Coelho
Matrícula: -

INFORMAÇÕES DOS FORNECEDORES

36.639.634 VENICIO DLAZARO DE OLIVEIRA

CNPJ:	36.639.634/0001-36
EMAIL:	granvini@hotmail.com
TELEFONE:	(32) 8408-3015
ENDEREÇO:	RUA VEREADOR JOAO CEZAR MATOS - 276, CENTRO, GUIDOVAL/MG - 36515-000

66.035.744 JAIR DE CAMPOS JUNIOR

CNPJ:	66.035.744/0001-50
EMAIL:	jairjunior1107@gmail.com
TELEFONE:	(32) 9805-7885
ENDEREÇO:	RUA SANTA INES - 38, SANTO ANTONIO, SAO GERALDO/MG - 36530-000

MIDYA PRODUTORA AUDIOVISUAL LTDA

CNPJ:	63.610.060/0001-46
EMAIL:	midyaprodutora@gmail.com
TELEFONE:	(32) 9944-3736
ENDEREÇO:	AVENIDA JOSE VIEIRA DA COSTA - 147, CENTRO, COIMBRA/MG - 36550-000

ROSIMEIRE MARIA DE PAIVA

CNPJ:	084.608.176-90
EMAIL:	Não Informado
TELEFONE:	Não Informado
ENDEREÇO:	Não Informado

midya AUDIOVISUAL

Midya Produtora Audiovisual LTDA
CNPJ: 63.610.060/0001-46
Avenida José Vieira da Costa, 147 - Coimbra/MG
midyaprodutora@gmail.com | @midyaprodutora

PREFEITURA MUNICIPAL DE DORES DO TURVO - MG

ORÇAMENTO

Item	Descrição	Unidade Medida	Quantidade	Valor unitário Mensal	Valor Total
01	Prestação de serviços especializados em gestão e operação de canais de comunicação institucional e produção multimídia para o Município, compreendendo a implementação, manutenção e operacionalização de um canal próprio de mídia indoor institucional, com veiculação de conteúdos informativos, educativos, promocionais e institucionais, alinhados às políticas públicas e à comunicação oficial do Município.	Serviço Mensal	07	R$ 8.400,00	R$ 58.800,00

O serviço inclui, mas não se limita a:

1. Gestão e operacionalização do canal de mídia indoor institucional

* Criação, configuração e manutenção do canal próprio do município;

* Planejamento estratégico de conteúdos institucionais, informativos e educativos;

* Atualização e programação contínua dos conteúdos para veiculação em tempo real;

* Suporte técnico, incluindo manutenção preventiva e corretiva dos equipamentos de transmissão;

Equipamentos de transmissão por conta do contratado exceto aparelhos de TV.

* Integração com outros canais oficiais de comunicação municipal, conforme necessidade.

2. Produção audiovisual institucional

* Criação, produção e edição de vídeos institucionais, publicitários e de divulgação de serviços públicos;

* Captação profissional de fotografias e vídeos em alta resolução.

* Produção de conteúdos aéreos por meio de drones profissionais, garantindo imagens panorâmicas e detalhadas para utilização institucional;

* Cobertura de eventos institucionais, solenidades, ações sociais e mutirões de serviços públicos (conforme agenda municipal – a ser agendado - podendo ser de segunda a sexta feira, sábado, domingos e feriados- período manha, tarde ou noite);

MUNICÍPIO DE DORES DO TURVO
ESTADODEMINASGERAIS – CEP.:36.513-000
RUA PAULOFERNANDESDEFARIA, 55- CENTRO-DORESDOTURVO.
licitacao@doresdoturvo.mg.gov.br
CNPJ:18.128.249/0001-42 - tel: 0800 032 3040

Fls. 30

Jair de Campos Junior

COTAÇÃO DE PREÇO

Razão Social JAIR DE CAMPOS JUNIOR CNPJ 66.035.744/0001-50

Endereço Rua Santa Inês,Nº 38, Bairro Santo Antônio, Cidade São Geraldo MG

Telefone (32)998057885 email jairjunior1107@gmail.com

Item	Descrição	Unidade Medida	Quantidade	Valor unitário Mensal	Valor Total
01	Prestação de serviços especializados em gestão e operação de canais de comunicação institucional e produção multimídia para o Município, compreendendo a implementação, manutenção e operacionalização de um canal próprio de mídia indoor institucional, com veiculação de conteúdos informativos, educativos, promocionais e institucionais, alinhados às políticas públicas e à comunicação oficial do Município.	Serviço Mensal	07	R$ 8.100,00	R$ 56.700,00

O serviço inclui, mas não se limita a:

1. Gestão e operacionalização do canal de mídia indoor institucional

* Criação, configuração e manutenção do canal próprio do município;

* Planejamento estratégico de conteúdos institucionais, informativos e educativos;

* Atualização e programação contínua dos conteúdos para veiculação em tempo real;

* Suporte técnico, incluindo manutenção preventiva e corretiva dos equipamentos de transmissão;

Equipamentos de transmissão por conta do contratado exceto aparelhos de TV.

* Integração com outros canais oficiais de comunicação municipal, conforme necessidade.

2. Produção audiovisual institucional

* Criação, produçãoe edição de vídeos institucionais, publicitáriosededivulgação de serviços públicos;

* Captação profissional de fotografias e vídeos em alta resolução.

* Produção de conteúdos aéreos por meio de drones profissionais, garantindo imagens panorâmicas e detalhadas para utilização institucional;

* Cobertura de eventos institucionais, solenidades, ações sociais e mutirões de serviços públicos (conforme agenda municipal – a ser agendado - podendo ser de segunda a sexta feira, sábado, domingos e feriados- período manha, tarde ou noite);

Disponibilização de profissional em loco 2 (duas) dias por semana, com carga horária mínima de 4 (quatro) horas por dia para assessoria em criação de materiais digitais de áudio visual e manutenção nos equipamentos de mídia endoor ;

* Entrega de vídeos, fotos, artes gráficas e infográficos em até 24 horas após solicitação, assegurando agilidade na disponibilização de conteúdos oficiais;

* Edição profissional de vídeos e imagens, incluindo inserção de legendas, logotipos institucionais, trilhas sonoras e infográficos interativos;

* Arquivamento e organização do banco de dados multimídia para fácil acesso e reutilização de conteúdos futuros.

3. Assessoria e suporte técnico em comunicação institucional

* Orientação e consultoria na organização e execução de eventos institucionais, incluindo planejamento de agenda, logística, cronograma de cobertura e estratégias de comunicação;

* Suporte técnico e operacional durante eventos, garantindo qualidade de captação e transmissão de informações;

* Desenvolvimento de materiais complementares, como folders digitais, banners, apresentações e artes gráficas institucionais;

* Treinamento de servidores municipais na utilização de equipamentos e softwares de comunicação e produção audiovisual;

* Consultoria contínua para atualização de processos e soluções tecnológicas aplicadas à comunicação institucional.

4. Integração tecnológica e inovação

* Implementação de soluções de Tecnologia da Informação voltadas à comunicação institucional, incluindo softwares de edição, transmissão, armazenamento em nuvem e distribuição de conteúdos multimídia;

Jair de Campos Junior

* Garantia de compatibilidadecom múltiplosformatos e plataformas,assegurando ampla difusão das informações;

* Proposição de inovações e melhorias contínuas no canal de midia, visando modernização e eficiência da comunicação municipal;

* Acompanhamento de tendências e melhores práticas em comunicação institucional, tecnologia de mídia indoor e produção audiovisual.

O objeto contempla a prestação de serviços de forma integral e contínua, garantindo que a comunicação do município seja eficiente, moderna, acessível e estratégica, promovendo a transparência, valorização das políticas públicas e engajamento da população.

Local, data:

Assinatura do Responsável

gov.br Documento assinado digitalmente
JAIR DE CAMPOS JUNIOR
Data: 13/05/2026 18:53:50-0300
Verifique em https://validar.iti.gov.br

MUNICÍPIO DE DORES DO TURVO
ESTADO DE MINAS GERAIS – CEP.: 36.513-000
RUA PAULO FERNANDES DE FARIA, 55- CENTRO-DORES DO TURVO.
licitacao@doresdoturvo.mg.gov.br
CNPJ:18.128.249/0001-42 - tel: 0800 032 3040

Fls 23

COTAÇÃO DE PREÇO

Razão Social ProFilme CNPJ 36.639.634/0001-36

Endereço Rua vereador João César Matos número 276 bairro Nossa Senhora de Fátima, Centro, Guidoval, Minas Gerais

Telefone (32) 98484-7434 email granvini@hotmail.com

Item	Descrição	Unidade Medida	Quantidade	Valor unitário Mensal	Valor Total
01	Prestação de serviços especializados em gestão e operação de canais de comunicação institucional e produção multimídia para o Municipio, compreendendo a implementação, manutenção e operacionalização de um canal próprio de mídia indoor institucional, com veiculação de conteúdos informativos, educativos, promocionais e institucionais, alinhados às políticas públicas e à comunicação oficial do Municipio.	Serviço Mensal	07	R$ 7.950,00	R$ 55.650 ,00

O serviço inclui, mas não se limita a:

1. Gestão e operacionalização do canal de mídia indoor institucional

* Criação, configuração e manutenção do canal próprio do municipio;

* Planejamento estratégico de conteúdos institucionais, informativos e educativos;

* Atualização e programação contínua dos conteúdos para veiculação em tempo real;

* Suporte técnico, incluindo manutenção preventiva e corretiva dos equipamentos de transmissão;

Equipamentos de transmissão por conta do contratado exceto aparelhos de TV.

* Integração com outros canais oficiais de comunicação municipal, conforme necessidade.

2. Produção audiovisual institucional

* Criação, produção e edição de videos institucionais, publicitários e de divulgação de serviços públicos;

* Captação profissional de fotografias e videos em alta resolução.

* Produção de conteúdos aéreos por meio de drones profissionais, garantindo imagens panorâmicas e detalhadas para utilização institucional;

* Cobertura de eventos institucionais, solenidades, ações sociais e mutirões de serviços públicos (conforme agenda municipal – a ser agendado - podendo ser de segunda a sexta feira, sábado, domingos e feriados- periodo manha, tarde ou noite);

Disponibilização de profissional em loco 2 (duas) dias por semana, com carga horária minima de 4 (quatro) horas por dia para assessoria em criação de materiais digitais de áudio visual e manutenção nos equipamentos de midia endoor ;

* Entrega de vídeos, fotos, artes gráficas e infográficos em até 24 horas após solicitação, assegurando agilidade na disponibilização de conteúdos oficiais;

* Edição profissional de vídeos e imagens, incluindo inserção de legendas, logotipos institucionais, trilhas sonoras e infográficos interativos;

* Arquivamento e organização do banco de dados multimidia para fácil acesso e reutilização de conteúdos futuros.

3. Assessoria e suporte técnico em comunicação institucional

* Orientação e consultoria na organização e execução de eventos institucionais, incluindo planejamento de agenda, logistica, cronograma de cobertura e estratégias de comunicação;

* Suporte técnico e operacional durante eventos, garantindo qualidade de captação e transmissão de informações;

* Desenvolvimento de materiais complementares, como folders digitais, banners, apresentações e artes gráficas institucionais;

* Treinamento de servidores municipais na utilização de equipamentos e softwares de comunicação e produção audiovisual;

* Consultoria contínua para atualização de processos e soluções tecnológicas aplicadas à comunicação institucional.

4. Integração tecnológica e inovação

* Implementação de soluções de Tecnologia da Informação voltadas à comunicação institucional, incluindo softwares de edição, transmissão, armazenamento em nuvem e distribuição de conteúdos multimidia;

FLS 35

* Garantia de compatibilidade com múltiplos formatos e plataformas, assegurando ampla difusão das informações;

* Proposição de inovações e melhorias continuas no canal de mídia, visando modernização e eficiência da comunicação municipal;

* Acompanhamento de tendências e melhores práticas em comunicação institucional, tecnologia de mídia indoor e produção audiovisual.

O objeto contempla a prestação de serviços de forma integral e contínua, garantindo que a comunicação do município seja eficiente, moderna, acessível e estratégica, promovendo a transparência, valorização das políticas públicas e engajamento da população.

Local, data: Guidoval - Minas Gerais, 11/05/2026

Assinatura do Responsável: Venicio D Lázaro de Oliveira

gov.br Documento assinado digitalmente
VENICIO DLAZARO DE OLIVEIRA
Data: 11/05/2026 12:12:15-0300
Verifique em https://validar.iti.gov.br

PREFEITURA MUNICIPAL DE DORES DO TURVO
CNPJ: 18.128.249/0001-42
Endereço: RUA PAULO FERNANDES DE FARIA, 55, CENTRO, DORES DO TURVO - MG
Telefone: (32) 3576-1275 E-mail: prefeitura@doresdoturvo.mg.gov.br

Menor Preço | Não Cotado

Mapa de Cotação de Preço Unificado

Informações Gerais da Cotação

Cotação: 0102/2026

Aprovado Elpidio Tinoco

Data: 14/07/2026 **Validade:** 30/09/2026

Tipo Processo: SC - Solicitação Comum

Responsável pela Pesquisa: JOSE ATAUL COELHO

Justificativa: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM GESTÃO E OPERAÇÃO DE CANAIS DE COMUNICAÇÃO INSTITUCIONAL E PRODUÇÃO MULTIMÍDIA PARA O MUNICÍPIO, COMPREENDENDO A IMPLEMENTAÇÃO, MANUTENÇÃO E OPERACIONALIZAÇÃO DE UM CANAL PRÓPRIO DE MÍDIA INDOOR INSTITUCIONAL, COM VEICULAÇÃO DE CONTEÚDOS INFORMATIVOS, EDUCATIVOS, PROMOCIONAIS E INSTITUCIONAIS, ALINHADOS ÀS POLÍTICAS PÚBLICAS E À COMUNICAÇÃO OFICIAL DO MUNICÍPIO.

Valor de Referência: Preço médio e Val. Unitário em: 2 casas decimais

					Valor Ref.: Preço médio	
Nº Item	**Cód.**	**Descrição**	**UND**	**Quantidade**	**Val. Unitário**	**Val. Total**
001	1677	SERVIÇOS - PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS ESPECIALIZADOS EM GESTÃO E OPERAÇÃO DE CANAIS DE COMUNICAÇÃO INSTITUCIONAL E PRODUÇÃO MULTIMÍDIA PARA O MUNICÍPIO, COMPREENDENDO A IMPLEMENTAÇÃO, MANUTENÇÃO E OPERACIONALIZAÇÃO DE UM CANAL PRÓPRIO DE MÍDIA INDOOR INSTITUCIONAL, COM VEICULAÇÃO DE CONTEÚDOS INFORMATIVOS, EDUCATIVOS, PROMOCIONAIS E INSTITUCIONAIS, ALINHADOS ÀS POLÍTICAS PÚBLICAS E À COMUNICAÇÃO OFICIAL DO MUNICÍPIO.	SR	5	7.400,00	37.000,00
					Total ===>	37.000,00

Fornecedores

MIDYA PRODUTORA AUDIOVISUAL LTDA - CNPJ: 63.610.060/0001-46

Nº Item	**Cód.**	**Descrição**	**UND**	**Quantidade**	**Val. Unitário**	**Val. Total**
001	1677	SERVIÇOS - PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS ESPECIALIZADOS EM GESTÃO E OPERAÇÃO DE CANAIS DE COMUNICAÇÃO INSTITUCIONAL E PRODUÇÃO MULTIMÍDIA PARA O MUNICÍPIO, COMPREENDENDO A IMPLEMENTAÇÃO, MANUTENÇÃO E OPERACIONALIZAÇÃO DE UM CANAL PRÓPRIO DE MÍDIA INDOOR INSTITUCIONAL, COM VEICULAÇÃO DE CONTEÚDOS INFORMATIVOS, EDUCATIVOS, PROMOCIONAIS E INSTITUCIONAIS, ALINHADOS ÀS POLÍTICAS PÚBLICAS E À COMUNICAÇÃO OFICIAL DO MUNICÍPIO.	SR	5	8.400,00	42.000,00
					Total ===>	42.000,00

JAIR DE CAMPOS JUNIOR - CNPJ: 66.035.744/0001-50

Nº Item	**Cód.**	**Descrição**	**UND**	**Quantidade**	**Val. Unitário**	**Val. Total**
001	1677	SERVIÇOS - PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS ESPECIALIZADOS EM GESTÃO E OPERAÇÃO DE CANAIS DE COMUNICAÇÃO INSTITUCIONAL E PRODUÇÃO MULTIMÍDIA PARA O MUNICÍPIO, COMPREENDENDO A IMPLEMENTAÇÃO, MANUTENÇÃO E OPERACIONALIZAÇÃO DE UM CANAL PRÓPRIO DE MÍDIA INDOOR INSTITUCIONAL, COM VEICULAÇÃO DE CONTEÚDOS INFORMATIVOS, EDUCATIVOS, PROMOCIONAIS E INSTITUCIONAIS, ALINHADOS ÀS POLÍTICAS PÚBLICAS E À COMUNICAÇÃO OFICIAL DO MUNICÍPIO.	SR	5	8.100,00	40.500,00
					Total ===>	40.500,00

PREFEITURA MUNICIPAL DE DORES DO TURVO - MG

PROFILME MARKETING E ASSESSORIA LTDA - CNPJ: 36.639.634/0001-36

Nº Item	Cód.	Descrição	UND	Quantidade	Val. Unitário	Val. Total
001	1877	SERVIÇOS - PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS ESPECIALIZADOS EM GESTÃO E OPERAÇÃO DE CANAIS DE COMUNICAÇÃO INSTITUCIONAL E PRODUÇÃO MULTIMÍDIA PARA O MUNICÍPIO, COMPREENDENDO A IMPLEMENTAÇÃO, MANUTENÇÃO E OPERACIONALIZAÇÃO DE UM CANAL PRÓPRIO DE MÍDIA INDOOR INSTITUCIONAL, COM VEICULAÇÃO DE CONTEÚDOS INFORMATIVOS, EDUCATIVOS, PROMOCIONAIS E INSTITUCIONAIS, ALINHADOS ÀS POLÍTICAS PÚBLICAS E À COMUNICAÇÃO OFICIAL DO MUNICÍPIO.	SR	5	7.950,00	39.750,00
					Total ===>	39.750,00

ROSIMEIRE MARIA DE PAIVA 03460817690 - CNPJ: 27.942.478/0001-97

Nº Item	Cód.	Descrição	UND	Quantidade	Val. Unitário	Val. Total
001	1877	SERVIÇOS - PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS ESPECIALIZADOS EM GESTÃO E OPERAÇÃO DE CANAIS DE COMUNICAÇÃO INSTITUCIONAL E PRODUÇÃO MULTIMÍDIA PARA O MUNICÍPIO, COMPREENDENDO A IMPLEMENTAÇÃO, MANUTENÇÃO E OPERACIONALIZAÇÃO DE UM CANAL PRÓPRIO DE MÍDIA INDOOR INSTITUCIONAL, COM VEICULAÇÃO DE CONTEÚDOS INFORMATIVOS, EDUCATIVOS, PROMOCIONAIS E INSTITUCIONAIS, ALINHADOS ÀS POLÍTICAS PÚBLICAS E À COMUNICAÇÃO OFICIAL DO MUNICÍPIO.	SR	5	5.150,00	25.750,00
					Total ===>	25.750,00

PREFEITURA MUNICIPAL DE DORES DO TURVO - MG

PREFEITURA MUNICIPAL DE DORES DO TURVO
CNPJ: 18.128.249/0001-42
Endereço: RUA PAULO FERNANDES DE FARIA, 55, CENTRO, DORES DO TURVO - MG
Telefone: (32) 3576-1275 E-mail: prefeitura@doresdoturvo.mg.gov.br

Apuração

Informações Gerais da Cotação

Cotação: 0102/2026

Data: 14/07/2026 **Validade:** 30/09/2026

Tipo Processo: SC - Solicitação Comum

Responsável pela Pesquisa: JOSE ATAUL COELHO

Justificativa: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM GESTÃO E OPERAÇÃO DE CANAIS DE COMUNICAÇÃO INSTITUCIONAL E PRODUÇÃO MULTIMÍDIA PARA O MUNICÍPIO, COMPREENDENDO A IMPLEMENTAÇÃO, MANUTENÇÃO E OPERACIONALIZAÇÃO DE UM CANAL PRÓPRIO DE MÍDIA INDOOR INSTITUCIONAL, COM VEICULAÇÃO DE CONTEÚDOS INFORMATIVOS, EDUCATIVOS, PROMOCIONAIS E INSTITUCIONAIS, ALINHADOS ÀS POLÍTICAS PÚBLICAS E À COMUNICAÇÃO OFICIAL DO MUNICÍPIO.

Itens

Nº Item	Cód.	Descrição	UND	Quantidade	Val. Unitário	Val. Total
1	1677	SERVIÇOS - PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS ESPECIALIZADOS EM GESTÃO E OPERAÇÃO DE CANAIS DE COMUNICAÇÃO INSTITUCIONAL E PRODUÇÃO	SR	5.00	7,400.00	37,000.00
Fornecedor		**CPF/CNPJ**		-	-	-
ROSIMEIRE MARIA DE PAIVA 03460817690		27.942.478/0001-97		5.00	5,150.00	25,750.00
PROFILME MARKETING E ASSESSORIA LTDA		36.639.634/0001-36		5.00	7,950.00	39,750.00
JAIR DE CAMPOS JUNIOR		66.035.744/0001-60		5.00	8,100.00	40,500.00
MIDYA PRODUTORA AUDIOVISUAL LTDA		63.610.060/0001-46		5.00	8,400.00	42,000.00

MUNICÍPIO DE DORES DO TURVO
ESTADO DE MINAS GERAIS – CEP.: 36.513-000
RUA PAULO FERNANDES DE FARIA, 55- CENTRO-DORES DO TURVO.
licitacao@doresdoturvo.mg.gov.br
CNPJ: 18.128.249/0001-12 - tel.: 0800 032 3040

MEMORANDO INTERNO.
De: Setor de Licitações.
Para: Serviço Municipal da Fazenda e Contabilidade.

Para continuar os trâmites legais de instauração do processo licitatório, cujo objetivo refere-se a Contratação de empresa especializada para prestação de serviços em gestão e operação de canais de comunicação institucional e produção multimídia para o município, compreendendo a implementação, manutenção e operacionalização de um canal próprio de mídia indoor institucional, com veiculação de conteúdos informativos, educativos, promocionais e institucionais, alinhados às políticas públicas e à comunicação oficial do município de Dores do Turvo MG, no valor estimado R$ 37.000,00 (trinta e sete mil reais) conforme cotação de preço, solicito a realização de bloqueio orçamentário, bem como o estudo de impacto orçamentário-financeiro da referida despesa para o exercício de 2026.

Município de Dores do Turvo/MG, 14 de julho de 2026.

Samuel Abraão Pires
Pregoeiro Municipal

DECLARAÇÃO DE DISPONIBILIDADE ORÇAMENTÁRIA

Declaro a existência de dotação orçamentária para contratação dos objetos da cotação número 102, conforme dotação(ões) abaixo:

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

Dotação	Fonte	Descrição	Valor
3.3.90.39.00.2.03.00.04.122.0003.2.0009	1.500.000	MANUTENÇÃO ATIVIDADES DOS SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS	R$ 37.000,00
		TOTAL	**R$ 37.000,00**

Coloco-me à disposição para eventuais esclarecimentos, se necessário for.
Atenciosamente.

Dores do Turvo, 14/07/2026

DOUGLAS VIEIRA DA SILVA
CONTADOR

DECLARAÇÃO DE PROGRAMAÇÃO FINANCEIRA

Declaro que há previsão de arrecadação de receita no orçamento do corrente ano e que os pagamentos poderão ser estabelecidos de acordo com a Lei nº 14.133/21 e suas alterações posteriores.

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM GESTÃO E OPERAÇÃO DE CANAIS DE COMUNICAÇÃO INSTITUCIONAL E PRODUÇÃO MULTIMÍDIA PARA O MUNICÍPIO, COMPREENDENDO A IMPLEMENTAÇÃO, MANUTENÇÃO E OPERACIONALIZAÇÃO DE UM CANAL PRÓPRIO DE MÍDIA INDOOR INSTITUCIONAL, COM VEICULAÇÃO DE CONTEÚDOS INFORMATIVOS, EDUCATIVOS, PROMOCIONAIS E INSTITUCIONAIS, ALINHADOS ÀS POLÍTICAS PÚBLICAS E À COMUNICAÇÃO OFICIAL DO MUNICÍPIO.

Dores do Turvo, 14 de Julho de 2026.

Marcelo Lana Goulart
TESOUREIRO(A)

MUNICÍPIO DE DORES DO TURVO
ESTADO DE MINAS GERAIS – CEP.: 36.513-000
RUA PAULO FERNANDES DE FARIA, 55- CENTRO-DORES DO TURVO.
licitacao@doresdoturvo.mg.gov.br
CNPJ: 18.128.249/0001-42 - tel.: 0800 032 3040

PREFEITURA MUNICIPAL DE DORES DO TURVO - MG
32

Gabinete do Prefeito Municipal

DESPACHO:

Face o pleito exposto, na qualidade de Prefeito Municipal de Dores do Turvo/MG e na forma da Lei, defiro a abertura do Processo Licitatório para a Contratação de empresa especializada para prestação de serviços Técnicos de Contratação de empresa especializada para prestação de serviços em gestão e operação de canais de comunicação institucional e produção multimídia para o município, compreendendo a implementação, manutenção e operacionalização de um canal próprio de mídia indoor institucional, com veiculação de conteúdos informativos, educativos, promocionais e institucionais, alinhados às políticas públicas e à comunicação oficial do município de Dores do Turvo MG, condicionando-o à existência de Crédito Orçamentário e Disponibilidade Financeira, bem como, ainda, declaro para todos os efeitos legais, que a despesa objeto da abertura deste Processo Licitatório atende ao disposto nos artigos 16 e 17 da Lei Complementar nº 101/2000, tendo adequação orçamentária e financeira com a LOA e compatibilidade com o PPA e a LDO.

Dores do Turvo, 15 de julho de 2026.

KALLIL DAHIER MOREIRA CUNHA:08600921600

Assinado de forma digital por KALLIL DAHIER MOREIRA CUNHA:08600921600

KALLLI DAHIER MOREIRA CUNHA

Prefeito Municipal

33

PORTARIA Nº 002 DE 05 DE JANEIRO DE 2026.

"NOMEIA PREGOEIRO E COMISSÃO DE APOIO AO PREGÃO PARA ATUAÇÃO NA FUNÇÃO NO EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2025".

O Prefeito Municipal de Dores do Turvo/MG, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município e, diante da determinação contida na Lei Federal nº 14.133/2021;

RESOLVE:

Art. 1º. Ficam nomeados como Pregoeiro do Município de Doras do Turvo/MG e membros de apoio ao pregão, respectivamente, os seguintes servidores:

Pregoeiro: **Samuel Abraão Pires**, portador do CPF nº 095.330.036-69 e RG nº MG 16.074.618.

Membro: **Edmar Antônio Venâncio**, portador do CPF nº 112.550.456-04 e RG nº MG-16859551.

Membro: **Maria Andréa de Souza**, portador do CPF nº 090.171.696-05 e RG nº MG 15.405.527.

SUPLENTE

Membro Suplente: Mauro Lucio Marques da Cruz, portador do CPF 957.198.306-34 e RG nº MG 6872866;

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Dores do Turvo/MG, 05 de janeiro de 2026.

KALLIL DAHIER MOREIRA CUNHA:08600921600 Assinado de forma digital por KALLIL DAHIER MOREIRA CUNHA:08600921600 Dados: 2026.01.05 09:40:12 -03'00'

KALLIL DAHIER MOREIRA CUNHA
Prefeito Municipal

MUNICÍPIO DE DORES DO TURVO
ESTADO DE MINAS GERAIS – CEP.: 36.513-000
RUA PAULO FERNANDES DE FARIA, 55- CENTRO-DORES DO TURVO.
licitacao@doresdoturvo.mg.gov.br
CNPJ: 18.128.249/0001-42 - tel: 0800 032 3040

AUTUAÇÃO

Aos quinze dias do mês de julho de dois mil e vinte e seis, na sede da Prefeitura do Município de Dores do Turvo, Estado de Minas Gerais, na Rua Paulo Fernandes de Faria, Nº 55 nesta cidade, autuo os documentos que adiante seguem. Para constar, foi feita a presente autuação e procedeu-se a abertura do Processo Licitatório. Eu, Samuel Abraão Pires, Pregoeiro subscrevi.

Samuel Abraão Pires
Pregoeiro Municipal

Processo nº 103/2026
Pregão Presencial 024/2026
TIPO MENOR PREÇO GLOBAL
FUNDAMENTO LEGAL: ART 28 inciso I Lei Federal 14.133/21
DECRETO MUNICIPAL: 003/2025

OBJETO DA LICITAÇÃO: Contratação de empresa especializada para prestação de serviços em gestão e operação de canais de comunicação institucional e produção multimídia para o município, compreendendo a implementação, manutenção e operacionalização de um canal próprio de mídia indoor institucional, com veiculação de conteúdos informativos, educativos, promocionais e institucionais, alinhados às políticas públicas e à comunicação oficial do município de Dores do Turvo MG.

Valor total estimado: R$ 37.000,00 (trinta e sete mil reais)

Dotações orçamentárias:
3.3.90.39.00.2.03.00.04.122.0003.2.0009

Ordenador das despesas: Prefeito Municipal.

Trata – se de Município com 4.987 habitantes conforme censo IBGE e 2022.

MUNICÍPIO DE DORES DO TURVO
ESTADO DE MINAS GERAIS – CEP.: 36.313-000
RUA PAULO FERNANDES DE PARIA, 55- CENTRO-DORES DO TURVO
licitacao@doresdoturvo.mg.gov.br
CNPJ 18.128.249/0001-42 - tel: 0800 032 3040

JUSTIFICATIVA PREGÃO PRESENCIAL

PROCESSO Nº 103/2026
PREGÃO PRESENCIAL 024/2026
MENOR PREÇOGLOBAL
FUNDAMENTO LEGAL: ART 28 inciso I Lei Federal 14.133/21
DECRETO MUNICIPAL: 003/2025

OBJETO DA LICITAÇÃO: Contratação de empresa especializada para prestação de serviços em gestão e operação de canais de comunicação institucional e produção multimídia para o município, compreendendo a implementação, manutenção e operacionalização de um canal próprio de mídia indoor institucional, com veiculação de conteúdos informativos, educativos, promocionais e institucionais, alinhados às políticas públicas e à comunicação oficial do município de Dores do Turvo MG.

A modalidade presencial conforme disposto no Art 17&2º da Lei 14133/2021, se justifica pela celeridade na contratação, visto que o pregão presencial permiti inibir a apresentação de propostas insustentáveis que atrasariam os procedimentos na modalidade eletrônica e aumentariam seus custos.

Dentre as diversas vantagens da modalidade do pregão presencial sobre o eletrônico, frisa – se principalmente, a possibilidade de esclarecimentos imediato durante o pregão presencial e a facilidade na negociação dos preços, bem como a verificação das condições de habilitação e execução da proposta. A opção pela modalidade de pregão presencial não produz alteração no resultado final do certame, pelo contrario, permite maior redução nos preços em vista da interação do pregoeiro com os licitantes

Imperiosos destacar que, muito a lei contempla preferencialmente a modalidade de pregão eletrônico, o mesmo apresenta inúmeros custos, muitas vezes, não mensurados, não atendendo ao Principio da Economicidade, em especial para aquisição de bens e serviços de valores próximos aos limites para a dispensa de licitação, nos termo do Art 75, II da lei 147133/2021.

A lei 14133/2021 estabelece preferencialmente o pregão eletrônico e não sua obrigatoriedade, uma vez que não revogou a modalidade do pregão presencial. Dessa forma, conforme Decreto municipal 003/20205,optamos pela forma presencial visto que, além de pratico, fácil e acessivel, atinge seu fim único de toda licitação, qual seja garantir a observância do principio constitucional da isonomia, permitindo a participação de quaisquer interessados que arendam aos requisitos exigidos e a selecionar a proposta mais vantajosa mediante sessão publica por mérito de propostas de preços escritos e lances verbais, sendo os certames gravados e, as mídias com o conteúdo das gravações serão disponibilizadas no sitio oficial da Prefeitura Municipal.

Dores do Turvo, 15 de julho de 2026.

Samuel Abraão Pires
Pregoeiro Municipal

MUNICÍPIO DE DORES DO TURVO
ESTADO DE MINAS GERAIS – CEP.: 36.513-000
RUA PAULO FERNANDES DE TARIA, 55- CENTRO-DORES DO TURVO.
licitacao@doresdoturvo.mg.gov.br
CNPJ:18.128.249/0001-42 - tel: 0800 032 3040

EDITAL DE LICITAÇÃO

Processo nº 103/2026
Pregão Presencial 024/2026
TIPO MENOR PREÇO GLOBAL
MODO: ABERTO

1 – PREÂMBULO

O MUNICÍPIO DE DORES DO TURVO/MG, por intermédio de seu Pregoeiro, Sr. Samuel Abraão Pires, nomeado pela Portaria nº 002/2026, torna público para conhecimento dos interessados que fará realizar licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL, a fim de selecionar proposta para Contratação de empresa especializada para prestação de serviços em gestão e operação de canais de comunicação institucional e produção multimidia para o município, compreendendo a implementação, manutenção e operacionalização de um canal próprio de mídia indoor institucional, com veiculação de conteúdos informativos, educativos, promocionais e institucionais, alinhados às políticas públicas e à comunicação oficial do município de Dores do Turvo MG.

A abertura da sessão será às **08:00hs do dia 31 de julho de 2026**, quando serão recebidos os envelopes de **"PROPOSTA"** e **"DOCUMENTAÇÃO"**, relativos à licitação, bem como credenciados os representantes interessados.

Justificativa Pregão Presencial: Esta licitação será realizada com as condições estabelecidas neste Edital, e será regida pela Lei Federal nº 14.133/2021 e pelo Decreto Municipal nº. 003/2025, e demais legislações pertinentes ao objeto

A utilização da forma presencial no presente Pregão se justifica tendo em vista que o artigo 176 da Lei 14.133/2021 dá um prazo maior para os Municípios de até 20.000 habitantes, como é o caso de Dores do Turvo MG, se adequarem à forma eletrônica:

Art. 176. Os Municípios com até 20.000 (vinte mil) habitantes terão o prazo de 6 (seis) anos, contado da data de publicação desta Lei, para cumprimento:

(.)

II - da obrigatoriedade de realização da licitação sob a forma eletrônica a que se refere o § 2"do art. 17 desta Lei;

2.3.1 A Lei nº. 14.133/2021 também prevê, no parágrafo segundo do artigo 17 que as licitações serão realizadas preferencialmente sob a forma eletrônica, admitida a utilização da forma presencial, desde que motivada, devendo a sessão pública ser registrada em ata e gravada em áudio e vídeo.

A modalidade presencial conforme disposto no Art 17&2º da Lei 14133/2021, se justifica pela celeridade na contratação, visto que o pregão presencial permiti inibir a apresentação de propostas insustentáveis que atrasariam os procedimentos na modalidade eletrônica e aumentariam seus custos.
Dentre as diversas vantagens da modalidade do pregão presencial sobre o eletrônico, frisa – se principalmente, a possibilidade de esclarecimentos imediato durante o pregão presencial e a facilidade na negociação dos preços, bem como a verificação das condições de habilitação e execução da proposta. A opção pela modalidade de pregão presencial não produz alteração no

resultado final do certame, pelo contrario, permite maior redução nos preços em vista da interação do pregoeiro com os licitantes.
Imperiosos destacar que, muito a lei contempla preferencialmente a modalidade de pregão eletrônico, o mesmo apresenta inúmeros custos, muitas vezes, não mensurados, não atendendo ao Principio da Economicidade, em especial para aquisição de bens e serviços de valores próximos aos limites para a dispensa de licitação, nos termo do Art 75, II da lei 147133/2021.

A lei 14133/2021 estabelece preferencialmente o pregão eletrônico e não sua obrigatoriedade, uma vez que não revogou a modalidade do pregão presencial. Dessa forma, conforme Decreto municipal 003/20205, optamos pela forma presencial visto que, além de pratico, fácil e acessível, atinge seu fim único de toda licitação, qual seja garantir a observância do principio constitucional da isonomia, permitindo a participação de quaisquer interessados que atendam aos requisitos exigidos e a selecionar a proposta mais vantajosa mediante sessão publica por mérito de propostas de preços escritos e lances verbais, sendo os certames gravados e, as mídias com o conteúdo das gravações serão disponibilizadas no sitio oficial da Prefeitura Municipal.

2 – OBJETO

2.1 - Constitui objeto deste certame a Contratação de empresa especializada para prestação de serviços em gestão e operação de canais de comunicação institucional e produção multimidia para o município, compreendendo a implementação, manutenção e operacionalização de um canal próprio de mídia indoor institucional, com veiculação de conteúdos informativos, educativos, promocionais e institucionais, alinhados às politicas públicas e à comunicação oficial do município de Dores do Turvo MG, de acordo com o TERMO REFERÊNCIA - ANEXO I do presente Edital de Licitação.

3 - CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

3.1 - Poderão participar da presente licitação interessados que atendam a todas as condições do presente edital, que sejam do ramo pertinente ao objeto desta licitação.

3.2 – **Licitantes interessados deverão apresentar fora dos envelopes, no ato inicial do certame:**

I) DECLARAÇÃO DE HABILITAÇÃO (ANEXO IV);

II) CREDENCIAMENTO (ANEXO V);

III) CÓPIA DA CÉDULA DE IDENTIDADE E CPF do credenciado.

IV) CÓPIA DO CONTRATO SOCIAL COM A ÚLTIMA ALTERAÇÃO SE FOR O CASO, OU CONTRATO SOCIAL CONSOLIDADO

V) DECLARAÇÃO DE ME OU EPP (E FOR O CASO ANEXO VII)

VI) CERTIDÃO SIMPLIFICADA COM DATA NO MÁXIMO 60 (SESSENTA) DIAS

3.3 - No caso de credenciamento, referente ao dirigente, sócio ou proprietário da empresa proponente, também deverá ser apresentado o respectivo estatuto ou contrato social, e a última alteração estatutária ou contratual, se houver, no qual sejam expressos os poderes para exercer direitos e assumir obrigações em decorrência de tal investidura.

4 - ENTREGA DOS ENVELOPES

4.1 - Os envelopes **"Proposta Comercial"** e **"Documentação"** deverão ser indevassáveis,

devidamente fechados e entregues ao Pregoeiro, na sessão pública de abertura deste certame, conforme endereço, dia e horário especificados abaixo, bem como, deverão indicar em sua parte externa e frontal os seguintes dizeres:

À PREFEITURA MUNICIPAL DE DORES DO TURVO – MG ENDEREÇO RUA PAULO FERNANDES DE FARIA, Nº 55, CENTRO ENVELOPE Nº 01 "**PROPOSTA COMERCIAL**" PROCESSO Nº 103/2026 PREGÃO PRESENCIAL Nº 024/2026 ABERTURA DIA: 31/07/2026 – 08:00hs

À PREFEITURA MUNICIPAL DE DORES DO TURVO – MG ENDEREÇO RUA PAULO FERNANDES DE FARIA, Nº 55, CENTRO ENVELOPE Nº 02 "**DOCUMENTAÇÃO**" PROCESSO Nº 103/2026 PREGÃO PRESENCIAL Nº 024/2026 ABERTURA DIA: 31/07/2026 – 08:00hs

5 - DAS RESTRIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

5.1. Poderão participar deste Pregão as empresas legalmente constituídas e que comprovem possuir os requisitos mínimos de qualificação exigidos neste Edital e seus documentos complementares.

5.2. Não poderão disputar esta licitação:

5.2.1. aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

5.2.2. autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

5.2.3. empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

5.2.4. pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

5.2.5. aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

5.2.6. empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

5.2.7. pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

5.2.8. agente público do órgão ou entidade licitante;

pessoas jurídicas reunidas em consórcio;

5.2.9. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;

5.2.10. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021.

5.2.11. O impedimento será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

5.2.12. A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

5.2.13. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

5.2.14. O disposto a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.

5.2.15. Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da Lei nº 14.133/2021.

5.2.16. A vedação estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

6 - PROPOSTA COMERCIAL - ENVELOPE Nº 01

6.1 - Proposta de preços em uma via, assinada pelo licitante ou procurador em todas as suas folhas, impressa em papel preferencialmente timbrado, redigida em linguagem clara, sem emendas, rasuras ou entrelinhas, conforme ANEXO III do Edital.

6.2 - Prazo de validade da proposta é de, no mínimo, 60 (sessenta) dias, contendo os valores com no máximo 2 (duas) casas decimais após a vírgula.

6.3 – A proposta deve conter o nome da empresa, o número do CNPJ e o endereço completo contendo: telefone, email e/ou outro mecanismo para contato.

6.4 - A proposta deve conter o número do Pregão e do Processo Licitatório.

6.5 - A proposta deverá conter a especificação clara e detalhada do objeto.

7 - JULGAMENTO DAS PROPOSTAS

7.1 - Para o julgamento das propostas escritas, será considerado o menor preço

7.2 - Às proponentes licitantes que apresentarem a proposta de menor preço, as licitantes com propostas de preços até 5% (cinco por cento) superiores àquela, ou quando não houver pelos menos 3 (três) proponentes com ofertas nas condições definidas anteriormente, às Autoras das melhores propostas, até o máximo de 3 (três), será dada a oportunidade de oferecerem novos lances verbais e sucessivos, de valores distintos e decrescentes, objetivando a obtenção da melhor proposta, conforme disposto na Lei Federal nº 14133/2021.

7.3 - Após a abertura das propostas, será determinada disposição de lances verbais dos representantes das licitantes, em ordem de "maior preço para menor preço".

7.4 - Durante os lances verbais poderá o Pregoeiro fixar o importe/percentual mínimo de cada lance, a fim de vedar lances sucessivos de valores ínfimos de redução, atendidos os princípios da razoabilidade e proporcionalidade que exigirem o caso.

7.5 - Não poderá haver desistência dos lances ofertados, sujeitando-se a proponente desistente às penalidades constantes deste edital.

7.6 - Os lances inexequíveis serão descartados após sua efetiva comprovação.

7.7 - Constatado o atendimento pleno às exigências editalícias, será declarada à proponente vencedora, sendo-lhe adjudicado o objeto deste edital, pelo Prefeito Municipal.

7.8 - Poderá ser deliberado pelo Pregoeiro a possibilidade de saneamento de falhas em favor do licitante, desde que não promova situações de favorecimento ilícito ou omisso, mas sim de economia nas contratações. Todavia, há que considerar que as empresas apresentarão suas correções e todas as comprovações exigentes do Edital.

7.9 - No caso de saneamento de falhas poderá ser efetuada diligência no certame, ou mesmo abertura de prazo estipulado pelo Pregoeiro, onde deverão ser registrados os fatos em ata.

8. DA FASE DE JULGAMENTO

8.1. Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133/2021, legislação correlata, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

SICAF;

Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis); e

Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep).

A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força da vedação de que trata o artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992.

Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Pregoeiro diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas. (IN nº 3/2018, art. 29, *caput*)

A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros. (IN nº 3/2018, art. 29, §1º).

O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação. (IN nº 3/2018, art. 29, §2º).

Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs, o pregoeiro verificará se faz jus ao benefício, em conformidade com os itens.

Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o

8.2. Será desclassificada a proposta vencedora que:

contiver vícios insanáveis;

não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;

apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;

não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.

A inexequibilidade, na hipótese de que trata o **caput**, só será considerada após diligência do pregoeiro, que comprove:

que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e

inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

8.3. Caso o Termo de Referência exija a apresentação de amostra, o licitante classificado em primeiro lugar deverá apresentá-la, conforme disciplinado no Termo de Referência, sob pena de não aceitação da proposta.

Será divulgado o local e horário de realização do procedimento para a avaliação das amostras, cuja presença será facultada a todos os interessados, incluindo os demais licitantes.

Os resultados das avaliações serão divulgados no Diario Oficial.

No caso de não haver entrega da amostra ou ocorrer atraso na entrega, sem justificativa aceita pelo Pregoeiro, ou havendo entrega de amostra fora das especificações previstas neste Edital, a proposta do licitante será recusada.

Se a(s) amostra(s) apresentada(s) pelo primeiro classificado não for(em) aceita(s), o Pregoeiro analisará a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo segundo classificado. Seguir-se-á

com a verificação da(s) amostra(s) e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes no Termo de Referência.

9. DA FASE DE HABILITAÇÃO

9.1. Os documentos previstos no Termo de Referência, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021.

9.2. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre

9.3. Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

9.4. Quando permitida a participação de consórcio de empresas, a habilitação técnica, quando exigida, será feita por meio do somatório dos quantitativos de cada consorciado e, para efeito de habilitação econômico-financeira, quando exigida, será observado o somatório dos valores de cada consorciado

9.5. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original, por cópia.

9.6. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei nº 14.133/2021.

9.7. Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei (art. 63, I, da Lei nº 14.133/2021).

9.8. Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

9.9. O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir. (IN nº 3/2018, art. 4º, §1º, e art. 6º, §4º).

9.10. A verificação pelo pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

PREFEITURA MUNICIPAL - DORES DO TURVO - MG
FLS 43

9.11. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para (Lei 14.133/21, art. 64, e IN 73/2022, art. 39, §4º):

9.11.1. complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e

9.11.2. atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

9.12. Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

9.13. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital.

9.14. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

9.15. A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação (art. 4º do Decreto nº 8.538/2015).

10. Habilitação jurídica

10.1 Documentação:

a. Documento de identidade dos sócios que representam legalmente a sociedade.
b. Registro comercial, no caso de empresa individual.
c. Ato constitutivo, estatuto ou contrato social, devidamente registrado, no caso de sociedades comerciais ou empresa individual de responsabilidade limitada.
d. O documento deverá ser acompanhando da última alteração, se for o caso, ou apenas o ato constitutivo consolidado.
e. No caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleições de seus administradores.
f. Inscrição do ato constitutivo, acompanhada de prova da diretoria em exercício, no caso de sociedade civil.
g. Decreto de autorização, no caso de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no país e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo Órgão competente, quando a atividade assim o exigir.
h. Inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, no caso de empresário individual.
i. Certificado da Condição de Microempreendedor Individual – CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio www.portaldoempreendedor.gov.br, no caso de microempreendedor individual (**MEI**).
j. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

10.2. Habilitação fiscal, social e trabalhista

a) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica – CNPJ.
b) Prova de regularidade para com a Fazenda Federal e Seguridade Social, mediante apresentação de Certidão Conjunta de Débitos Relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, fornecida pela Secretaria da Receita Federal ou pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional.
c) Prova de regularidade para com a Fazenda Estadual do domicílio ou sede do licitante, mediante apresentação de certidão emitida pela Secretaria competente do Estado
d) Prova de regularidade para com a Fazenda Municipal do domicílio ou sede do licitante, mediante apresentação de certidão emitida pela secretaria competente do Município.
e) Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS, emitida pela Caixa Econômica Federal.
f) Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa.

10.3. Qualificação Econômico-Financeira

a) Certidão Negativa de Falência ou Concordata expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, ou de execução patrimonial, expedida no domicílio da pessoa física.

É admitida a participação de empresas em recuperação judicial, desde que amparadas em certidão emitida pela instância judicial competente afirmando que a interessada está apta econômica e financeiramente a participar de procedimento licitatório – Acórdão TCU 1201/2020 Plenário. (Representação, Relator Ministro Vital do Rêgo).

10.4. Qualificação Técnica:

a) Apresentação de atestado de capacidade técnica emitidos por pessoa jurídica de direito publico que comprove a realização dos serviços objeto deste edital (pelo menos 01).

10.5. Declarações

a. Declaração expressa de que o licitante não emprega trabalhador nas situações previstas no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal, assinada pelo representante legal do licitante (Modelo - ANEXO IV).

Nota 01 - A verificação pelo órgão ou entidade promotora do certame nos sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

Nota 02 - As certidões que não tenham o prazo de validade expresso no documento, ter-se-ão como válidas por 90 (noventa) dias a partir da data de sua emissão.

a. Caso admitida a participação de cooperativas, será exigida a seguinte documentação complementar:

b. A relação dos cooperados que atendem aos requisitos técnicos exigidos para a contratação e que executarão o contrato, com as respectivas atas de inscrição e a comprovação de que estão domiciliados na localidade da sede da cooperativa, respeitado o disposto nos arts. 4º, inciso XI, 21, inciso I e 42, §§2º a 6º da Lei n. 5.764, de 1971;

c. A declaração de regularidade de situação do contribuinte individual – DRSCI, para cada um dos cooperados indicados;

d. A comprovação do capital social proporcional ao número de cooperados necessários à execução contratual;

e. O registro previsto na Lei n. 5.764, de 1971, art. 107;

f. A comprovação de integração das respectivas quotas-partes por parte dos cooperados que executarão o contrato; e

g. Os seguintes documentos para a comprovação da regularidade jurídica da cooperativa: a) ata de fundação; b) estatuto social com a ata da assembleia que o aprovou; c) regimento dos fundos instituídos pelos cooperados, com a ata da assembleia; d) editais de convocação das três últimas assembleias gerais extraordinárias; e) três registros de presença dos cooperados que executarão o contrato em assembleias gerais ou nas reuniões seccionais; e f) ata da sessão que os cooperados autorizaram a cooperativa a contratar o objeto da licitação;

h. A última auditoria contábil-financeira da cooperativa, conforme dispõe o art. 112 da Lei n. 5.764, de 1971, ou uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador.

11. DO CONTRATO

11.1. Homologado o resultado da licitação, o licitante mais bem classificado terá o prazo de 05 (cinco) dias, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o contrato, cujo prazo de validade encontra-se nela fixado, sob pena de decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

11.2. O prazo de convocação poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, mediante solicitação do licitante mais bem classificado ou do fornecedor convocado, desde que:

(a) a solicitação seja devidamente justificada e apresentada dentro do prazo; e

(b) a justificativa apresentada seja aceita pela Administração.

11.3. O contrato será assinada por meio de assinatura digital, gov ou manual.

11.4. Serão formalizadas tantos Contratos quantas forem necessárias para todos os itens constantes no Termo de Referência, com a indicação do licitante vencedor, a descrição do(s) item(ns), as respectivas quantidades, preços registrados e demais condições.

11.5. O valor contratado, com a indicação dos fornecedores, será divulgado no PNCP e disponibilizado durante a vigência do contrato.

11.6. A existência do contrato implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

11.7. Na hipótese de o convocado não assinar o contrato no prazo e nas condições estabelecidas, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

12. DOS RECURSOS

12.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.

12.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

12.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

12.3.1. a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

12.3.2. o prazo para a manifestação da intenção de recorrer não será inferior a 30 (trinta) minutos.

12.3.3. o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;

12.3.4. na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no § 1º do art. 17 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação da ata de julgamento.

12.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

12.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

12.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

12.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

12.8. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

12.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no site da Prefeitura municipal.

13. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

13.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

13.1.1. deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo/a pregoeiro/a durante o certame;

13.1.2. Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:

13.1.2.1. não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

13.1.2.2. recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

13.1.2.3. pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva; ou

13.1.2.4. deixar de apresentar amostra;

13.1.2.5. apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital;

13.1.3. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

13.1.3.1. recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;

13.1.4. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação

13.1.5. fraudar a licitação

13.1.6. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

13.1.6.1. agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

13.1.6.2. induzir deliberadamente a erro no julgamento;

13.1.6.3. apresentar amostra falsificada ou deteriorada;

13.1.7. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação

13.1.8. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013.

13.2. Com fulcro na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

13.2.1. advertência;

13.2.2. multa;

13.2.3. impedimento de licitar e contratar e

13.2.4. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

13.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

13.3.1. a natureza e a gravidade da infração cometida.

13.3.2. as peculiaridades do caso concreto

13.3.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes

13.3.4. os danos que dela provierem para a Administração Pública

13.3.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

13.4. A multa será recolhida em percentual de 0,5% a 30% incidente sobre o valor do contrato licitado, recolhida no prazo máximo de 10 (**dez**) **dias** úteis, a contar da comunicação oficial.

13.4.1. Para as infrações previstas a multa será de 0,5% a 15% do valor do contrato licitado conforme art 156 da lei 14133

13.5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

13.6. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

13.7. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

13.8. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações bem como pelas infrações administrativas que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133/2021.

13.9. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação, nos termos do art. 45, §4º da IN SEGES/ME n.º 73, de 2022.

13.10. A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

13.11. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

13.12. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

13.13. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

13.14. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

14. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

14.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133, de 2021, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

14.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado no site e no Diário Oficial da Prefeitura Municipal no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados enviados por e-mail, protocolados presencialmente no setor de licitações ou via correio sendo que, a Comissão não se responsabiliza por arquivos via e-mail ou correio não chegar dentro do prazo estipulado no presente edital.

14.3. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

14.3.1. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo agente de contratação, nos autos do processo de licitação.

14.4. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

15. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

15.1. Será divulgada ata da sessão pública no site da Prefeitura Municipal.

15.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.

15.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.

15.4 A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

15.5. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

15.6. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

15.7. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

15.8. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

15.9. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

O Edital e seus anexos estão disponíveis, na integra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), e no site oficial da Prefeitura Municipal www.doresdoturvo.mg.gov..br .

15.10. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

ANEXO I - Termo de Referência

ANEXO II – Minuta Contrato

ANEXO III – PROPOSTA

DECLARAÇÕES – ANEXOS (HABILITAÇÃO IV), (CREDENCIAMENTO V), (MENOR VI) E (ME/EPP VII).

Dores do Turvo MG, 15 de julho de 2026.

KALLIL DAHIER MOREIRA CUNHA:08600921600

Assinado de forma digital por KALLIL DAHIER MOREIRA CUNHA:08600921600

Kallil Dahier Moreira Cunha

Prefeito Municipal

MUNICÍPIO DE DORES DO TURVO
ESTADO DE MINAS GERAIS – CEP.: 36.513-000
RUA PAULO FERNANDES DE FARIA, 55- CENTRO-DORES DO TURVO.
licitacao@doresdoturvo.mg.gov.br
CNPJ:18.128.249/0001-42 - tel: 0800 082 3040

TERMO DE REFERENCIA

Processo nº 103/2026
Pregão Presencial 024/2026
Menor preço global

OBJETO: Contratação de empresa especializada para prestação de serviços em gestão e operação de canais de comunicação institucional e produção multimidia para o município, compreendendo a implementação, manutenção e operacionalização de um canal próprio de midia indoor institucional. com veiculação de conteúdos informativos, educativos, promocionais e institucionais, alinhados às politicas públicas e à comunicação oficial do municipio de Dores do Turvo MG.

Justificativa:

A contratação de empresa especializada para prestação de serviços em gestão e operação de canais de comunicação institucional e produção multimidia justifica-se pela necessidade de modernização, ampliação e fortalecimento da comunicação pública do Municipio de Dores do Turvo, garantindo maior eficiência na divulgação de informações de interesse coletivo, transparência administrativa e aproximação entre a Administração Pública e a população.

A implementação, manutenção e operacionalização de um canal próprio de midia indoor institucional permitirá ao Municipio dispor de ferramenta estratégica de comunicação continua e acessível, destinada à veiculação de conteúdos informativos, educativos, promocionais e institucionais relacionados às ações governamentais, campanhas públicas, programas municipais, orientações à população e demais serviços de interesse social.

A contratação mostra-se necessária em razão da complexidade técnica envolvida na operação dos canais de comunicação multimidia, abrangendo atividades de planejamento, produção audiovisual, criação gráfica, edição de videos, gerenciamento de conteúdo, atualização sistemática das informações e suporte tecnológico especializado, demandas que exigem equipe técnica qualificada, equipamentos adequados e expertise especifica, inexistentes ou insuficientes na estrutura administrativa municipal.

Além disso, a utilização de midia indoor institucional contribuirá para ampliar o alcance da comunicação oficial, especialmente em locais de grande circulação de cidadãos, promovendo maior efetividade na disseminação de campanhas educativas, avisos institucionais, ações de saúde, educação, assistência social, cultura, turismo e demais políticas públicas desenvolvidas pelo Município.

A contratação também atende aos principios constitucionais da publicidade, eficiência e transparência administrativa, previstos no artigo 37 da Constituição Federal, possibilitando comunicação pública mais dinâmica, moderna e acessivel, fortalecendo a participação social e o acesso da população às informações governamentais.

Dessa forma, a contratação pretendida revela-se indispensável para assegurar a adequada execução dos serviços de comunicação institucional do Município, promovendo melhoria na qualidade da informação disponibilizada à população, fortalecimento da imagem institucional da Administração Pública e maior efetividade na divulgação das ações e serviços públicos municipais.

MUNICÍPIO DE DORES DO TURVO
ESTADO DE MINAS GERAIS – CEP.: 36.513-000
RUA PAULO FERNANDES DE FARIA, 55- CENTRO-DORES DO TURVO.
licitacao@doresdoturvo.mg.gov.br
CNPJ:18.128.249/0001-42 - te : 0800 082 3040

JUSTIFICATIVA PARA ABERTURA DE NOVO PROCESSO LICITATÓRIO

A presente justificativa tem por finalidade fundamentar a abertura de novo processo licitatório visando à **contratação de empresa especializada para prestação de serviços em gestão e operação de canais de comunicação institucional e produção multimidia para o Município de Dores do Turvo/MG,** compreendendo a implementação, manutenção e operacionalização de um canal próprio de midia indoor institucional, destinado à veiculação de conteúdos informativos, educativos, promocionais e institucionais, em conformidade com as políticas públicas e a comunicação oficial da Administração Municipal.

Ressalta-se que o **Processo Licitatório nº 079/2026**, instaurado com o mesmo objeto, foi **declarado fracassado**, não sendo possível alcançar a contratação pretendida, em razão da inabilitação/desclassificação dos participantes, impossibilitando a adjudicação e homologação do objeto.

A necessidade da contratação permanece integralmente existente, considerando que a Administração Municipal demanda mecanismos modernos, eficientes e contínuos de comunicação institucional para garantir ampla divulgação de atos administrativos, campanhas educativas, informações de utilidade pública, programas governamentais, ações das diversas secretarias municipais e demais conteúdos de interesse coletivo, fortalecendo os princípios da publicidade, transparência e eficiência previstos no art. 37 da Constituição Federal.

A implementação de um canal próprio de mídia indoor institucional permitirá ampliar o alcance das informações oficiais, promovendo comunicação direta com a população em locais estratégicos, contribuindo para maior efetividade das campanhas públicas, conscientização da sociedade e fortalecimento do relacionamento entre o Poder Público e os cidadãos.

Dessa forma, considerando que o interesse público permanece presente e que a ausência da contratação poderá comprometer a divulgação de informações essenciais à população, torna-se necessária a instauração de novo procedimento licitatório, observando-se as disposições da **Lei Federal nº 14.133/2021**, com eventual revisão das condições do edital, caso necessária, para ampliar a competitividade do certame e possibilitar a seleção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública.

Assim, a abertura de novo processo licitatório mostra-se plenamente justificada, visando assegurar a continuidade das ações de comunicação institucional do Município de Dores do Turvo/MG, em atendimento ao interesse público e aos princípios que regem a Administração Pública.

DO OBJETO LICITADO

Nº Item	Descrição	UND	Quantidade	Valor Unitario Medio
01	Serviços - prestação de serviços especializados em gestão e operação de canais de comunicação institucional e produção multimídia para o município, compreendendo a implementação, manutenção e operacionalização de um canal próprio de mídia indoor institucional, com veiculação de conteúdos informativos, educativos, promocionais e institucionais, alinhados às políticas públicas e à comunicação oficial do município.	Serviço Mensal	05	7.400,00

1. DA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

O serviço inclui, mas não se limita a:

1. Gestão e operacionalização do canal de midia indoor institucional
   * Criação, configuração e manutenção do canal próprio do município;
   * Planejamento estratégico de conteúdos institucionais, informativos e educativos;
   * Atualização e programação continua dos conteúdos para veiculação em tempo real,
   * Suporte técnico, incluindo manutenção preventiva e corretiva dos equipamentos de transmissão;

Equipamentos de transmissão por conta do contratado exceto aparelhos de TV.

   * Integração com outros canais oficiais de comunicação municipal, conforme necessidade.

2. Produção audiovisual institucional
   * Criação, produção e edição de videos institucionais, publicitários e de divulgação de serviços públicos;
   * Captação profissional de fotografias e vídeos em alta resolução
   * Produção de conteúdos aéreos por meio de drones profissionais, garantindo imagens panorâmicas e detalhadas para utilização institucional;
   * Cobertura de eventos institucionais, solenidades, ações sociais e mutirões de serviços públicos (conforme agenda municipal – a ser agendado - podendo ser de segunda a sexta feira, sábado, domingos e feriados- período manha, tarde ou noite).

Disponibilização de profissional em loco 2 (duas) dias por semana, com carga horária minima de 4 (quatro) horas por dia para assessoria em criação de materiais digitais de áudio visual e manutenção nos equipamentos de midia endoor :

   * Entrega de videos, fotos, artes gráficas e infográficos em até 24 horas após solicitação, assegurando agilidade na disponibilização de conteúdos oficiais;
   * Edição profissional de vídeos e imagens, incluindo inserção de legendas, logotipos institucionais, trilhas sonoras e infográficos interativos;
   * Arquivamento e organização do banco de dados multimídia para fácil acesso e reutilização de conteúdos futuros.

3. Assessoria e suporte técnico em comunicação institucional
   * Orientação e consultoria na organização e execução de eventos institucionais, incluindo planejamento de agenda, logística, cronograma de cobertura e estratégias de comunicação;
   * Suporte técnico e operacional durante eventos, garantindo qualidade de captação e transmissão de informações;
   * Desenvolvimento de materiais complementares, como folders digitais, banners, apresentações e artes gráficas institucionais;
   * Treinamento de servidores municipais na utilização de equipamentos e softwares de comunicação e produção audiovisual,
   * Consultoria continua para atualização de processos e soluções tecnológicas aplicadas à comunicação institucional.

4. Integração tecnológica e inovação
   * Implementação de soluções de Tecnologia da Informação voltadas à comunicação institucional, incluindo softwares de edição, transmissão, armazenamento em nuvem e distribuição de conteúdos multimidia,
   * Garantia de compatibilidade com múltiplos formatos e plataformas, assegurando ampla difusão das informações;
   * Proposição de inovações e melhorias contínuas no canal de mídia, visando modernização e eficiência da comunicação municipal;
   * Acompanhamento de tendências e melhores práticas em comunicação institucional, tecnologia de midia indoor e produção audiovisual.

O objeto contempla a prestação de serviços de forma integral e continua, garantindo que a comunicação do município seja eficiente, moderna, acessível e estratégica, promovendo a transparência, valorização das políticas públicas e engajamento da população.

O serviço que eventualmente apresentar indícios de adulteração sujeitará a empresa responsável a responder por sanções administrativas, civeis e criminais previstas na Lei Federal nº 14133/2021, com suas posteriores alterações;

Serão requeridos 3 (três) dias úteis para conferência/assinatura da nota fiscal.

Despesas com materiais e equipamentos para a prestação de serviços, transporte, alimentação, hospedagens e impostos por conta da contratada.

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em Tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

3. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Sustentabilidade:

Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis.

Indicação de marcas ou modelos (Art. 41, inciso I, da Lei nº 14.133, de 2021):

Na presente não há indicações de Marcas

Da exigência de amostra: Não será exigido amostra.

Subcontratação: Não é admitida a subcontratação do objeto contratual.

4. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

Garantia, manutenção e assistência técnica

Não haverá exigência da garantia da contratação dos arts. 96 e seguintes da Lei nº 14.133/21

Notificação: A empresa que não atender a ordem de fornecimento /serviço no prazo estimado, será notificada.

Uma vez notificado, o Contratado realizará a substituição que apresentarem vicio ou estragos no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, contados a partir da data notificação.

O prazo indicado no subitem anterior, durante seu transcurso, poderá ser prorrogado uma única vez, por igual periodo, mediante solicitação escrita e justificada do Contratado, aceita pelo Contratante.

O custo referente ao transporte, alimentação e hospedagem para entrega será de responsabilidade do Contratado.

MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

6. Fiscalização

A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput).

6.1. Fiscalização Técnica

O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VI);

O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º, e Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, II);

Identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, III);

O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, IV).

No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, V).

O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VII).

Fiscalização Administrativa

O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário (Art. 23, I e II, do Decreto nº 11.246, de 2022).

Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência; (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 23, IV).

6.2 Além do disposto acima, a fiscalização contratual obedecerá às seguintes rotinas:

Relatórios de cadastro e prestação dos serviços devidamente assinado pelos produtores.

7. Gestor do Contrato

O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, IV).

O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, II).

O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, III)

O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VIII).

O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, X).

O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VI).

O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

Cada secretario requisitante é o responsável pelo recebimento e conferencia.

8. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

8.1 Recebimento

O recebimento sera recebido provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

Os recebimentos poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 05 (cinco) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de 03 (três) dias úteis, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.

O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

O prazo para a solução, pelo contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança dos bens nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

8.2 Liquidação

Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, §3º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.

O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, no caso de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021.

Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como

o prazo de validade,

a data da emissão;

os dados do contrato e do órgão contratante;

o período respectivo de execução do contrato,

o valor a pagar; e

eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante;

A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.

A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital; b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas (INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 3, DE 26 DE ABRIL DE 2018).

Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

8.3 Prazo de pagamento

O pagamento será efetuado mensalmente ate o dia 15 (quinze) de cada mês.

O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

Antecipação de pagamento: Não haverá antecipação de pagamentos

Cessão de crédito: É admitida a cessão fiduciária de direitos creditícios com instituição financeira, nos termos e de acordo com os procedimentos previstos na Instrução Normativa SEGES/ME nº 53, de 8 de Julho de 2020, conforme as regras deste presente tópico.

As cessões de crédito não abrangidas pela Instrução Normativa SEGES/ME nº 53, de 8 de julho de 2020 dependerão de prévia aprovação do contratante.

A eficácia da cessão de crédito não abrangidas pela Instrução Normativa SEGES/ME nº 53, de 8 de julho de 2020, em relação à Administração, está condicionada à celebração de termo aditivo ao contrato administrativo.

Sem prejuízo do regular atendimento da obrigação contratual de cumprimento de todas as condições de habilitação por parte do contratado (cedente), a celebração do aditamento de cessão de crédito e a realização dos pagamentos respectivos também se condicionam à regularidade fiscal e trabalhista do cessionário, bem como à certificação de que o cessionário não se encontra impedido de licitar e contratar com o Poder Público, conforme a legislação em vigor, ou de receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, conforme o art. 12 da Lei nº 8.429, de 1992, nos termos do Parecer JL-01, de 18 de maio de 2020.

O crédito a ser pago à cessionária é exatamente aquele que seria destinado à cedente (contratado) pela execução do objeto contratual, restando absolutamente incólumes todas as defesas e exceções ao pagamento e todas as demais cláusulas exorbitantes ao direito comum aplicáveis no regime jurídico de direito público incidente sobre os contratos administrativos, incluindo a possibilidade de pagamento em conta vinculada ou de pagamento pela efetiva comprovação do fato gerador, quando for o caso, e o desconto de multas, glosas e prejuízos causados à Administração. (INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 53, DE 8 DE JULHO DE 2020 e Anexos)

A cessão de crédito não afetará a execução do objeto contratado, que continuará sob a integral responsabilidade do contratado.

9. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E FORMA DE REALIZAÇÃO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma PRESENCIAL, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO GLOBAL.

10. VALOR ESTIMADO

Valor total estimado consta na tabela acima.

11. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas decorrentes da presente contratação correrão por conta da seguinte dotação orçamentaria:

3.3.90.39.00.2.03.00.04.122.0003.2.0009

Dores do Turvo, 15 de julho de 2026.

Glauber Helcio Grossi Fernandes
Secretário de Administração

MUNICÍPIO DE DORES DO TURVO
ESTADO DE MINAS GERAIS – CEP: 36.513-000
RUA PAULO FERNANDES DE FARIA, 55- CENTRO-DORES DO TURVO.
licitacao@doresdoturvo.mg.gov.br
CNPJ:18.128.249/0001-42 - telefax: 0800 032 3040

MINUTA CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE DORES DO TURVO E _____

CONTRATO Nº xxxxxx/2026
Processo nº 103/2026
Pregão Presencial 024/2026

O MUNICÍPIO DE DORES DO TURVO/MG, com sede na Rua Paulo Fernandes de Faria, 55, centro, Estado de Minas Gerais, com CNPJ nº18.128.249/0001-42, neste ato representado por seu Prefeito Municipal, Kallil Dahier Moreira Cunha, brasileiro, solteiro, inscrito no CPF sob o nº xxxxxxxxxxxx, residente e domiciliado neste Municipio de Dores do Turvo/MG, que este subscreve, daqui para frente denominado simplesmente **CONTRATANTE** e de outro lado a Empresa _____ (QUALIFICAÇÃO COMPLETA), que também subscreve, doravante denominada de **CONTRATADA**, têm entre si justo e contratado o que segue:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO DO CONTRATO

1.1 - Constitui objeto deste ajuste, a Contratação de empresa especializada para prestação de serviços em gestão e operação de canais de comunicação institucional e produção multimidia para o municipio, compreendendo a implementação, manutenção e operacionalização de um canal próprio de mídia indoor institucional, com veiculação de conteúdos informativos, educativos, promocionais e institucionais, alinhados às politicas públicas e à comunicação oficial do municipio de Dores do Turvo MG.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO VALOR

2.1 - O presente contrato terá seu valor total de R$ _____ (_____) conforme quadro abaixo: (anexar tabela)

CLÁUSULA TERCEIRA – DO FATURAMENTO E PAGAMENTO

3.1. O pagamento será efetuado mensalmente ate o dia 15 (quinze) de cada mês mediante depósito/transferência em conta em conta especifica do CNPJ da empresa.

3.2.Todo pagamento será efetuado após emissão de competente nota fiscal, devidamente preenchida, não podendo conter erros ou rasuras.

CLÁUSULA QUARTA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

4.1 - Os recursos necessários ao atendimento das despesas correrão por conta da Dotação orçamentária do exercício de 2026, sendo: 3.3.90.39.00.2.03.00.04.122.0003.2.0009.

CLÁUSULA QUINTA – DA FISCALIZAÇÃO

5.1 - A Prefeitura Municipal de Dores do Turvo/MG, através de representante fará fiscalização do presente contrato e registrará todas e quaisquer ocorrências que por ventura venham a ocorrer.

CLÁSULA SEXTA– DA PRESTAÇÃO DOS SERVICOS

O serviço inclui, mas não se limita a:

1. Gestão e operacionalização do canal de mídia indoor institucional
   * Criação, configuração e manutenção do canal próprio do municipio;
   * Planejamento estratégico de conteúdos institucionais, informativos e educativos;
   * Atualização e programação contínua dos conteúdos para veiculação em tempo real;
   * Suporte técnico, incluindo manutenção preventiva e corretiva dos equipamentos de transmissão;

Equipamentos de transmissão por conta do contratado exceto aparelhos de TV.

   * Integração com outros canais oficiais de comunicação municipal, conforme necessidade.

2. Produção audiovisual institucional

* Criação, produção e edição de vídeos institucionais, publicitários e de divulgação de serviços públicos;

* Captação profissional de fotografias e vídeos em alta resolução.

* Produção de conteúdos aéreos por meio de drones profissionais, garantindo imagens panorâmicas e detalhadas para utilização institucional;

* Cobertura de eventos institucionais, solenidades, ações sociais e mutirões de serviços públicos (conforme agenda municipal – a ser agendado - podendo ser de segunda a sexta feira, sábado, domingos e feriados- período manha, tarde ou noite);

Disponibilização de profissional em loco 2 (duas) dias por semana, com carga horária mínima de 4 (quatro) horas por dia para assessoria em criação de materiais digitais de áudio visual e manutenção nos equipamentos de mídia endoor ;

* Entrega de vídeos, fotos, artes gráficas e infográficos em até 24 horas após solicitação, assegurando agilidade na disponibilização de conteúdos oficiais;

* Edição profissional de vídeos e imagens, incluindo inserção de legendas, logotipos institucionais, trilhas sonoras e infográficos interativos;

* Arquivamento e organização do banco de dados multimídia para fácil acesso e reutilização de conteúdos futuros.

3. Assessoria e suporte técnico em comunicação institucional

* Orientação e consultoria na organização e execução de eventos institucionais, incluindo planejamento de agenda, logística, cronograma de cobertura e estratégias de comunicação;

* Suporte técnico e operacional durante eventos, garantindo qualidade de captação e transmissão de informações;

* Desenvolvimento de materiais complementares, como folders digitais, banners, apresentações e artes gráficas institucionais;

* Treinamento de servidores municipais na utilização de equipamentos e softwares de comunicação e produção audiovisual;

* Consultoria continua para atualização de processos e soluções tecnológicas aplicadas à comunicação institucional.

4. Integração tecnológica e inovação

* Implementação de soluções de Tecnologia da Informação voltadas à comunicação institucional, incluindo softwares de edição, transmissão, armazenamento em nuvem e distribuição de conteúdos multimídia;

* Garantia de compatibilidade com múltiplos formatos e plataformas, assegurando ampla difusão das informações;

* Proposição de inovações e melhorias continuas no canal de mídia, visando modernização e eficiência da comunicação municipal;

* Acompanhamento de tendências e melhores práticas em comunicação institucional, tecnologia de mídia indoor e produção audiovisual.

O objeto contempla a prestação de serviços de forma integral e continua, garantindo que a comunicação do município seja eficiente, moderna, acessível e estratégica, promovendo a transparência, valorização das políticas públicas e engajamento da população

O serviço que eventualmente apresentar indícios de adulteração sujeitará a empresa responsável a responder por sanções administrativas, civeis e criminais previstas na Lei Federal nº 14133/2021, com suas posteriores alterações;

Serão requeridos 3 (três) dias úteis para conferência/assinatura da nota fiscal.

Despesas com materiais e equipamentos para a prestação de serviços, transporte, alimentação, hospedagens e impostos por conta da contratada.

CLÁUSULA SÉTIMA – DAS RESPONSABILIDADES

7.1 - A CONTRATANTE obriga-se a efetuar o pagamento estipulado neste instrumento de contrato pelos serviços que forem executados corretamente pela CONTRATADA.

7.2 - A CONTRATADA obriga-se a prestar os serviços, objeto deste instrumento, em favor da CONTRATANTE, de acordo com as condições previstas neste contrato.

CLÁUSULA OITAVA – DA ALTERAÇÃO E PRORROGAÇÃO CONTRATUAL

8.1 - Este contrato de prestação de serviços poderá ser alterado, com as devidas justificativas, de acordo com o que dispõe o art. 74 inciso II da Lei Federal nº 14.133/21.

8.2 - A CONTRATADA, ficará obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos e supressões que se fizerem necessárias até 25% (vinte e cinco por cento) do valor estimado do contrato.

CLÁUSULA NONA – PENALIDADES

9.1 - Pela inexecução total ou parcial da obrigação assumida, o Município, poderá, garantida a prévia defesa, aplicar ao contratado as seguintes sanções, isolada ou cumulativamente:

I - Advertência por escrito;
II- Multa diária no valor de 0,5% (meio por cento) do valor do total estimado contratado, pelafalta de fornecimento;

III - Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Prefeitura Municipal de Dores do Turvo/MG, por prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos;

IV - Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos da punição.

9.2. As sanções previstas nos incisos do item anterior poderão ser aplicadas juntamente com a multa, nos termos do artigo 156, inc. II da Lei 14.133/2021.

9.3. As penalidades previstas neste certame poderão deixar de ser aplicadas, total ou parcialmente, a critério do Prefeito Municipal, se entender a justificativa apresentada pela CONTRATADA como relevante.

CLAUSULA DECIMA – DA RESCISÃO

10.1. A inexecução total ou parcial deste Contrato, além de ocasionar a aplicação das penalidades anteriormente enunciadas, poderá ensejar, também, a sua rescisão, de acordo coma Lei nº 14.133/2021.

10.2. Se a rescisão da avença se der por qualquer das causas previstas nos incisos I a XII, do art. 155 da Lei nº 14.133/2021, a CONTRATADA sujeitar-se-á, ainda, ao pagamento de multa equivalente a 30% (trinta por cento) do valor do Contrato.

CLAÚSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA VIGÊNCIA CONTRATUAL

11.1 - O presente contrato terá vigência até dia 31 (trinta e um) de dezembro de 2026, com inicio a partirda data de sua assinatura.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

12.1 - Aplicam-se ao presente Contrato normas da Lei Federal nº 14133/21.

CLÁSUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DO REEQUILÍBRIO ECONÔMICO E FINANCEIRO E REAJUSTE

13.1 –O presente contrato não será reajustado durante o decorrer de sua vigência.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DO FORO

14.1 - Elegem as partes contratantes o foro da comarca de Senador Firmino/MG, para dirimir todas e quaisquer controvérsias oriundas deste Contrato, renunciando expressamente a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por assim estarem justas e contratadas, as partes, por seus representantes legais, assinam o presente instrumento em 02 (duas) vias, de igual teor e forma, para um só e jurídico efeito, perante as testemunhas abaixo assinadas.

Dores do Turvo/MG, xxxxxxxxxxx de 2026.

_____
Município Dores do Turvo
Kallil Dahier Moreira Cunha – Prefeito Municipal

_____
Contratada

Testemunhas:

Nome:_____ CPF: _____

Nome:_____ CPF: _____

MUNICÍPIO DE DORES DO TURVO
ESTADO DE MINAS GERAIS – CEP.: 36.513-000
RUA PAULO FERNANDES DE FARIA, 55- CENTRO-DORES DO TURVO.
licitacao@doresdaturvo.mg.gov.br
CNPJ:18.128.249/0001-42 - tel: 0800 032 3040

PREFEITURA MUNICIPAL DE DORES DO TURVO - MG
Fls 64

ANEXO III
PROPOSTA

Processo nº 103/2026
Pregão Presencial 024/2026
Menor preço global

OBJETO: Contratação de empresa especializada para prestação de serviços em gestão e operação de canais de comunicação institucional e produção multimidia para o município, compreendendo a implementação, manutenção e operacionalização de um canal próprio de mídia indoor institucional, com veiculação de conteúdos informativos, educativos, promocionais e institucionais, alinhados às políticas públicas e à comunicação oficial do município de Dores do Turvo MG.

Dados da Empresa

Item	Descrição	Quantidade	Valor Unitario	Valor Total

Validade da proposta: **CONFORME EDITAL**

Valor da Proposta: RS xxxxxxx (valor por extenso)

Condições de Pagamento: de acordo com o Edital do processo em epígrafe.

DECLARO estar ciente e de acordo com todas as normas e condições estabelecidas no edital do processo em epígrafe, e que os preços indicados nesta proposta estão computados todos os custos básicos diretos, bem como encargos sociais e trabalhistas e quaisquer outros custos ou despesas que incidam ou venham a incidir direta ou indiretamente sobre o objeto do certame, tais como frete, combustível, embalagens e demais concernentes à plena e total entrega do objeto.

Local data: _____
Assinatura: _____

MUNICÍPIO DE DORES DO TURVO
ESTADO DE MINAS GERAIS – CEP.: 36.513-000
RUA PAULO FERNANDES DE FARIA, 55- CENTRO-DORES DO TURVO.
licitacao@doresdoturvo.mg.gov.br
CNPJ:18.128.249/0001-42 - tel: 0800 032 3040

PREFEITURA MUNICIPAL DE DORES DO TURVO - MG
65

ANEXO IV – DECLARAÇÃO HABILITAÇÃO

(fora do envelope)

Processo nº 103/2026
Pregão Presencial 024/2026
Menor preço global

OBJETO: Contratação de empresa especializada para prestação de serviços em gestão e operação de canais de comunicação institucional e produção multimídia para o município, compreendendo a implementação, manutenção e operacionalização de um canal próprio de mídia indoor institucional, com veiculação de conteúdos informativos, educativos, promocionais e institucionais, alinhados às políticas públicas e à comunicação oficial do município de Dores do Turvo MG.

(Razão Social da Empresa), inscrita no CNPJ sob o nº _____/____-__, *com sede na* _____*(endereço completo),* ***declara****, sob as penas da lei, que, na presente data,* ***cumpre plenamente os requisitos de habilitação****, em obediência A Lei nº14133/2021.*

Local – data __/__/____

(a) _____
Assinatura e identificação do declarante

ANEXO V – CREDENCIAMENTO

(fora do envelope)
Processo nº 103/2026
Pregão Presencial 024/2026
Menor preço global

OBJETO: Contratação de empresa especializada para prestação de serviços em gestão e operação de canais de comunicação institucional e produção multimídia para o município, compreendendo a implementação, manutenção e operacionalização de um canal próprio de mídia indoor institucional, com veiculação de conteúdos informativos, educativos, promocionais e institucionais, alinhados às políticas públicas e à comunicação oficial do município de Dores do Turvo MG.

(Razão Social da Empresa), inscrita no CNPJ sob o nº _____, com sede na _____(endereço completo), representado pelo Srº _____ qualificação completa), vem pelo presente credenciar o Sr. _____, RG nº _____, inscrito no CPF sob o nº _____, (qualificação completa) junto a Prefeitura Municipal de Dores do Turvo/MG, em referência ao Pregão Presencial acima identificado, tendo o mesmo poderes de efetuar lances, assinar atas e recursar caso conveniente.

Local, ____ de _____2026.

_____
Assinatura e identificação do responsável

MUNICÍPIO DE DORES DO TURVO
ESTADO DE MINAS GERAIS – CEP.: 36.515-000
RUA PAULO FERNANDES DE FARIA, 55- CENTRO-DORES DO TURVO.
Licitacao@doresdoturvo.mg.gov.br
CNPJ:18.128.249/0001-42 - tel: 0800 032 3040

ANEXO VI - DECLARAÇÕES DE QUE NÃO EMPREGA MENOR, DE INEXISTÊNCIA DE FATO IMPEDITIVO, DE IDONEIDADE, DE INEXISTÊNCIA DE SERVIDOR PÚBLICO DA ATIVA OU EMPREGADO DE EMPRESA PÚBLICA OU DE SOCIEDADE DE ECONOMIA MISTA NO QUADRO SOCIETÁRIO DA EMPRESA E DE QUE CONCORDA COM OS TERMOS DO EDITAL.

(dentro envelope 02)

Processo nº 103/2026
Pregão Presencial 024/2026
Menor preço global

OBJETO: Contratação de empresa especializada para prestação de serviços em gestão e operação de canais de comunicação institucional e produção multimídia para o município, compreendendo a implementação, manutenção e operacionalização de um canal próprio de mídia indoor institucional, com veiculação de conteúdos informativos, educativos, promocionais e institucionais, alinhados às políticas públicas e à comunicação oficial do município de Dores do Turvo MG.

(Razão Social da Empresa), inscrita no CNPJ sob o nº _____, com sede na _____(endereço completo), **DECLARA**:

- Para fins do disposto na Lei nº 14133/2021, que não emprega menores de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, também que não emprega menores de dezesseis anos salvo condição de aprendiz;

- Não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

- Cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

- Sob as penas da lei, que, na presente data, inexistem fatos impeditivos para sua participação no processo licitatório, inclusive não está proibido de contratar com a Administração Pública, estando ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;

- Sob as penas da Lei, que não se acha declarada inidônea para licitar e contratar com o Poder Público, e nem suspensa do direito de licitar ou contratar com a Administração Pública;

- Sob as penas da lei, que não possui em seu quadro societário servidor público da ativa ou empregada de empresa pública ou de sociedade de economia mista;

-Expressamente que concorda com todos os termos estabelecidos neste Edital.

Local, ____ de _____ de 2026

Assinatura e identificação do responsável

MUNICÍPIO DE DORES DO TURVO
ESTADO DE MINAS GERAIS – CEP.: 36.513-000
RUA PAULO FERNANDES DE FARIA, 55- CENTRO-DORES DO TURVO.
licitacao@doresdoturvo.mg.gov.br
CNPJ:18.128.249/0001-42 - tel: 0800 032 3040

PREFEITURA MUNICIPAL DE DORES DO TURVO - MG
69

ANEXO VII - DECLARAÇÃO DE MICROEMPRESA OU EMPRESA DE PEQUENO PORTE

(fora do envelope)
Processo nº 103/2026
Pregão Presencial 024/2026
Menor preço global

OBJETO: Contratação de empresa especializada para prestação de serviços em gestão e operação de canais de comunicação institucional e produção multimídia para o município, compreendendo a implementação, manutenção e operacionalização de um canal próprio de mídia indoor institucional, com veiculação de conteúdos informativos, educativos, promocionais e institucionais, alinhados às políticas públicas e à comunicação oficial do município de Dores do Turvo MG.

A Pessoa Jurídica _____, inscrita no CNPJ sob o nº _____ com sede na _____, nº _____, _____, neste ato representada pelo (a) Sr. (a) _____, inscrito no CPF sob o nº _____, nacionalidade (a), estado civil (a), cargo, **DECLARA**, sob as penas da Lei, que goza dos benefícios da Lei Complementar nº 123/2006, por se tratar de Microempresa e/ou Empresa de Pequeno Porte .

Local, ____ de _____ de 2026.

_____
Assinatura do Representante Legal e Identificação

MUNICÍPIO DE DORES DO TURVO
ESTADO DE MINAS GERAIS – CEP.: 36.513-000
RUA PAULO FERNANDES DE FARIA, 55- CENTRO DORES DO TURVO.
licitacao@doresdoturvo.mg.gov.br
CNPJ:18.128.249/0001-42 - tel: 0800 032 3040

Documento de Formalização de Demanda

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO DE DORES DO TURVO, MG.

Assunto: Contratação de empresa especializada para prestação de serviços em gestão e operação de canais de comunicação institucional e produção multimídia para o município, compreendendo a implementação, manutenção e operacionalização de um canal próprio de mídia indoor institucional, com veiculação de conteúdos informativos, educativos, promocionais e institucionais, alinhados às políticas públicas e à comunicação oficial do município de Dores do Turvo MG.

Data: 30 de junho de 2026

DOCUMENTO DE FORMALIZAÇÃO DA DEMANDA – DFD

INTRODUÇÃO

De acordo com o inciso IV do art. 2º do Decreto nº 10.947, de 25 de janeiro de 2022, o Documento de Formalização de Demanda (DFD) é o documento que fundamenta o plano de contratações anual, em que a área requisitante evidencia e detalha a necessidade de contratação. Adicionalmente, o art. 8º do Decreto nº 10.947, de 2022 e § 1º do art. 10 da Instrução Normativa SGD/ME nº 94, de 23 de dezembro de 2022, especificam as informações mínimas requeridas ao preenchimento do DFD no Sistema de Planejamento e Gerenciamento de Contratações (PGC), as quais serão detalhadas nos tópicos a seguir.

1- INFORMAÇÕES GERAIS

1.1- Data prevista para conclusão do processo

14 de agosto de 2026 para a conclusão da contratação, a fim de não gerar prejuízos ou descontinuidade das atividades do órgão.

Contratação de empresa especializada para prestação de serviços em gestão e operação de canais de comunicação institucional e produção multimídia para o município, compreendendo a implementação, manutenção e operacionalização de um canal próprio de mídia indoor institucional, com veiculação de conteúdos informativos, educativos, promocionais e institucionais, alinhados às políticas públicas e à comunicação oficial do município de Dores do Turvo MG.

2- JUSTIFICATIVA DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

A contratação de empresa especializada para prestação de serviços em gestão e operação de canais de comunicação institucional e produção multimídia justifica-se pela necessidade de modernização, ampliação e fortalecimento da comunicação pública do Município de Dores do Turvo, garantindo maior eficiência na divulgação de informações de interesse coletivo, transparência administrativa e aproximação entre a Administração Pública e a população.

A implementação, manutenção e operacionalização de um canal próprio de mídia indoor institucional permitirá ao Município dispor de ferramenta estratégica de comunicação contínua e acessível, destinada à veiculação de conteúdos informativos, educativos, promocionais e institucionais relacionados às ações governamentais, campanhas públicas, programas municipais, orientações à população e demais serviços de interesse social.

A contratação mostra-se necessária em razão da complexidade técnica envolvida na operação dos canais de comunicação multimídia, abrangendo atividades de planejamento, produção audiovisual, criação gráfica, edição de vídeos, gerenciamento de conteúdo, atualização sistemática das informações e suporte tecnológico especializado, demandas que exigem equipe técnica qualificada,

equipamentos adequados e expertise especifica, inexistentes ou insuficientes na estrutura administrativa municipal.

Além disso, a utilização de mídia indoor institucional contribuirá para ampliar o alcance da comunicação oficial, especialmente em locais de grande circulação de cidadãos, promovendo maior efetividade na disseminação de campanhas educativas, avisos institucionais, ações de saúde, educação, assistência social, cultura, turismo e demais politicas públicas desenvolvidas pelo Município.

A contratação também atende aos principios constitucionais da publicidade, eficiência e transparência administrativa, previstos no artigo 37 da Constituição Federal, possibilitando comunicação pública mais dinâmica, moderna e acessivel, fortalecendo a participação social e o acesso da população às informações governamentais.

Dessa forma, a contratação pretendida revela-se indispensável para assegurar a adequada execução dos serviços de comunicação institucional do Município, promovendo melhoria na qualidade da informação disponibilizada à população, fortalecimento da imagem institucional da Administração Pública e maior efetividade na divulgação das ações e serviços públicos municipais.

JUSTIFICATIVA PARA ABERTURA DE NOVO PROCESSO LICITATÓRIO

A presente justificativa tem por finalidade fundamentar a abertura de novo processo licitatório visando à contratação de empresa especializada para prestação de serviços em gestão e operação de canais de comunicação institucional e produção multimidia para o Municipio de Dores do Turvo/MG, compreendendo a implementação, manutenção e operacionalização de um canal próprio de midia indoor institucional, destinado à veiculação de conteúdos informativos, educativos, promocionais e institucionais, em conformidade com as politicas públicas e a comunicação oficial da Administração Municipal.

Ressalta-se que o Processo Licitatório nº 079/2026, instaurado com o mesmo objeto, foi declarado fracassado, não sendo possivel alcançar a contratação pretendida, em razão da inabilitação/desclassificação dos participantes, impossibilitando a adjudicação e homologação do objeto.

A necessidade da contratação permanece integralmente existente, considerando que a Administração Municipal demanda mecanismos modernos, eficientes e continuos de comunicação institucional para garantir ampla divulgação de atos administrativos, campanhas educativas, informações de utilidade pública, programas governamentais, ações das diversas secretarias municipais e demais conteúdos de interesse coletivo, fortalecendo os princípios da publicidade, transparência e eficiência previstos no art. 37 da Constituição Federal.

A implementação de um canal próprio de midia indoor institucional permitirá ampliar o alcance das informações oficiais, promovendo comunicação direta com a população em locais estratégicos,

contribuindo para maior efetividade das campanhas públicas, conscientização da sociedade e fortalecimento do relacionamento entre o Poder Público e os cidadãos.

Dessa forma, considerando que o interesse público permanece presente e que a ausência da contratação poderá comprometer a divulgação de informações essenciais à população, torna-se necessária a instauração de novo procedimento licitatório, observando-se as disposições da Lei Federal nº 14.133/2021, com eventual revisão das condições do edital, caso necessária, para ampliar a competitividade do certame e possibilitar a seleção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública.

Assim, a abertura de novo processo licitatório mostra-se plenamente justificada, visando assegurar a continuidade das ações de comunicação institucional do Município de Dores do Turvo/MG, em atendimento ao interesse público e aos princípios que regem a Administração Pública.

3-MATERIAIS/SERVIÇO

Nº Item	Descrição	UND	Quantidade
01	Serviços - prestação de serviços especializados em gestão e operação de canais de comunicação institucional e produção multimídia para o município, compreendendo a implementação, manutenção e operacionalização de um canal próprio de mídia indoor institucional, com veiculação de conteúdos informativos, educativos, promocionais e institucionais, alinhados às políticas públicas e à comunicação oficial do município.	Serviço Mensal	05

4- IDENTIFICAÇÃO DA ÁREA REQUISITANTE E RESPONSÁVEIS

Glauber Helcio Grossi Fernandes
SECRETARIO DE ADMINISTRAÇÃO

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

Contratação de empresa especializada para prestação de serviços em gestão e operação de canais de comunicação institucional e produção multimídia para o município, compreendendo a implementação, manutenção e operacionalização de um canal próprio de mídia indoor institucional, com veiculação de conteúdos informativos, educativos, promocionais e institucionais, alinhados às políticas públicas e à comunicação oficial do município de Dores do Turvo MG.

Dores do Turvo MG, 30 de junho de 2026.

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR DA CONTRATAÇÃO

INTRODUÇÃO

O Estudo Técnico Preliminar – ETP é o documento constitutivo da primeira etapa do planejamento de uma contratação, que caracteriza o interesse público envolvido e a sua melhor solução. Ele serve de base ao Termo de Referência a ser elaborado, caso se conclua pela viabilidade da contratação.

O ETP tem por objetivo identificar e analisar os cenários para o atendimento de demanda registrada no Documento de Formalização da Demanda – DFD, bem como demonstrar a viabilidade técnica e econômica das soluções identificadas, fornecendo as informações necessárias para subsidiar a tomada de decisão e o prosseguimento do respectivo processo de contratação.

1. INFORMAÇÕES BÁSICAS

Contratação de empresa especializada para prestação de serviços em gestão e operação de canais de comunicação institucional e produção multimídia para o município, compreendendo a implementação, manutenção e operacionalização de um canal próprio de mídia indoor institucional, com veiculação de conteúdos informativos, educativos, promocionais e institucionais, alinhados às políticas públicas e à comunicação oficial do município de Dores do Turvo MG.

2. DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE

A presente contratação decorre da necessidade de o Município de Dores do Turvo fortalecer, modernizar e ampliar seus mecanismos de comunicação institucional, garantindo maior alcance, efetividade e transparência na divulgação das ações, programas, serviços e campanhas de interesse público desenvolvidos pela Administração Municipal.

Atualmente, observa-se a necessidade de implantação de ferramentas mais dinâmicas e tecnológicas de comunicação pública, capazes de proporcionar informação rápida, acessível e contínua à população, especialmente em espaços de grande circulação de pessoas. Nesse contexto, a implementação de um canal próprio de mídia indoor institucional possibilitará a veiculação estratégica de conteúdos informativos, educativos, promocionais e institucionais, contribuindo para maior aproximação entre o Poder Público e os cidadãos.

A demanda compreende serviços especializados de gestão e operação dos canais de comunicação institucional, incluindo produção multimídia, criação de conteúdos audiovisuais, peças gráficas, edição de vídeos, programação visual, atualização periódica das informações, gerenciamento técnico dos equipamentos e operacionalização do sistema de mídia indoor, assegurando padronização, qualidade técnica e alinhamento à identidade institucional do Município.

A necessidade da contratação também se fundamenta na insuficiência da estrutura técnica e operacional própria da Administração Municipal para execução integral e contínua dessas atividades, considerando que os serviços exigem profissionais qualificados, conhecimentos específicos em comunicação institucional, tecnologia audiovisual e gestão de conteúdo digital, além de equipamentos e suporte técnico especializados.

Além de promover maior transparência administrativa e publicidade dos atos públicos, a solução permitirá ampliar a divulgação de campanhas educativas e orientações de interesse coletivo nas áreas de saúde, educação, assistência social, cultura, turismo, meio ambiente, arrecadação, eventos

oficiais e demais políticas públicas municipais, favorecendo o acesso da população às informações governamentais de maneira moderna, eficiente e acessível.

Dessa forma, a contratação visa atender à necessidade de aprimoramento da comunicação pública municipal, assegurando maior eficiência na transmissão das informações institucionais, fortalecimento da imagem da Administração Pública e ampliação do acesso da população aos serviços e ações promovidos pelo Município.

3. ÁREA REQUISITANTE

SECRETARIA MUNICÍPAL DE ADMINISTRAÇÃO

4. NECESSIDADE DE NEGÓCIO

A necessidade da contratação de empresa especializada para prestação de serviços em gestão e operação de canais de comunicação institucional e produção multimídia decorre da crescente demanda do Município de Dores do Turvo por mecanismos modernos, eficientes e acessíveis de comunicação pública, capazes de garantir ampla divulgação das ações governamentais, serviços públicos, campanhas educativas e informações de interesse coletivo.

A Administração Municipal necessita de solução estruturada para implementação, manutenção e operacionalização de um canal próprio de mídia indoor institucional, destinado à transmissão contínua de conteúdos informativos, educativos, promocionais e institucionais em locais estratégicos de circulação da população, ampliando o alcance da comunicação oficial e fortalecendo a transparência administrativa.

A contratação torna-se necessária diante da ausência de estrutura técnica especializada, equipamentos adequados e equipe capacitada no quadro municipal para execução das atividades relacionadas à produção multimídia, gerenciamento de conteúdo audiovisual, programação visual, edição de vídeos, atualização de informações e operação dos sistemas de exibição digital, serviços que demandam conhecimento técnico específico e acompanhamento permanente.

Além disso, a solução contribuirá para melhorar a comunicação entre o Poder Público e a população, permitindo maior agilidade na divulgação de campanhas de saúde, educação, assistência social, eventos institucionais, orientações de utilidade pública, avisos oficiais e demais ações vinculadas às políticas públicas municipais.

A utilização de mídia indoor institucional também se apresenta como importante ferramenta de modernização administrativa, promovendo comunicação mais dinâmica, atrativa e eficiente, favorecendo o acesso da população às informações públicas e fortalecendo os princípios da publicidade, eficiência e transparência da Administração Pública.

Dessa forma, a contratação pretendida mostra-se necessária para assegurar a adequada execução dos serviços de comunicação institucional do Município, garantindo qualidade técnica, continuidade operacional, padronização das informações divulgadas e maior efetividade na interação entre a Administração Municipal e os cidadãos.

5. ESTIMATIVA DA DEMANDA - QUANTIDADE DE BENS E SERVIÇOS

Nº Item	Descrição	UND	Quantidade
01	Serviços - prestação de serviços especializados em gestão e operação de canais de comunicação institucional e produção multimídia para o município, compreendendo a implementação, manutenção e operacionalização de um canal próprio de mídia indoor institucional com veiculação de conteúdos informativos, educativos, promocionais e institucionais, alinhados às políticas públicas e à comunicação oficial do município.	Serviço Mensal	05

6. JUSTIFICATIVA TECNICA / ECONOMICA DA ESCOLHA DA SOLUÇÃO

A escolha pela contratação de empresa especializada para prestação de serviços em gestão e operação de canais de comunicação institucional e produção multimídia para o Município de Dores do Turvo fundamenta-se em critérios técnicos e econômicos que demonstram ser esta a solução mais adequada, eficiente e vantajosa para atender às necessidades da Administração Pública Municipal.

Do ponto de vista técnico, a solução contempla a implementação, manutenção e operacionalização de um canal próprio de mídia indoor institucional, permitindo comunicação pública moderna, dinâmica e de amplo alcance, voltada à divulgação de conteúdos informativos, educativos, promocionais e institucionais relacionados às políticas públicas municipais. A execução desses serviços exige conhecimentos especializados em comunicação institucional, tecnologia audiovisual, produção multimídia, gestão de conteúdo digital, operação de sistemas de exibição e suporte técnico contínuo, demandas que extrapolam a capacidade operacional atualmente disponível na estrutura administrativa municipal.

A contratação de empresa especializada possibilita acesso a profissionais qualificados, ferramentas tecnológicas adequadas, equipamentos específicos e metodologias atualizadas, assegurando qualidade técnica, padronização visual, atualização contínua das informações e eficiência na operacionalização dos canais de comunicação. Além disso, garante maior confiabilidade na execução dos serviços e suporte técnico permanente para manutenção e funcionamento do sistema de mídia indoor institucional.

Sob o aspecto econômico, a terceirização dos serviços mostra-se mais vantajosa em comparação à execução direta pela Administração Municipal, considerando que a estruturação interna demandaria elevados investimentos em aquisição de equipamentos, softwares, infraestrutura tecnológica, capacitação de servidores e contratação de profissionais especializados, além dos custos contínuos de manutenção e atualização tecnológica.

A solução contratada permite racionalização dos recursos públicos, previsibilidade dos custos operacionais e otimização da gestão administrativa, uma vez que os serviços serão executados de forma integrada por empresa especializada, reduzindo despesas indiretas e minimizando riscos de descontinuidade operacional. Ademais, a contratação possibilita maior flexibilidade na atualização tecnológica e adequação dos serviços às necessidades institucionais do Município, sem a necessidade de investimentos permanentes em estrutura própria.

A escolha da solução também proporciona ganhos institucionais relevantes, como ampliação da transparência pública, fortalecimento da comunicação governamental, maior alcance das campanhas educativas e melhoria no acesso da população às informações oficiais, contribuindo para efetividade das políticas públicas e fortalecimento da relação entre Administração Pública e cidadãos.

Dessa forma, conclui-se que a contratação da solução especializada apresenta a melhor relação custo-benefício para o Município, reunindo viabilidade técnica, economicidade, eficiência operacional e atendimento adequado às necessidades da comunicação institucional municipal.

7. RESPONSÁVEIS

GLAUBER HELCIO GROSSE FERNANDES
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

8. APROVAÇÃO E DECLARAÇÃO DE CONFORMIDADE

Aprovo este Estudo Técnico Preliminar e atesto sua conformidade às disposições da Lei Federal 14.133/2021.

Dores do Turvo MG, 30 de junho de 2026

KALLIL DAHIER MOREIRA CUNHA:08600921600

Assinado de forma digital por KALLIL DAHIER MOREIRA CUNHA:08600921600

KALLIL DAHIER MOREIRA CUNHA
Prefeito Municipal

MUNICÍPIO DE DORES DO TURVO
ESTADO DE MINAS GERAIS – CEP.: 36.513-000
RUA PAULO FERNANDES DE FARIA, 55- CENTRO-DORES DO TURVO
licitacao@doresdoturvo.mg.gov.br
CNPJ 18.128.269/0001-42 - tel: 0800 032 3040

PREFEITURA MUNICIPAL DE DORES DO TURVO 18

Encaminhamento para parecer jurídico:

Encaminhamos a presente Licitação Processo nº. 103/2026, na modalidade Pregão Presencial nº 024/2026, tipo menor preço global para apreciação e emissão de Parecer quanto à continuação do Processo.

Município de Dores do Turvo, 15 de julho de 2026.

KALLIL DAHIER MOREIRA CUNHA:08600921600

Assinado de forma digital por KALLIL DAHIER MOREIRA CUNHA:08600921600

Kallil Daheir Moreira Cunha
Prefeito Municipal

MUNICÍPIO DE DORES DO TURVO
ESTADO DE MINAS GERAIS – CEP.: 36.513-000
RUA PAULO FERNANDES DE FARIA, 55- CENTRO-DORES DO TURVO.
licitacao@doresdoturvo.mg.gov.br
CNPJ:18.128.249/0001-42 - tel: 0800 032 3040

PARECER JURÍDICO PRELIMINAR

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 103/2026

PREGÃO PRESENCIAL Nº 024/2026

OBJETO: Contratação de empresa especializada para prestação de serviços em gestão e operação de canais de comunicação institucional e produção multimídia para o Município, compreendendo a implementação, manutenção e operacionalização de canal próprio de mídia indoor institucional, com veiculação de conteúdos informativos, educativos, promocionais e institucionais, alinhados às políticas públicas e à comunicação oficial do Município de Dores do Turvo, Estado de Minas Gerais.

I. RELATÓRIO

Trata-se de análise jurídica preliminar acerca da possibilidade de abertura de novo processo licitatório pelo Município de Dores do Turvo, Estado de Minas Gerais, destinado à contratação de empresa especializada para prestação de serviços em gestão e operação de canais de comunicação institucional e produção multimídia para o Município, compreendendo a implementação, manutenção e operacionalização de canal próprio de mídia indoor institucional, com veiculação de conteúdos informativos, educativos, promocionais e institucionais, alinhados às políticas públicas e à comunicação oficial municipal.

A presente análise decorre do fracasso do Processo Licitatório nº 079 de 2026, Pregão Presencial nº 016 de 2026, realizado no dia quinze de junho de dois mil e vinte e seis, às doze horas, cujo objeto era substancialmente idêntico ao ora pretendido.

Conforme consta dos autos do procedimento anterior, a licitação foi processada com fundamento no artigo 28, inciso I, da Lei Federal nº 14.133, de 2021, pelo critério de julgamento de menor preço global. A fase interna havia sido previamente submetida à análise jurídica, tendo sido aprovado o rol documental então apresentado, incluindo

documento de formalização da demanda, estudo técnico preliminar, termo de referência, pesquisa de preços, minuta de edital e respectivos anexos.

No curso da fase externa daquele certame, não houve apresentação de impugnações, pedidos de esclarecimento, manifestações recursais ou contrarrazões. Todavia, durante a sessão pública, compareceu apenas um licitante

Na ocasião, conforme registrado em ata, a empresa apresentou proposta escrita no valor mensal de R$ 7.600,00. Durante a fase de lances, entretanto, ofertou verbalmente o valor de R$ 5.000,00 e, posteriormente, requereu a desconsideração do referido lance, alegando equívoco na formulação da oferta e pretendendo retornar ao valor originário da proposta escrita.

Diante do vício identificado na fase de lances, foi emitido parecer jurídico final opinando pela desclassificação da empresa licitante, uma vez que a tentativa de retratação do lance e a majoração posterior do preço comprometiam a segurança jurídica, a vinculação ao edital, o julgamento objetivo e a higidez da proposta final. Considerando que somente uma empresa compareceu ao certame, a desclassificação resultou na inexistência de proposta válida remanescente, caracterizando o fracasso do procedimento licitatório.

Diante desse cenário, a Administração manifesta interesse na instauração de novo processo licitatório, com vistas a atender à necessidade pública anteriormente identificada, preservando a continuidade da comunicação institucional e a regularidade da contratação administrativa.

É o relatório. Passa-se à fundamentação.

II. FUNDAMENTAÇÃO

II.1. Do papel do assessor jurídico na fase preparatória da contratação

A atuação da assessoria jurídica em processos licitatórios constitui instrumento essencial de controle de legalidade dos atos administrativos que antecedem a contratação pública. Nos termos do artigo 53 da Lei Federal nº 14.133, de 2021, ao final da fase preparatória, o processo deve ser encaminhado ao órgão de assessoramento jurídico da Administração para análise jurídica da contratação.

O parecer jurídico não substitui a atuação dos setores técnicos, do agente de contratação, da autoridade competente ou dos responsáveis pelo planejamento administrativo. Sua finalidade consiste em examinar a conformidade jurídica dos atos submetidos à apreciação, verificando se a contratação pretendida observa a Constituição da República, a Lei Federal nº 14.133, de 2021, os regulamentos aplicáveis, os princípios administrativos e as regras do instrumento convocatório.

Cabe ao assessor jurídico, portanto, pronunciar-se sobre a juridicidade do procedimento, apontando eventuais riscos, vícios, inconformidades ou providências necessárias ao aperfeiçoamento da instrução processual. Não lhe compete avaliar a conveniência administrativa da contratação, a oportunidade da escolha, a suficiência técnica detalhada da solução ou a execução material do objeto, salvo quando tais aspectos revelarem desconformidade jurídica evidente.

Nesse sentido, o presente parecer possui natureza opinativa e preventiva, destinando-se a orientar a Administração quanto à possibilidade jurídica de abertura de novo processo licitatório, em razão do fracasso de procedimento anterior, desde que observados os requisitos legais da fase preparatória, a adequada motivação do interesse público e a atualização dos documentos necessários.

II.2. Da possibilidade jurídica de abertura de novo processo licitatório após certame fracassado

A licitação fracassada ocorre quando, embora haja interessados ou participantes no procedimento, nenhuma proposta se mostra apta à classificação ou nenhum licitante é habilitado, impedindo a adjudicação válida do objeto. Difere, portanto, da licitação deserta, na qual não comparecem interessados ao certame.

No caso em análise, o procedimento anterior não foi deserto, pois houve comparecimento de uma empresa. Contudo, diante do vício ocorrido na fase de lances e da consequente desclassificação da única licitante, não restou proposta válida para adjudicação e contratação, o que caracteriza o fracasso do certame.

O fracasso da licitação anterior não impede a Administração de instaurar novo procedimento para o mesmo objeto, desde que persista a necessidade pública, haja

motivação adequada e sejam observadas as cautelas decorrentes da experiência obtida no procedimento anterior.

A Administração Pública tem o dever de atender ao interesse público de forma eficiente, planejada e juridicamente regular. Se o objeto permanece necessário ao funcionamento da atividade administrativa e à consecução das políticas públicas municipais, a instauração de novo processo licitatório mostra-se juridicamente possível e, em princípio, adequada, desde que o procedimento seja devidamente instruído e fundamentado.

A Lei Federal nº 14.133, de 2021, estabelece, em seu artigo 18, que a fase preparatória da licitação deve ser caracterizada pelo planejamento e compatibilizada com o plano de contratações anual, sempre que elaborado, bem como com as leis orçamentárias, devendo abordar todas as considerações técnicas, mercadológicas e de gestão que possam interferir na contratação

Assim, a abertura de novo processo deve ser acompanhada de motivação expressa, demonstrando que o fracasso do certame anterior não eliminou a necessidade administrativa, mas apenas impediu a contratação por ausência de proposta juridicamente válida. Deve-se registrar, ainda, que a nova licitação não se destina à repetição automática do procedimento fracassado, mas à retomada regular da busca pela proposta apta, vantajosa e compatível com o interesse público.

II.3. Da permanência do interesse público na contratação

O objeto pretendido envolve a prestação de serviços em gestão e operação de canais de comunicação institucional e produção multimídia, incluindo a implementação, manutenção e operacionalização de canal próprio de mídia indoor institucional, com veiculação de conteúdos informativos, educativos, promocionais e institucionais.

A comunicação institucional do Poder Público possui relevante função administrativa e social, pois permite a divulgação de informações de interesse coletivo, campanhas educativas, orientações à população, ações governamentais, serviços públicos disponíveis, medidas preventivas, programas municipais e demais conteúdos vinculados às políticas públicas locais.

No âmbito municipal, a existência de canais oficiais de comunicação contribui para a transparência administrativa, para o acesso à informação, para a aproximação entre Administração e cidadãos e para a adequada divulgação de atos, programas e serviços públicos. Desde que observados os limites legais, especialmente quanto à impessoalidade, à finalidade pública e à vedação de promoção pessoal de agentes públicos, a contratação de serviços de comunicação institucional pode atender legítimo interesse administrativo.

A Constituição da República, em seu artigo 37, caput, impõe à Administração Pública a observância dos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência. O mesmo artigo, em seu parágrafo primeiro, estabelece que a publicidade dos atos, programas, obras, serviços e campanhas dos órgãos públicos deverá ter caráter educativo, informativo ou de orientação social, dela não podendo constar nomes, símbolos ou imagens que caracterizem promoção pessoal de autoridades ou servidores públicos.

Dessa forma, a contratação pretendida deve ter como eixo central a comunicação pública institucional, com conteúdo informativo, educativo, promocional de políticas públicas e de orientação social, sendo vedada qualquer utilização do serviço para promoção pessoal, finalidade político-partidária ou desvio de finalidade.

Verifica-se, portanto, que a necessidade administrativa permanece juridicamente legítima, desde que o novo processo licitatório delimite de forma clara o objeto, as obrigações da contratada, os critérios de medição, as formas de controle, as diretrizes de conteúdo e as salvaguardas destinadas a assegurar a impessoalidade e o interesse público.

II.4. Da modalidade licitatória e do critério de julgamento

A contratação pretendida, conforme delineada, envolve prestação de serviços comuns, na medida em que seus padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos no edital e no termo de referência, por meio de especificações usuais de mercado.

Nos termos do artigo 6º, inciso XLI, da Lei Federal nº 14.133, de 2021, o pregão é a modalidade de licitação obrigatória para aquisição de bens e serviços comuns, cujo critério de julgamento poderá ser o de menor preço ou o de maior desconto. O artigo 28, inciso I, da mesma lei, prevê o pregão como modalidade licitatória.

Nesse contexto, sendo o objeto tecnicamente especificável por padrões objetivos, mostra-se juridicamente possível a adoção da modalidade pregão, desde que o termo de referência descreva adequadamente os serviços, estabeleça parâmetros mensuráveis de execução e permita julgamento objetivo das propostas.

Quanto ao critério de julgamento, o menor preço global pode ser admitido quando a contratação possuir natureza integrada ou quando a divisão do objeto puder comprometer a eficiência, a padronização, a responsabilidade técnica, a gestão operacional ou a adequada execução do serviço. Todavia, a opção pelo julgamento global deve ser devidamente justificada nos autos, demonstrando que a reunião dos serviços em um único item ou lote atende melhor ao interesse público e não restringe indevidamente a competitividade.

Recomenda-se, portanto, que a Administração, ao instaurar o novo procedimento, mantenha expressa justificativa quanto à escolha do critério de menor preço global, especialmente em razão da necessidade de integração entre gestão, operação, produção multimídia, manutenção e veiculação dos conteúdos institucionais.

II.5. Da necessidade de revisão e atualização dos documentos da fase preparatória

Embora o procedimento anterior tenha contado com parecer jurídico preliminar favorável quanto à fase interna, a abertura de novo processo licitatório exige nova autuação e nova instrução formal, não sendo recomendável a simples reprodução automática dos documentos anteriores.

A Administração poderá aproveitar estudos, pesquisas e documentos já elaborados, desde que sejam atualizados, revisados e ratificados pelos setores competentes. O aproveitamento de elementos instrutórios anteriores é possível por

PREFEITURA MUNICIPAL DE DORES DO TURVO - MG
FLS 85

razões de eficiência administrativa, mas deve ser acompanhado de certificação de atualidade, pertinência e compatibilidade com o novo procedimento.

Recomenda-se, especialmente, que sejam revistos ou ratificados os seguintes documentos:

a) Documento de formalização da demanda, com indicação expressa da permanência da necessidade pública e da justificativa para abertura de novo certame após o fracasso do Processo Licitatório nº 079 de 2026.

b) Estudo técnico preliminar, com reavaliação da solução pretendida, da forma de execução, dos riscos da contratação e das alternativas disponíveis.

c) Termo de referência, com descrição precisa do objeto, dos serviços abrangidos, dos quantitativos estimados, dos prazos, dos locais de execução, das obrigações da contratada, dos mecanismos de fiscalização, dos critérios de medição e pagamento e das exigências de qualificação técnica, se houver.

d) Pesquisa de preços, com verificação de atualidade e compatibilidade com os valores praticados no mercado, observando-se os parâmetros legais e regulamentares aplicáveis.

e) Estimativa do valor da contratação, devidamente motivada.

f) Declaração de disponibilidade orçamentária, quando aplicável, ou indicação de dotação própria.

g) Minuta de edital e anexos, com adequação das regras à Lei Federal nº 14.133, de 2021, e aos normativos locais aplicáveis.

h) Minuta contratual, contendo cláusulas necessárias, obrigações, sanções, forma de fiscalização, condições de pagamento e hipóteses de extinção contratual.

i) Mapa de riscos, quando cabível, especialmente diante da necessidade de prevenir falhas na execução, inadequação de conteúdos, descontinuidade dos canais de comunicação, problemas técnicos e riscos de uso indevido da comunicação institucional.

Além disso, diante do fato ocorrido no processo anterior, recomenda-se que o novo edital discipline de forma clara a fase de lances, a vinculação dos lances ofertados, a impossibilidade de retratação após a manifestação válida em sessão e o tratamento a

ser conferido a eventuais erros materiais, distinguindo falhas sanáveis de vícios que alterem o conteúdo econômico da proposta

Tal providência reforça a segurança jurídica do novo procedimento, reduz o risco de controvérsias e preserva a atuação do pregoeiro e da equipe de apoio.

II.6. Da observância à impessoalidade e aos limites da comunicação institucional

Considerando a natureza do objeto, é imprescindível que a Administração estabeleça, no termo de referência e no edital, diretrizes expressas quanto ao conteúdo a ser produzido e veiculado.

A comunicação institucional deve observar finalidade pública, impessoalidade, caráter educativo, informativo ou de orientação social. Não se admite que o serviço contratado seja utilizado para promoção pessoal de autoridades, servidores públicos, agentes políticos, partidos, coligações, pré-candidatos ou candidatos.

Recomenda-se que o instrumento convocatório preveja que todos os conteúdos deverão ser previamente autorizados ou validados pelo setor competente da Administração, ficando a contratada obrigada a observar as diretrizes institucionais, a legislação aplicável, a identidade oficial do Município e as orientações da fiscalização contratual.

Também é recomendável que conste vedação expressa à produção ou veiculação de material que contenha nomes, símbolos, imagens, slogans ou elementos que possam caracterizar promoção pessoal, desvio de finalidade ou publicidade governamental incompatível com o artigo 37, parágrafo primeiro, da Constituição da República.

Tais cautelas são relevantes para assegurar que a contratação permaneça vinculada ao interesse público, à transparência administrativa e à comunicação oficial legítima.

II.7. Da conclusão parcial quanto à viabilidade jurídica da abertura do novo processo

Diante do fracasso do certame anterior, caracterizado pela ausência de proposta válida após a desclassificação da única licitante participante, e persistindo a necessidade administrativa da contratação, não se verifica impedimento jurídico à abertura de novo processo licitatório.

A nova licitação, contudo, deve ser instruída de forma regular, com atualização ou ratificação dos documentos da fase preparatória, motivação expressa quanto à repetição do objeto, justificativa da modalidade e do critério de julgamento, pesquisa de preços atualizada ou certificada como válida, estimativa orçamentária adequada, minuta de edital e anexos compatíveis com a Lei Federal nº 14.133, de 2021, e previsão de regras claras para a fase de lances e para a vinculação das propostas.

O novo procedimento não constitui mera reabertura automática do processo fracassado, mas novo processo administrativo, orientado pelo planejamento, pela legalidade, pela motivação, pela eficiência e pela busca da proposta mais vantajosa para a Administração.

III. CONCLUSÃO

Diante do exposto, esta Assessoria Jurídica opina pela viabilidade jurídica da abertura de novo processo licitatório destinado à contratação de empresa especializada para prestação de serviços em gestão e operação de canais de comunicação institucional e produção multimídia para o Município de Dores do Turvo, Estado de Minas Gerais, compreendendo a implementação, manutenção e operacionalização de canal próprio de mídia indoor institucional, com veiculação de conteúdos informativos, educativos, promocionais e institucionais, alinhados às políticas públicas e à comunicação oficial municipal.

A abertura do novo procedimento encontra amparo no fracasso do Processo Licitatório nº 079 de 2026, Pregão Presencial nº 016 de 2026, no qual a única licitante participante foi desclassificada em razão de vício insanável verificado na fase de lances, o que resultou na inexistência de proposta válida remanescente.

Opina-se, portanto, pela possibilidade de instauração de novo certame, preferencialmente na modalidade pregão, nos termos do artigo 28, inciso I, da Lei

Federal nº 14.133, de 2021, desde que o objeto seja adequadamente caracterizado como serviço comum, com padrões de desempenho e qualidade objetivamente definidos no termo de referência.

Recomenda-se que o novo processo seja instruído com documento de formalização da demanda, estudo técnico preliminar, termo de referência, pesquisa de preços atualizada ou formalmente ratificada, estimativa do valor da contratação, indicação de disponibilidade orçamentária, minuta de edital, minuta contratual e demais anexos necessários, todos devidamente compatíveis com a Lei Federal nº 14.133, de 2021, e com os normativos municipais aplicáveis.

Recomenda-se, ainda, que a Administração inclua no edital regras expressas acerca da vinculação dos lances ofertados, da impossibilidade de retratação com majoração posterior do preço e do tratamento jurídico de eventuais erros materiais, a fim de evitar a repetição do vício ocorrido no certame anterior.

Por fim, ressalta-se que a comunicação institucional objeto da contratação deverá observar, em todas as fases de execução, os princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, eficiência, finalidade pública, transparência e interesse público, sendo vedada qualquer forma de promoção pessoal de agentes públicos ou desvio de finalidade.

É o parecer, salvo melhor juízo.

Dores do Turvo/MG, 16 de julho de 2026.

Washington Luiz Sudré Silva Júnior
OAB/MG 213.207
Assessor Jurídico

MUNICÍPIO DE DORES DO TURVO
ESTADO DE MINAS GERAIS – CEP.: 36.515-000
RUA PAULO FERNANDES DE FARIA, 55- CENTRO-DORES DO TURVO.
licitacao@doresdoturvo.mg.gov.br
CNPJ:18.128.245/0001-42 - tel. 0800 032 3040

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO Nº 103/2026
PREGÃO PRESENCIAL 024/2026
MENOR PREÇO GLOBAL
FUNDAMENTO LEGAL: ART 28 inciso I Lei Federal 14.133/21
DECRETO MUNICIPAL: 003/2025

OBJETO DA LICITAÇÃO: Contratação de empresa especializada para prestação de serviços em gestão e operação de canais de comunicação institucional e produção multimidia para o município, compreendendo a implementação, manutenção e operacionalização de um canal próprio de mídia indoor institucional, com veiculação de conteúdos informativos, educativos, promocionais e institucionais, alinhados às políticas públicas e à comunicação oficial do município de Dores do Turvo MG.

O MUNICÍPIO DE DORES DO TURVO torna público que às 08h00min (oito horas) do dia 31 (trinta e um) de julho de 2026, na Rua Paulo Fernandes de Faria, nº 55, centro, em Dores do Turvo/MG, em sessão pública, na forma da Lei Federal nº 14133/21, promoverá abertura de Licitação na modalidade PREGAO PRESENCIAL, Contratação de empresa especializada para prestação de serviços em gestão e operação de canais de comunicação institucional e produção multimidia para o município, compreendendo a implementação, manutenção e operacionalização de um canal próprio de mídia indoor institucional, com veiculação de conteúdos informativos, educativos, promocionais e institucionais, alinhados às políticas públicas e à comunicação oficial do município de Dores do Turvo MG.

O Edital completo poderá ser examinado e solicitado na Prefeitura de Dores do Turvo. Mais informações pelo telefone 0800 032 3040 a partir das 10h00min ou pelo e-mail: licitacao@doresdoturvo.mg.gov.br

Dores do Turvo, 16 de julho de 2026.

Samuel Abraão Pires
Pregoeiro Municipal

- CERTIDÃO –
Certifico e dou fé que o instrumento convocatório referente ao Processo nº 103/2026, modalidade Pregão Presencial nº 024/2026, foi publicado e afixado na integra no Quadro de Avisos do Município, nesta data. Por ser verdade firmo a presente.

Dores do Turvo, 16 de julho de 2026.

Edmar Antônio Venâncio
Membro Apoio

Edital nº 103/2026

Última atualização 16/07/2026

Local: Dores do Turvo/MG **Órgão:** MUNICIPIO DE DORES DO TURVO **Unidade compradora:** 1 - Secretaria

Modalidade da contratação: Pregão - Presencial **Amparo Legal:** Lei 14.133/2021, Art. 28, I **Tipo:** Edital

Modo de disputa: Aberto **Registro de preço:** Não

Fonte orçamentária: Não informada

Data de divulgação no PNCP: 16/07/2026 **Situação:** Divulgada no PNCP

Data de início de recebimento de propostas: 31/07/2026 08:00 (horário de Brasília)

Data fim de recebimento de propostas: 31/07/2026 08:00 (horário de Brasília)

Id contratação PNCP: 18128249000142-1-000080/2026 **Fonte:** Planejar Consultores Associados Ltda

Justificativa da Modalidade Presencial:

Lei federal 14133/2021. Decreto Municipal 003/2026. Certame será filmado e transmitido em tempo real..

Objeto:

Contratação de empresa especializada para prestação de serviços em gestão e operação de canais de comunicação institucional e produção multimídia para o município, compreendendo a implementação, manutenção e operacionalização de um canal próprio de mídia indoor institucional, com veiculação de conteúdos informativos, educativos, promocionais e institucionais, alinhados às políticas públicas e à comunicação oficial do município de Dores do Turvo MG.

VALOR TOTAL ESTIMADO DA COMPRA	VALOR TOTAL HOMOLOGADO DA COMPRA
R$ 37.000,00	R$ 0,00

Itens | Arquivos | Atas de Registro de Preço | Contratos/Empenhos | Histórico

Número	Descrição	Quantidade	Valor unitário
1	SERVIÇOS - PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS ESPECIALIZADOS EM GESTÃO E OPERAÇÃO DE CANAIS DE COMUNICAÇÃO INSTITUCIONAL E PRODUÇÃO MULTIMÍDIA PARA O MUNICÍPIO, COMPREENDENDO A IMPLEMENTAÇÃO, MANUTENÇÃO E OPERACIONALIZAÇÃO DE UM CANAL PRÓPRIO DE MÍDIA INDOOR INSTITUCIONAL, COM VEICULAÇÃO DE CONTEÚDOS INFORMATIVOS, EDUCATIVOS, PROMOCIONAIS E INSTITUCIONAIS, ALINHADOS ÀS POLÍTICAS PÚBLICAS E À COMUNICAÇÃO OFICIAL DO MUNICÍPIO.	6	R$ 7400,00

Exibir 5 | 1 - 1 de 1 item | Página 1

‹ Voltar

Criado pela Lei nº 14.133/21, o Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) é o sítio eletrônico oficial, destinado à divulgação centralizada e obrigatória dos atos exigidos em sede de licitações e contratos administrativos abrangidos pelo novel diploma.

É gerido pelo Comitê Gestor da Rede Nacional de Contratações Públicas, um colegiado deliberativo com suas atribuições estabelecidas no Decreto nº 10.764 de 9 de agosto de 2021.

O desenvolvimento dessa versão do Portal é um esforço conjunto de construção de uma concepção ciclo a ciclo, homologado pelos indicados a compor o citado comitê.

A adequação, fidedignidade e correção das informações e dos arquivos relativos às contratações disponibilizadas no PNCP por força da Lei nº 14.133/2021 são de exclusiva responsabilidade dos órgãos e entidades contratantes.

https://portaldeservicos.pncp.gov.br

0800 978 9001

Texto disponível sob a licença de uso.

Publique-se, Registre-se e Cumpra-se.

Dores do Turvo/MG, 16 de julho de 2026.

KALLIL DAHIER MOREIRA CUNHA

Prefeito do Município de Dores do Turvo

Estado de Minas Gerais

PREFEITURA DE DORES DO TURVO, Processo licitatório nº 103/2026 Pregão Presencial nº 024/2026, que será realizado dia 31/07/2026, as 08:00 na sede da Prefeitura Municipal Tipo Menor preço global. Objeto: Contratação de empresa especializada para prestação de serviços em gestão e operação de canais de comunicação institucional e produção multimídia para o município, compreendendo a implementação, manutenção e operacionalização de um canal próprio de midia indoor institucional, com veiculação de conteúdos informativos, educativos, promocionais e institucionais, alinhados às políticas públicas e à comunicação oficial do município de Dores do Turvo MG. O edital esta no site oficial do Município (www.doresdoturvo.mg.gov.br); PNCP e sala de licitação da Prefeitura Rua Paulo F. de Faria, nº 55, centro. Inf. Nº: (32) 3478-0702 e-mail: licitação@doresdoturvo.mg.gov.br. Dores do Turvo, 16/07/2026. Samuel A. Pires – Pregoeiro

---

MUNICIPIO DE DORES DO TURVO:18128249000142

Assinado de forma digital por MUNICIPIO DE DORES DO TURVO:18128249000142
Dados: 2026.07.16 17:08:40 -03'00'

ANEXO IV - DECLARAÇÃO HABILITAÇÃO

(fora do envelope)

Processo nº 103/2026
Pregão Presencial 024/2026
Menor preço global

OBJETO: Contratação de empresa especializada para prestação de serviços em gestão e operação de canais de comunicação institucional e produção multimídia para o município, compreendendo a implementação, manutenção e operacionalização de um canal próprio de mídia indoor institucional, com veiculação de conteúdos informativos, educativos, promocionais e institucionais, alinhados às políticas públicas e à comunicação oficial do município de Dores do Turvo MG.

PROFILME MARKETING E ASSESSORIA LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 36.639.634/0001-36, com sede na R VEREADOR JOAO CEZAR MATOS, Nº276. GUIDOVAL/MG, declara, sob as penas da lei, que, na presente data, cumpre plenamente os requisitos de habilitação, em obediência A Lei nº14133/2021.

Guidoval, 27 de julho de 2026

Venicio Dlazaro de Oliveira
Sócio Administrador
CPF: 109.970.206-28
Telefone: (32) 98484-7434
E-mail: granvini@hotmail.com

ANEXO V - CREDENCIAMENTO

(fora do envelope)

Processo nº 103/2026
Pregão Presencial 024/2026
Menor preço global

OBJETO: Contratação de empresa especializada para prestação de serviços em gestão e operação de canais de comunicação institucional e produção multimídia para o município, compreendendo a implementação, manutenção e operacionalização de um canal próprio de mídia indoor institucional, com veiculação de conteúdos informativos, educativos, promocionais e institucionais, alinhados às políticas públicas e à comunicação oficial do município de Dores do Turvo MG.

PROFILME MARKETING E ASSESSORIA LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 36.639.634/0001-36, com sede na R VEREADOR JOAO CEZAR MATOS, Nº276. GUIDOVAL/MG, representado pelo Srº Venício Dlazaro de Oliveira - Sócio Administrador, CPF Nº. 109.970.206-28, vem pelo presente credenciar-se junto a Prefeitura Municipal de Dores do Turvo/MG, em referência ao Pregão Presencial acima identificado, tendo o mesmo, poderes de efetuar lances, assinar atas e recursar caso conveniente.

Guidoval, 27 de julho 2026.

Venício Dlazaro de Oliveira
Sócio Administrador
CPF: 109.970.206-28
Telefone: (32) 98484-7434
E-mail: granvini@hotmail.com

Ministério da Economia
Secretaria de Governo Digital
Departamento Nacional de Registro Empresarial e Integração
Secretaria de Estado de Fazenda de Minas Gerais

Nº DO PROTOCOLO (Uso da Junta Comercial)

95

NIRE (da sede ou filial, quando a sede for em outra UF)	Código da Natureza Jurídica	Nº de Matrícula do Agente Auxiliar do Comércio
	2062	

1 - REQUERIMENTO

ILMO(A). SR.(A) PRESIDENTE DA Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

Nome: PROFILME MARKETING E ASSESSORIA LTDA
(da Empresa ou do Agente Auxiliar do Comércio)

Nº FCN/REMP
MGP2600255192

requer a V.Sª o deferimento do seguinte ato:

Nº DE VIAS	CÓDIGO DO ATO	CÓDIGO DO EVENTO	QTDE	DESCRIÇÃO DO ATO / EVENTO
1	002			ALTERACAO
		020	1	ALTERACAO DE NOME EMPRESARIAL
		046	1	TRANSFORMACAO

GUIDOVAL
Local

10 MARÇO 2026
Data

Representante Legal da Empresa / Agente Auxiliar do Comércio:
Nome: _____
Assinatura: _____
Telefone de Contato: _____

2 - USO DA JUNTA COMERCIAL

☐ DECISÃO SINGULAR ☐ DECISÃO COLEGIADA

Nome(s) Empresarial(ais) igual(ais) ou semelhante(s):

☐ SIM _____ ☐ SIM _____

☐ NÃO ___/___/___ _____ Data / Responsável

☐ NÃO ___/___/___ _____ Data / Responsável

Processo em Ordem À decisão

___/___/___ Data

_____ Responsável

DECISÃO SINGULAR

☐ Processo em exigência. (Vide despacho em folha anexa)
☐ Processo deferido. Publique-se e arquive-se.
☐ Processo indeferido. Publique-se.

2ª Exigência	3ª Exigência	4ª Exigência	5ª Exigência
☐	☐	☐	☐

___/___/___ Data _____ Responsável

DECISÃO COLEGIADA

☐ Processo em exigência. (Vide despacho em folha anexa)
☐ Processo deferido. Publique-se e arquive-se.
☐ Processo indeferido. Publique-se.

2ª Exigência	3ª Exigência	4ª Exigência	5ª Exigência
☐	☐	☐	☐

___/___/___ Data

_____ Vogal _____ Vogal _____ Vogal

Presidente da ____ Turma

OBSERVAÇÕES

Junta Comercial do Estado de Minas Gerais
Certifico o registro sob o nº 31217963001 em 12/05/2026 da Empresa PROFILME MARKETING E ASSESSORIA LTDA, Nire 31217963001 e protocolo 263182916 - 05/05/2026. Efeitos do registro: 12/05/2026. Autenticação: D8D7F1FE15AD3126A7B114CC6C2C4D6C341A26. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse http://www.jucemg.mg.gov.br e informe nº do protocolo 26/318.291-6 e o código de segurança FKCV Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 12/05/2026 por Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral.

JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Registro Digital

Capa de Processo

Identificação do Processo		
Número do Protocolo	Número do Processo Módulo Integrador	Data
26/318.291-6	MGP2600255192	05/05/2026

Identificação do(s) Assinante(s)	
CPF	Nome
109.970.206-28	VENICIO DLAZARO DE OLIVEIRA

Junta Comercial do Estado de Minas Gerais
Certifico o registro sob o nº 31217963001 em 12/05/2026 da Empresa PROFILME MARKETING E ASSESSORIA LTDA. Nire 31217963001 e protocolo 263182916 - 05/05/2026. Efeitos do registro: 12/05/2026. Autenticação: D8D7F1FE15AD3126A7B114CC6C2C4D6C341A26. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse http://www.jucemg.mg.gov.br e informe nº do protocolo 26/318.291-6 e o código de segurança FKOV Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 12/05/2026 por Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral.

ALTERAÇÃO DO INSTRUMENTO DE INSCRIÇÃO

VENICIO DLAZARO DE OLIVEIRA, nascido(a) em 07/09/1986, CPF: 109.970.206-28, RESIDENTE E DOMICILIADO no(a): RUA VEREADOR JOAO CEZAR MATOS, 276, CENTRO, GUIDOVAL - MG, 36.515-000. Na qualidade de empresário individual 36.639.634 VENICIO DLAZARO DE OLIVEIRA, com sede na RUA VEREADOR JOAO CEZAR MATOS, 276, CENTRO, GUIDOVAL - MG, 36.515-000 com registro nessa Junta Comercial, inscrito no CNPJ sob nº 36.639.634/0001-36, resolve:

Cláusula Primeira - Transformar de Empresário Individual para Sociedade Limitada, adotando o nome empresarial PROFILME MARKETING E ASSESSORIA LTDA e terá sua sede e domicílio na RUA VEREADOR JOAO CEZAR MATOS, 276, CENTRO, GUIDOVAL - MG, 36.515-000, uma vez que admitiu o(s) sócio(s): VENICIO DLAZARO DE OLIVEIRA, BRASILEIRA(o), Solteiro(a), nascido(a) em 10/03/2026, CPF: 109.970.206-28, RESIDENTE E DOMICILIADO no(a): RUA VEREADOR JOAO CESAR MATOS, 276, CENTRO, GUIDOVAL - MG, 36.515-000.

Cláusula Segunda - O acervo do empresário ora transformado, no valor de R$ 500,00 (quinhentos reais), passa a constituir o capital da nova sociedade, e fica assim distribuído:

Sócio	Nº De Quotas	Valor (R$)
VENICIO DLAZARO DE OLIVEIRA	500	R$ 500,00

Cláusula Terceira - A administração da sociedade será exercida pelo sócio(a), VENICIO DLAZARO DE OLIVEIRA que representará(ão) legalmente a sociedade e poderá(ão) praticar todos os atos pertinentes à gestão da sociedade pertinente ao objeto social, em nome da pessoa jurídica, dentre ele (s): abrir, movimentar e encerrar contas correntes e/ou contas de pagamento, inclusive por meio de cartão de crédito e/ou débito; realizar transferências ou cobranças via DOC, TED, Pix e/ou qualquer outro meio; contratar ou renegociar empréstimos e/ou financiamentos; realizar ou resgatar aplicações financeiras e/ou investimentos; contratar ou cancelar seguros; outorgar procurações que contenham os poderes previstos acima; prestar garantias; solicitar a aquisição de novos produtos financeiros.

Parágrafo único. Não constituindo o objeto social, a alienação ou a oneração de bens imóveis depende de autorização da maioria.

Cláusula Quarta - O(s) administrador(es) declara(m), sob as penas da lei, que não está(ão) impedido (s) de exercer a administração da sociedade, por lei especial, ou em virtude de condenação criminal, ou por se encontrar(em) sob os efeitos dela, a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos; ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, fé pública, ou a propriedade.

Cláusula Quinta - Em consequência das alterações aqui transcritas, resolve(m) o(s) sócio(s) transcrever o contrato social o qual, já refletindo as alterações acima, passa a ser parte integrante da presente e ter a seguinte redação:

CONTRATO SOCIAL POR TRANSFORMAÇÃO DE EMPRESÁRIO INDIVIDUAL EM SOCIEDADE LIMITADA

VENICIO DLAZARO DE OLIVEIRA, BRASILEIRA(o), Solteiro(a), nascido(a) em 10/03/2026, CPF: 109.970.206-28, RESIDENTE E DOMICILIADO no(a): RUA VEREADOR JOAO CESAR MATOS, 276, CENTRO, GUIDOVAL - MG, 36.515-000.

Passa(m) a constituir o tipo jurídico Sociedade Limitada, a qual se regerá, doravante, pelo presente contrato social, mediante as condições e cláusulas seguintes:

Junta Comercial do Estado de Minas Gerais
Certifico o registro sob o nº 31217963001 em 12/05/2026 da Empresa PROFILME MARKETING E ASSESSORIA LTDA, Nire 31217963001 e protocolo 263182916 - 05/05/2026. Efeitos do registro: 12/05/2026. Autenticação: D8D7F1FE15AD3126A7B114CC6C2C4D6C341A26. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse http://www.jucemg.mg.gov.br e informe nº do protocolo 26/318.291-6 e o código de segurança FKOV Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 12/05/2026 por Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral.

DO NOME EMPRESARIAL

Cláusula Primeira - A sociedade adotar o seguinte nome empresarial: PROFILME MARKETING E ASSESSORIA LTDA.

DA SEDE

Cláusula Segunda - A sociedade terá sua sede no seguinte endereço: RUA VEREADOR JOAO CEZAR MATOS, 276, CENTRO, GUIDOVAL - MG, 36.515-000.

DO OBJETO SOCIAL

Cláusula Terceira - A sociedade terá por objeto o exercício das seguintes atividades econômicas: SERVICOS DE PUBLICIDADE COM UTILIZACAO DE ALTO-FALANTE E SONORIZACAO EM VEICULOS MOTORIZADOS OU NAO - PROPRIETARIO DE CARRO DE SOM PARA FINS PUBLICITARIOS, INDEPENDENTE. COMERCIO VAREJISTA DE ARTIGOS FOTOGRAFICOS E PARA FILMAGEM - COMERCIANTE INDEPENDENTE DE ARTIGOS FOTOGRAFICOS E PARA FILMAGEM. SERVICOS DE CAPTACAO DE IMAGENS ATRAVES DE CAMERAS DE CINEMA E VIDEO - FILMADOR INDEPENDENTE.

DO INÍCIO DAS ATIVIDADES E DO PRAZO

Cláusula Quarta - A sociedade iniciou suas atividades a partir de 11/03/2020 e seu prazo de duração é indeterminado.

DO CAPITAL SOCIAL

Cláusula Quinta - O capital social é de R$ 500,00 (quinhentos reais), divididos em 500 quotas, no valor nominal de R$ 1,00 cada uma.

Sócio	Nº De Quotas	Valor (R$)
VENICIO DLAZARO DE OLIVEIRA	500	R$ 500,00

Parágrafo Único. O capital encontra-se subscrito e integralizado pelo(s) sócio(s), em moeda corrente do País.

DA ADMINISTRAÇÃO

Cláusula Sexta - A administração da sociedade será exercida pelo sócio(a), VENICIO DLAZARO DE OLIVEIRA que representará(ão) legalmente a sociedade e poderá(ão) praticar todos os atos pertinentes à gestão da sociedade pertinente ao objeto social, em nome da pessoa jurídica, dentre ele (s): abrir, movimentar e encerrar contas correntes e/ou contas de pagamento, inclusive por meio de cartão de crédito e/ou débito; realizar transferências ou cobranças via DOC, TED, Pix e/ou qualquer outro meio; contratar ou renegociar empréstimos e/ou financiamentos; realizar ou resgatar aplicações financeiras e/ou investimentos; contratar ou cancelar seguros; outorgar procurações que contenham os poderes previstos acima; prestar garantias; solicitar a aquisição de novos produtos financeiros.

Parágrafo único. Não constituindo o objeto social, a alienação ou a oneração de bens imóveis depende de autorização da maioria.

DO BALANÇO PATRIMONIAL

Cláusula Sétima - Ao término de cada exercício, em 31 de dezembro, o administrador prestará contas justificadas de sua administração, procedendo à elaboração do inventário, do balanço patrimonial e do balanço de resultado econômico, cabendo ao(s) sócio(s), os lucros ou perdas apuradas na proporção de suas quotas (se for o caso).

Junta Comercial do Estado de Minas Gerais
Certifico o registro sob o nº 31217963001 em 12/05/2026 da Empresa PROFILME MARKETING E ASSESSORIA LTDA, Nire 31217963001 e protocolo 263182916 - 05/05/2026. Efeitos do registro: 12/05/2026. Autenticação: D8D7F1FE15AD3126A7B114CC6C2C4D6C341A26. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse http://www.jucemg.mg.gov.br e informe nº do protocolo 26/318.291-6 e o código de segurança FKOV Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 12/05/2026 por Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral.

DA DECLARAÇÃO DE DESIMPEDIMENTO DE ADMINISTRADOR

Cláusula Oitava - O(s) administrador(es) declara(m), sob as penas da lei, que não está(ão) impedido(s) de exercer a administração da sociedade, por lei especial, ou em virtude de condenação criminal, ou por se encontrar(em) sob os efeitos dela, a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos; ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, fé pública, ou a propriedade.

Cláusula Nona - A(s) parte(s) elege(m) o foro GUIDOVAL para dirimir quaisquer dúvidas decorrentes do presente instrumento contratual, bem como para o exercício e cumprimento dos direitos e obrigações resultantes deste contrato, renunciando a qualquer outro, por mais privilegiado que possa ser. E, por estar assim constituída, assina(m) o presente instrumento particular, em via única.

GUIDOVAL, 10 de Março de 2026.

VENICIO DLAZARO DE OLIVEIRA
Sócio/Administrador

Junta Comercial do Estado de Minas Gerais
Certifico o registro sob o nº 31217963001 em 12/05/2026 da Empresa PROFILME MARKETING E ASSESSORIA LTDA, Nire 31217963001 e protocolo 263182916 - 05/05/2026. Efeitos do registro: 12/05/2026. Autenticação: D8D7F1FE15AD3126A7B114CC6C2C4D6C341A26. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse http://www.jucemg.mg.gov.br e informe nº do protocolo 26/318.291-6 e o código de segurança FKOV Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 12/05/2026 por Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral.

JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Registro Digital

Documento Principal

Identificação do Processo		
Número do Protocolo	Número do Processo Módulo Integrador	Data
26/318.291-6	MGP2600255192	05/05/2026

Identificação do(s) Assinante(s)	
CPF	Nome
109.970.206-28	VENICIO DLAZARO DE OLIVEIRA

Junta Comercial do Estado de Minas Gerais
Certifico o registro sob o nº 31217963001 em 12/05/2026 da Empresa PROFILME MARKETING E ASSESSORIA LTDA, Nire 31217963001 e protocolo 263182916 - 05/05/2026. Efeitos do registro: 12/05/2026. Autenticação: D8D7F1FE15AD3126A7B114CD6C2C4D6C341A25. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse http://www.jucemg.mg.gov.br e informe nº do protocolo 26/318.291-6 e o código de segurança FKOV Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 12/05/2026 por Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral.

TERMO DE AUTENTICAÇÃO - REGISTRO DIGITAL

Certifico que o ato, assinado digitalmente, da empresa PROFILME MARKETING E ASSESSORIA LTDA, de NIRE 3121796300-1 e protocolado sob o número 26/318.291-6 em 05/05/2026, encontra-se registrado na Junta Comercial sob o número 31217963001, em 12/05/2026. O ato foi deferido eletrônicamente pelo examinador Barbara da Costa Souza Lima.

Certifica o registro, a Secretária-Geral, Marinely de Paula Bomfim. Para sua validação, deverá ser acessado o sitio eletrônico do Portal de Serviços / Validar Documentos (https://portalservicos.jucemg.mg.gov.br/Portal/pages/imagemProcesso/viaUnica.jsf) e informar o número de protocolo e chave de segurança.

Capa de Processo

Assinante(s)	
CPF	Nome
109.970.206-28	VENICIO DLAZARO DE OLIVEIRA

Documento Principal

Assinante(s)	
CPF	Nome
109.970.206-28	VENICIO DLAZARO DE OLIVEIRA

Belo Horizonte, terça-feira, 12 de maio de 2026

Documento assinado eletrônicamente por Barbara da Costa Souza Lima, Servidor(a) Público(a), em 12/05/2026, às 11:19 conforme horário oficial de Brasília.

A autencidade desse documento pode ser conferida no portal de serviços da jucemg informando o número do protocolo 26/318.291-6.

Junta Comercial do Estado de Minas Gerais
Certifico o registro sob o nº 31217963001 em 12/05/2026 da Empresa PROFILME MARKETING E ASSESSORIA LTDA, Nire 31217963001 e protocolo 263182916 - 05/05/2026. Efetos do registro: 12/05/2026. Autenticação: D8D7F1FE15AD3126A7B114CC6C2C4D6C341A25. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse http://www.jucemg.mg.gov.br e informe nº do protocolo 26/318.291-6 e o código de segurança FKOV Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 12/05/2026 por Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral.

JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Registro Digital

o ato foi deferido pelo decisor singular/turma e chancelado mediante certificado digital pelo(a) Secretário(a)-Geral:

Identificação do(s) Assinante(s)
Nome
MARINELY DE PAULA BOMFIM

Belo Horizonte, terça-feira, 12 de maio de 2026

Junta Comercial do Estado de Minas Gerais
Certifico o registro sob o nº 31217963001 em 12/05/2026 da Empresa PROFILME MARKETING E ASSESSORIA LTDA, Nire 31217963001 e protocolo 263182916 - 05/05/2026. Efeitos do registro: 12/05/2026. Autenticação: D8D7F1FE15AD3126A7B114CC6C2C4D6C341A26. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse http://www.jucemg.mg.gov.br e informe nº do protocolo 26/318.291-6 e o código de segurança FKOV Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 12/05/2026 por Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral.



QR-CODE

Documento assinado com certificado digital em conformidade com a Medida Provisória nº 2200-2/2001. Sua validade poderá ser confirmada por meio do programa Assinador Serpro.

As orientações para instalar o Assinador Serpro e realizar a validação do documento digital estão disponíveis em: https://www.serpro.gov.br/assinador-digital.

SERPRO / SENATRAN

ANEXO VII - DECLARAÇÃO DE MICROEMPRESA OU EMPRESA DE PEQUENO PORTE

(fora do envelope)

Processo nº 103/2026
Pregão Presencial 024/2026
Menor preço global

OBJETO: Contratação de empresa especializada para prestação de serviços em gestão e operação de canais de comunicação institucional e produção multimídia para o município, compreendendo a implementação, manutenção e operacionalização de um canal próprio de mídia indoor institucional, com veiculação de conteúdos informativos, educativos, promocionais e institucionais, alinhados às políticas públicas e à comunicação oficial do município de Dores do Turvo MG.

A Pessoa Jurídica **PROFILME MARKETING E ASSESSORIA LTDA,** inscrita no CNPJ sob o nº 36.639.634/0001-36 com sede na R. VEREADOR JOAO CEZAR MATOS, N°276, GUIDOVAL/MG, neste ato representada pelo (a) Sr. (a) Venicio Dlazaro de Oliveira inscrito no CPF sob o nº 109.970.206-28 , nacionalidade Brasileiro, estado civil Solterio (a), Empresário, **DECLARA**, sob as penas da Lei, que goza dos benefícios da Lei Complementar nº 123/2006, por se tratar de Microempresa e/ou Empresa de Pequeno Porte.

Guidoval, 27 de julho de 2026

Venicio Dlazaro de Oliveira
Sócio Administrador
CPF: 109.970.206-28
Telefone: (32) 98484-7434
E-mail: granvini@hotmail.com

Sistema Nacional de Registro de Empresas Mercantil - SINREM
Governo do Estado de Minas Gerais
Secretaria de Estado da Fazenda de Minas Gerais
Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

Certidão Simplificada

Certificamos que as informações abaixo constam dos documentos arquivados nesta Junta Comercial e são vigentes na data de sua expedição.

Nome Empresarial: PROFILME MARKETING E ASSESSORIA LTDA

Natureza Jurídica: SOCIEDADE EMPRESARIA LIMITADA

CNPJ	Data de Arquivamento do Ato Constitutivo	Data de Início de Atividade
36.639.634/0001-36	11/03/2020	11/03/2020

Endereço Completo:
RUA VEREADOR JOAO CEZAR MATOS 276 - BAIRRO CENTRO CEP 36515-000 - GUIDOVAL/MG

Objeto Social:
SERVICOS DE PUBLICIDADE COM UTILIZACAO DE ALTO-FALANTE E SONORIZACAO EM VEICULOS MOTORIZADOS OU NAO - PROPRIETARIO DE CARRO DE SOM PARA FINS PUBLICITARIOS, INDEPENDENTE. COMERCIO VAREJISTA DE ARTIGOS FOTOGRAFICOS E PARA FILMAGEM - COMERCIANTE INDEPENDENTE DE ARTIGOS FOTOGRAFICOS E PARA FILMAGEM. SERVICOS DE CAPTACAO DE IMAGENS ATRAVES DE CAMERAS DE CINEMA E VIDEO - FILMADOR INDEPENDENTE.

Capital Social:	Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte (Lei Complementar nº 123, de 2006)	Prazo de Duração
R$ 500,00 QUINHENTOS REAIS		
Capital Integralizado: R$ 500,00 QUINHENTOS REAIS	MICRO EMPRESA	INDETERMINADO

Sócios/Participação no Capital/Espécie de Sócio/Administrador/Término do Mandato

CPF/CNPJ	Nome	Participação no Capital	Espécie de Sócio/ Administrador	Térm. Mandato
109.970.206-28	VENICIO DLAZARO DE OLIVEIRA	R$ 500,00	SÓCIO / ADMINISTRADOR	xxxxxxx

Administrador Nomeado/Término do Mandato

CPF/CNPJ	Nome	Térm. Mandato
xxxxxxx	xxxxxxx	xxxxxxx

Situação: ATIVA — Status: xxxxxxx

Último Arquivamento: 12/05/2026 — Número: 31217963001

Ato 002 - ALTERACAO

Evento(s) 020 - ALTERACAO DE NOME EMPRESARIAL
046 - TRANSFORMACAO

NADA MAIS#

Belo Horizonte, 12 de Junho de 2026 19:06

MARINELY DE PAULA BOMFIM
SECRETÁRIA GERAL

Certidão Simplificada Digital emitida pela JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE MINAS GERAIS e certificada digitalmente. Se desejar confirmar a autenticidade desta certidão, acesse o site da JUCEMG (http://www.jucemg.mg.gov.br) e clique em validar certidão. A certidão pode ser validada de duas formas:
1) Validação por envio de arquivo (upload)
2) Validação visual (digite o nº C260001681971 e visualize a certidão)

25/414.745-6

Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

PROFILME MARKETING E ASSESSORIA LTDA
CNPJ: 36.639.634/0001-36 | INSCRIÇÃO ESTADUAL: 004577034.00-88
ENDEREÇO: RUA VEREADOR JOÃO CEZAR MATOS Nº276. GUIDOVAL/MG - TELEFONE: (32) 98484-7434

ANEXO III - *(dentro do envelope 01)*

PROPOSTA

Processo nº 103/2026
Pregão Presencial 024/2026
Menor preço global

OBJETO: Contratação de empresa especializada para prestação de serviços em gestão e operação de canais de comunicação institucional e produção multimídia para o município, compreendendo a implementação, manutenção e operacionalização de um canal próprio de mídia indoor institucional, com veiculação de conteúdos informativos, educativos, promocionais e institucionais, alinhados às políticas públicas e à comunicação oficial do município de Dores do Turvo MG.

PROFILME MARKETING E ASSESSORIA LTDA
CNPJ: 36.639.634/0001-36
INSCRIÇÃO ESTADUAL: 004577034.00-88
ENDEREÇO: RUA VEREADOR JOÃO CEZAR MATOS Nº276. GUIDOVAL/MG
TELEFONE: (32) 98484-7434

Item	Descrição	Qtd	Valor Unitário	Valor Total
01	Prestação de serviços especializados em gestão e operação de canais de comunicação institucional e produção multimídia para o município, compreendendo a implementação, manutenção e operacionalização de um canal próprio de mídia indoor institucional, com veiculação de conteúdos informativos, educativos, promocionais e institucionais, alinhados às políticas públicas e à comunicação oficial do município de Dores do Turvo MG	05 sv	R$7.400,00	R$37.000,00

Validade da proposta: CONFORME EDITAL – Mínimo 60 dias

Valor da Proposta: R$ 37.000,00 (Trinta e sete mil reais)

Condições de Pagamento: de acordo com o Edital do processo em epígrafe.

DECLARO estar ciente e de acordo com todas as normas e condições estabelecidas no edital do processo em epígrafe, e que os preços indicados nesta proposta estão computados todos os custos básicos diretos, bem como encargos sociais e trabalhistas e quaisquer outros custos ou despesas que incidam ou venham a incidir direta ou indiretamente sobre o objeto do certame, tais como frete, combustível, embalagens e demais concernentes à plena e total entrega do objeto.

Guidoval, 27 de julho de 2026

ProFilme Marketing e Assessoria LTDA
Representante: Venicio Diazaro de Oliveira
CPF: 109.970.206-28
CNPJ: 36.639.634/0001-36
Telefone: (32) 98484-7434
E-mail: granvini@hotmail.com



QR-CODE

Documento assinado com certificado digital em conformidade com a Medida Provisória nº 2200-2/2001. Sua validade poderá ser confirmada por meio do programa Assinador Serpro.

As orientações para instalar o Assinador Serpro e realizar a validação do documento digital estão disponíveis em: https://www.serpro.gov.br/assinador-digital.

SERPRO / SENATRAN

Ministério da Economia
Secretaria de Governo Digital
Departamento Nacional de Registro Empresarial e Integração
Secretaria de Estado de Fazenda de Minas Gerais

Nº DO PROTOCOLO (Uso da Junta Comercial)

SECRETARIA GERAL JUNTA COMERCIAL DE MINAS GERAIS 26 140 26

NIRE (da sede ou filial, quando a sede for em outra UF)	Código da Natureza Jurídica	Nº de Matrícula do Agente Auxiliar do Comércio
	2062	

1 - REQUERIMENTO

ILMO(A). SR.(A) PRESIDENTE DA Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

Nome: PROFILME MARKETING E ASSESSORIA LTDA
(da Empresa ou do Agente Auxiliar do Comércio)

Nº FCN/REMP
MGP2600255192

requer a V.Sª o deferimento do seguinte ato:

Nº DE VIAS	CÓDIGO DO ATO	CÓDIGO DO EVENTO	QTDE	DESCRIÇÃO DO ATO / EVENTO
1	002			ALTERACAO
		020	1	ALTERACAO DE NOME EMPRESARIAL
		046	1	TRANSFORMACAO

GUIDOVAL
Local

10 MARÇO 2026
Data

Representante Legal da Empresa / Agente Auxiliar do Comércio:
Nome: _____
Assinatura: _____
Telefone de Contato: _____

2 - USO DA JUNTA COMERCIAL

☐ DECISÃO SINGULAR ☐ DECISÃO COLEGIADA

Nome(s) Empresarial(ais) igual(ais) ou semelhante(s):

☐ SIM _____ ☐ NÃO ___/___/___ _____
Data Responsável

☐ SIM _____ ☐ NÃO ___/___/___ _____
Data Responsável

Processo em Ordem
À decisão

___/___/___
Data

_____
Responsável

DECISÃO SINGULAR

☐ Processo em exigência. (Vide despacho em folha anexa)
☐ Processo deferido. Publique-se e arquive-se.
☐ Processo indeferido. Publique-se.

2ª Exigência	3ª Exigência	4ª Exigência	5ª Exigência
☐	☐	☐	☐

___/___/___ _____
Data Responsável

DECISÃO COLEGIADA

☐ Processo em exigência. (Vide despacho em folha anexa)
☐ Processo deferido. Publique-se e arquive-se.
☐ Processo indeferido. Publique-se.

2ª Exigência	3ª Exigência	4ª Exigência	5ª Exigência
☐	☐	☐	☐

___/___/___
Data

_____ Vogal _____ Vogal _____ Vogal

Presidente da _____ Turma

OBSERVAÇÕES

Junta Comercial do Estado de Minas Gerais
Certifico o registro sob o nº 31217963001 em 12/05/2026 da Empresa PROFILME MARKETING E ASSESSORIA LTDA, Nire 31217963001 e protocolo 263182916 - 05/05/2026. Efeitos do registro: 12/05/2026. Autenticação: D8D7F1FE15AD3126A7B114CCBC2C4D6C341A26. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse http://www.jucemg.mg.gov.br e informe nº do protocolo 26/318.291-6 e o código de segurança FKOV Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 12/05/2026 por Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral.

JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Registro Digital

Capa de Processo

Identificação do Processo		
Número do Protocolo	Número do Processo Módulo Integrador	Data
26/318.291-6	MGP2600255192	05/05/2026

Identificação do(s) Assinante(s)	
CPF	Nome
109.970.206-28	VENICIO DLAZARO DE OLIVEIRA

Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

Junta Comercial do Estado de Minas Gerais
Certifico o registro sob o nº 31217963001 em 12/05/2026 da Empresa PROFILME MARKETING E ASSESSORIA LTDA, Nire 31217963001 e protocolo 263182916 - 05/05/2026. Efeitos do registro: 12/05/2026. Autenticação: D8D7F1FE15AD3126A7B114CC6C2C4D6C341A26. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse http://www.jucemg.mg.gov.br e informe nº do protocolo 26/318.291-6 e o código de segurança FKOV Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 12/05/2026 por Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral.

ALTERAÇÃO DO INSTRUMENTO DE INSCRIÇÃO

VENICIO DLAZARO DE OLIVEIRA, nascido(a) em 07/09/1986, CPF: 109.970.206-28, RESIDENTE E DOMICILIADO no(a): RUA VEREADOR JOAO CEZAR MATOS, 276, CENTRO, GUIDOVAL - MG, 36.515-000. Na qualidade de empresário individual 36.639.634 VENICIO DLAZARO DE OLIVEIRA, com sede na RUA VEREADOR JOAO CEZAR MATOS, 276, CENTRO, GUIDOVAL - MG, 36.515-000 com registro nessa Junta Comercial, inscrito no CNPJ sob nº 36.639.634/0001-36, resolve:

Cláusula Primeira - Transformar de Empresário Individual para Sociedade Limitada, adotando o nome empresarial PROFILME MARKETING E ASSESSORIA LTDA e terá sua sede e domicílio na RUA VEREADOR JOAO CEZAR MATOS, 276, CENTRO, GUIDOVAL - MG, 36.515-000, uma vez que admitiu o(s) sócio(s): VENICIO DLAZARO DE OLIVEIRA, BRASILEIRA(o), Solteiro(a), nascido(a) em 10/03/2026, CPF: 109.970.206-28, RESIDENTE E DOMICILIADO no(a): RUA VEREADOR JOAO CESAR MATOS, 276, CENTRO, GUIDOVAL - MG, 36.515-000.

Cláusula Segunda - O acervo do empresário ora transformado, no valor de R$ 500,00 (quinhentos reais), passa a constituir o capital da nova sociedade, e fica assim distribuído:

Sócio	Nº De Quotas	Valor (R$)
VENICIO DLAZARO DE OLIVEIRA	500	R$ 500,00

Cláusula Terceira - A administração da sociedade será exercida pelo sócio(a), VENICIO DLAZARO DE OLIVEIRA que representará(ão) legalmente a sociedade e poderá(ão) praticar todos os atos pertinentes à gestão da sociedade pertinente ao objeto social, em nome da pessoa jurídica, dentre ele (s): abrir, movimentar e encerrar contas correntes e/ou contas de pagamento, inclusive por meio de cartão de crédito e/ou débito; realizar transferências ou cobranças via DOC, TED, Pix e/ou qualquer outro meio; contratar ou renegociar empréstimos e/ou financiamentos; realizar ou resgatar aplicações financeiras e/ou investimentos; contratar ou cancelar seguros; outorgar procurações que contenham os poderes previstos acima; prestar garantias; solicitar a aquisição de novos produtos financeiros.

Parágrafo único. Não constituindo o objeto social, a alienação ou a oneração de bens imóveis depende de autorização da maioria.

Cláusula Quarta - O(s) administrador(es) declara(m), sob as penas da lei, que não está(ão) impedido (s) de exercer a administração da sociedade, por lei especial, ou em virtude de condenação criminal, ou por se encontrar(em) sob os efeitos dela, a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos; ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, fé pública, ou a propriedade.

Cláusula Quinta - Em consequência das alterações aqui transcritas, resolve(m) o(s) sócio(s) transcrever o contrato social o qual, já refletindo as alterações acima, passa a ser parte integrante da presente e ter a seguinte redação:

CONTRATO SOCIAL POR TRANSFORMAÇÃO DE EMPRESÁRIO INDIVIDUAL EM SOCIEDADE LIMITADA

VENICIO DLAZARO DE OLIVEIRA, BRASILEIRA(o), Solteiro(a), nascido(a) em 10/03/2026, CPF: 109.970.206-28, RESIDENTE E DOMICILIADO no(a): RUA VEREADOR JOAO CESAR MATOS, 276, CENTRO, GUIDOVAL - MG, 36.515-000.

Passa(m) a constituir o tipo jurídico Sociedade Limitada, a qual se regerá, doravante, pelo presente contrato social, mediante as condições e cláusulas seguintes:

Junta Comercial do Estado de Minas Gerais
Certifico o registro sob o nº 31217963001 em 12/05/2026 da Empresa PROFILME MARKETING E ASSESSORIA LTDA, Nire 31217963001 e protocolo 263182916 - 05/05/2026. Efeitos do registro: 12/05/2026. Autenticação: D8D7F1FE15AD3126A7B114CC6C2C4D6C341A26. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse http://www.jucemg.mg.gov.br e informe nº do protocolo 26/318.291-6 e o código de segurança FKOV Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 12/05/2026 por Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral.

DO NOME EMPRESARIAL

Cláusula Primeira - A sociedade adotar o seguinte nome empresarial: PROFILME MARKETING E ASSESSORIA LTDA.

DA SEDE

Cláusula Segunda - A sociedade terá sua sede no seguinte endereço: RUA VEREADOR JOAO CEZAR MATOS, 276, CENTRO, GUIDOVAL - MG, 36.515-000.

DO OBJETO SOCIAL

Cláusula Terceira - A sociedade terá por objeto o exercício das seguintes atividades econômicas: SERVICOS DE PUBLICIDADE COM UTILIZACAO DE ALTO-FALANTE E SONORIZACAO EM VEICULOS MOTORIZADOS OU NAO - PROPRIETARIO DE CARRO DE SOM PARA FINS PUBLICITARIOS, INDEPENDENTE. COMERCIO VAREJISTA DE ARTIGOS FOTOGRAFICOS E PARA FILMAGEM - COMERCIANTE INDEPENDENTE DE ARTIGOS FOTOGRAFICOS E PARA FILMAGEM. SERVICOS DE CAPTACAO DE IMAGENS ATRAVES DE CAMERAS DE CINEMA E VIDEO - FILMADOR INDEPENDENTE.

DO INÍCIO DAS ATIVIDADES E DO PRAZO

Cláusula Quarta - A sociedade iniciou suas atividades a partir de 11/03/2020 e seu prazo de duração é indeterminado.

DO CAPITAL SOCIAL

Cláusula Quinta - O capital social é de R$ 500,00 (quinhentos reais), divididos em 500 quotas, no valor nominal de R$ 1,00 cada uma.

Sócio	Nº De Quotas	Valor (R$)
VENICIO DLAZARO DE OLIVEIRA	500	R$ 500,00

Parágrafo Único. O capital encontra-se subscrito e integralizado pelo(s) sócio(s), em moeda corrente do País.

DA ADMINISTRAÇÃO

Cláusula Sexta - A administração da sociedade será exercida pelo sócio(a), VENICIO DLAZARO DE OLIVEIRA que representará(ão) legalmente a sociedade e poderá(ão) praticar todos os atos pertinentes à gestão da sociedade pertinente ao objeto social, em nome da pessoa jurídica, dentre ele (s): abrir, movimentar e encerrar contas correntes e/ou contas de pagamento, inclusive por meio de cartão de crédito e/ou débito; realizar transferências ou cobranças via DOC, TED, Pix e/ou qualquer outro meio; contratar ou renegociar empréstimos e/ou financiamentos; realizar ou resgatar aplicações financeiras e/ou investimentos; contratar ou cancelar seguros; outorgar procurações que contenham os poderes previstos acima; prestar garantias; solicitar a aquisição de novos produtos financeiros.

Parágrafo único. Não constituindo o objeto social, a alienação ou a oneração de bens imóveis depende de autorização da maioria.

DO BALANÇO PATRIMONIAL

Cláusula Sétima - Ao término de cada exercício, em 31 de dezembro, o administrador prestará contas justificadas de sua administração, procedendo à elaboração do inventário, do balanço patrimonial e do balanço de resultado econômico, cabendo ao(s) sócio(s), os lucros ou perdas apuradas na proporção de suas quotas (se for o caso).

Junta Comercial do Estado de Minas Gerais
Certifico o registro sob o nº 31217963001 em 12/05/2026 da Empresa PROFILME MARKETING E ASSESSORIA LTDA, Nire 31217963001 e protocolo 263182916 - 05/05/2026. Autenticação: D8D7F1FE15AD3126A7B114CC6C2C4D6C341A26. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse http://www.jucemg.mg.gov.br e informe nº do protocolo 26/318.291-8 e o código de segurança FKOV Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 12/05/2026 por Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral.

DA DECLARAÇÃO DE DESIMPEDIMENTO DE ADMINISTRADOR

Cláusula Oitava - O(s) administrador(es) declara(m), sob as penas da lei, que não está(ão) impedido(s) de exercer a administração da sociedade, por lei especial, ou em virtude de condenação criminal, ou por se encontrar(em) sob os efeitos dela, a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos; ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, fé pública, ou a propriedade.

Cláusula Nona - A(s) parte(s) elege(m) o foro GUIDOVAL para dirimir quaisquer dúvidas decorrentes do presente instrumento contratual, bem como para o exercício e cumprimento dos direitos e obrigações resultantes deste contrato, renunciando a qualquer outro, por mais privilegiado que possa ser. E, por estar assim constituída, assina(m) o presente instrumento particular, em via única.

GUIDOVAL, 10 de Março de 2026.

VENICIO DLAZARO DE OLIVEIRA
Sócio/Administrador

Junta Comercial do Estado de Minas Gerais
Certifico o registro sob o nº 31217963001 em 12/05/2026 da Empresa PROFILME MARKETING E ASSESSORIA LTDA, Nire 31217963001 e protocolo 263182916 - 05/05/2026. Efeitos do registro: 12/05/2026. Autenticação: D8D7F1FE15AD3126A7B114CC8C2C4D6C341A26. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse http://www.jucemg.mg.gov.br e informe nº do protocolo 26/318.291-6 e o código de segurança FKOV Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 12/05/2026 por Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral.

JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Registro Digital

Documento Principal

Identificação do Processo		
Número do Protocolo	Número do Processo Módulo Integrador	Data
26/318.291-6	MGP2600255192	05/05/2026

Identificação do(s) Assinante(s)	
CPF	Nome
109.970.206-28	VENICIO DLAZARO DE OLIVEIRA

Junta Comercial do Estado de Minas Gerais
Certifico o registro sob o nº 31217963001 em 12/05/2026 da Empresa PROFILME MARKETING E ASSESSORIA LTDA, Nire 31217963001 e protocolo 263182916 - 05/05/2026. Efeitos do registro: 12/05/2026. Autenticação: D8D7F1FE15AD3126A7B114CC6C2C4D6C341A26. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse http://www.jucemg.mg.gov.br e informe nº do protocolo 26/318.291-6 e o código de segurança FKOV Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 12/05/2026 por Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral.

PREFEITURA MUNICIPAL DE DORES DO TURVO - MG
FLS. 116

TERMO DE AUTENTICAÇÃO - REGISTRO DIGITAL

Certifico que o ato, assinado digitalmente, da empresa PROFILME MARKETING E ASSESSORIA LTDA. de NIRE 3121796300-1 e protocolado sob o número 26/318.291-6 em 05/05/2026, encontra-se registrado na Junta Comercial sob o número 31217963001, em 12/05/2026. O ato foi deferido eletrônicamente pelo examinador Barbara da Costa Souza Lima.

Certifica o registro, a Secretária-Geral, Marinely de Paula Bomfim. Para sua validação, deverá ser acessado o sitio eletrônico do Portal de Serviços / Validar Documentos (https://portalservicos.jucemg.mg.gov.br/Portal/pages/imagemProcesso/viaUnica.jsf) e informar o número de protocolo e chave de segurança.

Capa de Processo

Assinante(s)	
CPF	Nome
109.970.206-28	VENICIO DLAZARO DE OLIVEIRA

Documento Principal

Assinante(s)	
CPF	Nome
109.970.206-28	VENICIO DLAZARO DE OLIVEIRA

Belo Horizonte, terça-feira, 12 de maio de 2026

Documento assinado eletrônicamente por Barbara da Costa Souza Lima, Servidor(a) Público(a), em 12/05/2026, às 11:19 conforme horário oficial de Brasília.

A autenticidade desse documento pode ser conferida no portal de serviços da jucemg informando o número do protocolo 26/318.291-6.

Junta Comercial do Estado de Minas Gerais
Certifico o registro sob o nº 31217963001 em 12/05/2026 da Empresa PROFILME MARKETING E ASSESSORIA LTDA, Nire 31217963001 e protocolo 283182916 - 05/05/2026. Efeitos do registro: 12/05/2026. Autenticação: D8D7F1FE15AD3126A7B114CC6C2C4D6C341A26. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse http://www.jucemg.mg.gov.br e informe nº do protocolo 26/318.291-6 e o código de segurança FKOV Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 12/05/2026 por Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral.

JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Registro Digital

o ato foi deferido pelo decisor singular/turma e chancelado mediante certificado digital pelo(a) Secretário(a)-Geral:

Identificação do(s) Assinante(s)
Nome
MARINELY DE PAULA BOMFIM

Belo Horizonte, terça-feira, 12 de maio de 2026

Junta Comercial do Estado de Minas Gerais
Certifico o registro sob o nº 31217963001 em 12/05/2026 da Empresa PROFILME MARKETING E ASSESSORIA LTDA, Nire 31217963001 e protocolo 263182916 - 05/05/2026. Efeitos do registro: 12/05/2026. Autenticação: D6D7F1FE15AD3126A7B114CC6C2C4D6C341A26. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse http://www.jucemg.mg.gov.br e informe nº do protocolo 26/318.291-6 e o código de segurança FKOV Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 12/05/2026 por Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral.

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA

NÚMERO DE INSCRIÇÃO	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL	DATA DE ABERTURA
36.639.634/0001-36 MATRIZ		11/03/2020

NOME EMPRESARIAL
PROFILME MARKETING E ASSESSORIA LTDA

TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA)	PORTE
PROFILME	ME

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL
73.19-0-99 - Outras atividades de publicidade não especificadas anteriormente

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS
74.20-0-04 - Filmagem de festas e eventos
47.89-0-08 - Comércio varejista de artigos fotográficos e para filmagem

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA
206-2 - Sociedade Empresária Limitada

LOGRADOURO	NÚMERO	COMPLEMENTO
R VEREADOR JOAO CEZAR MATOS	276	********

CEP	BAIRRO/DISTRITO	MUNICÍPIO	UF
36.515-000	CENTRO	GUIDOVAL	MG

ENDEREÇO ELETRÔNICO	TELEFONE
GRANVINI@HOTMAIL.COM	(32) 8408-3015

ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR)
*****

SITUAÇÃO CADASTRAL	DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL
ATIVA	11/03/2020

MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL

SITUAÇÃO ESPECIAL	DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL
********	********

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 2.119, de 06 de dezembro de 2022.

Emitido no dia **09/06/2026** às **20:53:44** (data e hora de Brasília).

MINISTÉRIO DA FAZENDA
Secretaria da Receita Federal do Brasil
Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS FEDERAIS E À DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO

Nome: PROFILME MARKETING E ASSESSORIA LTDA
CNPJ: 36.639.634/0001-36

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que não constam pendências em seu nome, relativas a créditos tributários administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e a Inscrições em Dívida Ativa da União (DAU) junto à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

Esta certidão é válida para o estabelecimento matriz e suas filiais e, no caso de ente federativo, para todos os órgãos e fundos públicos da administração direta a ele vinculados. Refere-se à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN e abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <http://rfb.gov.br> ou <http://www.pgfn.gov.br>.

Certidão emitida gratuitamente com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 2/10/2014.
Emitida às 21:00:50 do dia 09/06/2026 <hora e data de Brasília>.
Válida até 06/12/2026.
Código de controle da certidão: **6CE5.B00C.A241.5A16**
Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.

SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA DE MINAS GERAIS

Certidão de Débitos Tributários

Negativa

Data de emissão 09/06/2026

Data de validade 07/09/2026

Razão Social
PROFILME MARKETING E ASSESSORIA LTDA

CNPJ
36.639.634/0001-36

Ressalvado o direito de a Fazenda Pública Estadual cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que:

1. Não constam débitos relativos a tributos administrados pela Fazenda Pública Estadual e/ou Advocacia Geral do Estado;

2. No caso de utilização para lavratura de escritura pública ou registro de formal de partilha, de carta de ajudicação expedida em autos de inventário ou de arrolamento, de sentença em ação de separação judicial, divórcio ou de partilha de bens na união estável e de escritura pública de doação de bens imóveis, esta certidão somente terá validade se acompanhada da Certidão de Pagamento / Desoneração do ITCD, prevista no artigo 39 do Decreto 43.981/2005.

Certidão válida para todos os estabelecimentos da empresa, alcançando débitos tributários do sujeito passivo em Fase Administrativa ou inscritos em Dívida Ativa.

A autenticidade desta certidão pode ser confirmada no sítio da Secretaria de Estado de Fazenda de Minas Gerais, em: https://cdt.fazenda.mg.gov.br > Validar CDT

Código de controle de autenticidade
CD94-F50A-D845-497F-82BC-F01A-F2BD-BB70

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUIDOVAL - MG
CERTIDÃO NEGATIVA DE DEBITOS
PRAÇA SANTO ANTONIO, 71 - CENTRO | CEP 36515-000
CNPJ: 18.128.215/0001-58

Emitido em:
12/06/2026 às 14:01:16

CERTIDÃO NEGATIVA DE DEBITOS

Nº - 2084

CONTRIBUINTE

Código Pessoa: **60960**
CPF/CNPJ: **36.639.634/0001-36**
Contribuinte: **PROFILME MARKETING E ASSESSORIA LTDA**
Endereço: **RUA VER. JOAO CESAR MATOS, 276 - CENTRO, GUIDOVAL - MG**

Finalidade: **documentação**
Requerente: **Bruno**

Observações:

Data emissão: **12/06/2026**
Data validade: **10/09/2026**

EMMANUELLE PEREIRA MARTINS, responsável pelo Setor de TRIBUTAÇAO da Prefeitura Municipal de GUIDOVAL/MG, ressalvado o direito de cobrar qualquer dívida que porventura venha a ser apurada, CERTIFICA que o contribuinte acima citado não possui débitos junto ao Município até a presente data com relação ao imposto predial e territorial urbano e taxas de serviços deste exercício e anteriores. Certidão válida por 90 (noventa) dias a contar da emissão. O referido é verdade.

Certidão eletrônica emitida pelo site da PREFEITURA MUNICIPAL DE GUIDOVAL - MG - Atendimento ao Cidadão

VALIDAÇÃO

Link de acesso: **https://portaldocidadao.habeasdata.com.br/?cod_empre=69**

Após acessar o link de acesso, clique no menu **Certidão Negativa de Débitos** , selecione a opção VERIFICADOR, informe o código e clique em gerar.

Código verificador: **QGRJRCAGAK**

Voltar Imprimir

CAIXA ECONÔMICA FEDERAL

Certificado de Regularidade do FGTS - CRF

Inscrição: 36.639.634/0001-36

Razão social: PROFILME MARKETING E ASSESSORIA LTDA

Endereço: RUA VEREADOR JOAO CEZAR MATOS 276 / CENTRO / GUIDOVAL / MG / 36515-000

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Servico - FGTS.

O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

Validade: 26/07/2026 a 24/08/2026

Certificação Número: 2026072604045795286306

Informação obtida em 27/07/2026 18:21:15

A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei esta condicionada a verificação de autenticidade no site da Caixa: www.caixa.gov.br

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS

Nome: PROFILME MARKETING E ASSESSORIA LTDA (MATRIZ E FILIAIS)
CNPJ: 36.639.634/0001-36
Certidão nº: 65048345/2026
Expedição: 27/07/2026, às 18:19:38
Validade: 23/01/2027 - 180 (cento e oitenta) dias, contados da data de sua expedição.

Certifica-se que **PROFILME MARKETING E ASSESSORIA LTDA (MATRIZ E FILIAIS)**, inscrito(a) no CNPJ sob o nº **36.639.634/0001-36, NÃO CONSTA** como inadimplente no Banco Nacional de Devedores Trabalhistas.
Certidão emitida com base nos arts. 642-A e 883-A da Consolidação das Leis do Trabalho, acrescentados pelas Leis ns.º 12.440/2011 e 13.467/2017, e no Ato 01/2022 da CGJT, de 21 de janeiro de 2022.
Os dados constantes desta Certidão são de responsabilidade dos Tribunais do Trabalho.
No caso de pessoa jurídica, a Certidão atesta a empresa em relação a todos os seus estabelecimentos, agências ou filiais.
A aceitação desta certidão condiciona-se à verificação de sua autenticidade no portal do Tribunal Superior do Trabalho na Internet (http://www.tst.jus.br).
Certidão emitida gratuitamente.

INFORMAÇÃO IMPORTANTE

Do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas constam os dados necessários à identificação das pessoas naturais e jurídicas inadimplentes perante a Justiça do Trabalho quanto às obrigações estabelecidas em sentença condenatória transitada em julgado ou em acordos judiciais trabalhistas, inclusive no concernente aos recolhimentos previdenciários, a honorários, a custas, a emolumentos ou a recolhimentos determinados em lei; ou decorrentes de execução de acordos firmados perante o Ministério Público do Trabalho, Comissão de Conciliação Prévia ou demais títulos que, por disposição legal, contiver força executiva.

Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais

UBÁ

CERTIDÃO CÍVEL DE FALÊNCIA E CONCORDATA NEGATIVA

CERTIFICO que, revendo os registros de distribuição de ação de NATUREZA CÍVEL nesta comarca, até a presente data, nas ações específicas de Concordata Preventiva / Suspensiva, Falência de Empresários, Sociedades Empresáriais, Microempresas e Empresas de Pequeno Porte, Recuperação Extrajudicial, Recuperação Judicial, NADA CONSTA em tramitação contra:

Nome: PROFILME MARKETING E ASSESSORIA LTDA
CNPJ: 36.639.634/0001-36

Observações:

a) Certidão expedida gratuitamente através da internet, nos termos do caput do art. 8º da Resolução 121/2010 do Conselho Nacional de Justiça;

b) a informação do número do CPF/CNPJ é de responsabilidade do solicitante da certidão, sendo pesquisados o nome e o CPF/CNPJ exatamente como digitados;

c) ao destinatário cabe conferir o nome e a titularidade do número do CPF/CNPJ informado, podendo confirmar a autenticidade da Certidão no portal do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais (http://www.tjmg.jus.br), pelo prazo de 3 (três) meses após a sua expedição;

d) esta Certidão inclui os processos físicos e eletrônicos, onde houver sido implantado o Processo Judicial Eletrônico - PJe, o eproc, o Sistema CNJ (Ex-Projudi) e o SEEU - Sistema Eletrônico de Execução Unificada, tendo a mesma validade da certidão emitida diretamente no Fórum e abrange os processos da Justiça Comum, do Juizado Especial e da Turma Recursal apenas da comarca pesquisada, com exceção do SEEU, cujo sistema unificado abrange todas as comarcas do Estado;

e) A presente certidão não faz referência a período de anos, uma vez que somente se refere à existência de feitos judiciais em andamento (processos ativos) contra o nome pesquisado, conforme Provimento 355/2018 da Corregedoria Geral de Justiça.

A presente certidão NÃO EXCLUI a possibilidade da existência de outras ações de natureza diversa daquelas aqui mencionadas.

Certidão solicitada em 09 de Junho de 2026 às 21:14

UBÁ, 09 de Junho de 2026 às 21:14

Código de Autenticação: 2606-0921-1422-0027-7918

Para validar esta certidão, acesse o sítio do TJMG (www.tjmg.jus.br) em Certidão Judicial/AUTENTICIDADE DA CERTIDÃO /AUTENTICAÇÃO 2 informando o código.

ATENÇÃO: Documento composto de 1 folhas(s). Documento emitido por processamento eletrônico. Qualquer emenda ou rasura gera sua invalidade e será considerada como indício de possível adulteração ou tentativa de fraude.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTANA DE CATAGUASES

Praça Agostinho Alves de Araujo, 26 – Telefax: (32) 3425-1223
CNPJ - 17.702.515/0001-36 - CEP 36.795-000 - Minas Gerais
Administração – 2025/2028

ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA

Atestamos, para os devidos fins, que a empresa **PROFILME MARKETING E ASSESSORIA LTDA**, inscrita no CNPJ sob o nº 36.639.634/0001-36, estabelecida na Rua Vereador João Cezar Mattos, nº 276, Centro, na cidade de Guidoval, Estado de Minas Gerais, presta serviços a esta municipalidade, detendo qualificação técnica para prestação de serviços de assessoria de marketing, produções multimídia e comunicação digital.

Declaramos, ainda, que a empresa cumpriu com as disposições contratuais, não havendo nada que desabone a sua conduta até o momento perante esta municipalidade.

Santana de Cataguases, Minas Gerais, 09 de junho de 2026.

gov.br Documento assinado digitalmente
HUMBERTO DO NASCIMENTO MATHIAS
Data: 09/06/2026 21:23:03-0300
Verifique em https://validar.iti.gov.br

Humberto do Nascimento Mathias
Subsecretário de Cultura, Turismo e Esporte

ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA

EL SHADDAI SOLUÇÕES E CONSULTORIA LTDA.ME

CNPJ: 33.078.330/0001-59

ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA

Atestamos, para os devidos fins, que a empresa **PROFILME**, inscrita no CNPJ sob o nº 36.639.634/0001-36, estabelecida na Rua Vereador João Cezar Mattos, nº 276, Centro, na cidade de Guidoval, Estado de Minas Gerais, presta serviços à EL Shaddai Soluções e Consultoria Ltda, CNPJ nº 33.078.330/0001-59, estabelecida na Rua Edmundo Silveira, nº 79, Avelino Cardoso, na cidade de São Geraldo, Estado de Minas Gerais, detendo qualificação técnica para prestação de serviços de assessoria de marketing e comunicação,...

Registramos que a empresa presta serviços desde julho de 2021 até a presente data.

Informamos ainda que os serviços prestados pela empresa mencionada apresentaram desempenho operacional correto, conforme comprovado pela qualificação técnica de seu corpo técnico e conforme as questões técnicas que envolvem a criação, implementação e gestão de estratégias de marketing e comunicação.

São Geraldo, 13 de Janeiro de 2026

gov.br Documento assinado digitalmente
MARCELO MOREIRA BARROS
Data: 13/01/2026 16:56:51-03:00
Verifique em https://validar.iti.gov.br

ANEXO VI - DECLARAÇÕES DE QUE NÃO EMPREGA MENOR, DE INEXISTÊNCIA DE FATO IMPEDITIVO, DE IDONEIDADE, DE INEXISTÊNCIA DE SERVIDOR PÚBLICO DA ATIVA OU EMPREGADO DE EMPRESA PÚBLICA OU DE SOCIEDADE DE ECONOMIA MISTA NO QUADRO SOCIETÁRIO DA EMPRESA E DE QUE CONCORDA COM OS TERMOS DO EDITAL.

(dentro envelope 02)

Processo nº 103/2026
Pregão Presencial 024/2026
Menor preço global

OBJETO: Contratação de empresa especializada para prestação de serviços em gestão e operação de canais de comunicação institucional e produção multimídia para o município, compreendendo a implementação, manutenção e operacionalização de um canal próprio de mídia indoor institucional, com veiculação de conteúdos informativos, educativos, promocionais e institucionais, alinhados às políticas públicas e à comunicação oficial do município de Dores do Turvo MG.

A empresa **PROFILME MARKETING E ASSESSORIA LTDA.** inscrita no CNPJ sob o nº 36.639.634/0001-36, com sede na R. VEREADOR JOAO CEZAR MATOS, Nº276, GUIDOVAL/MG, **DECLARA:**

- Para fins do disposto na Lei nº 14133/2021, que não emprega menores de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, também que não emprega menores de dezesseis anos salvo condição de aprendiz;

- Não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

- Cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

- Sob as penas da lei, que, na presente data, inexistem fatos impeditivos para sua participação no processo licitatório, inclusive não está proibido de contratar com a Administração Pública, estando ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;

- Sob as penas da Lei, que não se acha declarada inidônea para licitar e contratar com o Poder Público, e nem suspensa do direito de licitar ou contratar com a Administração Pública;

- Sob as penas da lei, que não possui em seu quadro societário servidor público da ativa ou empregada de empresa pública ou de sociedade de economia mista;

-Expressamente que concorda com todos os termos estabelecidos neste Edital.

Guidoval, 27 de julho de 2026

Venicio Dlazaro de Oliveira
Sócio Administrador
CPF: 109.970.206-28
Telefone: (32) 98484-7434
E-mail: granvini@hotmail.com

Sistema Nacional de Registro de Empresas Mercantil - SINREM
Governo do Estado de Minas Gerais
Secretaria de Estado da Fazenda de Minas Gerais
Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

PREFEITURA MUNICIPAL DE DORES DO TURVO - MG
Fls. 198

Certidão Simplificada

Certificamos que as informações abaixo constam dos documentos arquivados nesta Junta Comercial e são vigentes na data de sua expedição.

Nome Empresarial: PROFILME MARKETING E ASSESSORIA LTDA
Natureza Jurídica: SOCIEDADE EMPRESARIA LIMITADA

CNPJ	Data de Arquivamento do Ato Constitutivo	Data de Início de Atividade
36.639.634/0001-36	11/03/2020	11/03/2020

Endereço Completo:
RUA VEREADOR JOAO CEZAR MATOS 276 - BAIRRO CENTRO CEP 36515-000 - GUIDOVAL/MG

Objeto Social:
SERVICOS DE PUBLICIDADE COM UTILIZACAO DE ALTO-FALANTE E SONORIZACAO EM VEICULOS MOTORIZADOS OU NAO - PROPRIETARIO DE CARRO DE SOM PARA FINS PUBLICITARIOS, INDEPENDENTE. COMERCIO VAREJISTA DE ARTIGOS FOTOGRAFICOS E PARA FILMAGEM - COMERCIANTE INDEPENDENTE DE ARTIGOS FOTOGRAFICOS E PARA FILMAGEM. SERVICOS DE CAPTACAO DE IMAGENS ATRAVES DE CAMERAS DE CINEMA E VIDEO - FILMADOR INDEPENDENTE.

Capital Social:	Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte (Lei Complementar nº 123, de 2006)	Prazo de Duração
R$ 500,00 QUINHENTOS REAIS		
Capital Integralizado: R$ 500,00 QUINHENTOS REAIS	MICRO EMPRESA	INDETERMINADO

Sócios/Participação no Capital/Espécie de Sócio/Administrador/Término do Mandato

CPF/CNPJ	Nome	Participação no Capital	Espécie de Sócio/ Administrador	Térm. Mandato
109.970.206-26	VENICIO DLAZARO DE OLIVEIRA	R$ 500,00	SÓCIO / ADMINISTRADOR	xxxxxxx

Administrador Nomeado/Término do Mandato

CPF/CNPJ	Nome	Térm. Mandato
xxxxxxx	xxxxxxx	xxxxxxx

Situação: ATIVA — Status: xxxxxxx

Último Arquivamento: 12/05/2026 — Número: 31217963001

Ato 002 - ALTERACAO
Evento(s) 020 - ALTERACAO DE NOME EMPRESARIAL
046 - TRANSFORMACAO

NADA MAIS#

Belo Horizonte, 12 de Junho de 2026 19:06

MARINELY DE PAULA BOMFIM
SECRETÁRIA GERAL

Certidão Simplificada Digital emitida pela JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE MINAS GERAIS e certificada digitalmente. Se desejar confirmar a autenticidade desta certidão, acesse o site da JUCEMG (http://www.jucemg.mg.gov.br) e clique em validar certidão. A certidão pode ser validada de duas formas:
1) Validação por envio de arquivo (upload)
2) Validação visual (digite o nº C26000168197I e visualize a certidão)

26/414.745-6

Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

ANEXO VII - DECLARAÇÃO DE MICROEMPRESA OU EMPRESA DE PEQUENO PORTE

(fora do envelope)

Processo nº 103/2026
Pregão Presencial 024/2026
Menor preço global

OBJETO: Contratação de empresa especializada para prestação de serviços em gestão e operação de canais de comunicação institucional e produção multimídia para o município, compreendendo a implementação, manutenção e operacionalização de um canal próprio de mídia indoor institucional, com veiculação de conteúdos informativos, educativos, promocionais e institucionais, alinhados às políticas públicas e à comunicação oficial do município de Dores do Turvo MG.

A Pessoa Jurídica **PROFILME MARKETING E ASSESSORIA LTDA,** inscrita no CNPJ sob o nº 36.639.634/0001-36 com sede na R. VEREADOR JOAO CEZAR MATOS, Nº276. GUIDOVAL/MG, neste ato representada pelo (a) Sr. (a) Venicio Dlazaro de Oliveira inscrito no CPF sob o nº 109.970.206-28 , nacionalidade Brasileiro, estado civil Solterio (a), Empresário, **DECLARA,** sob as penas da Lei, que goza dos benefícios da Lei Complementar nº 123/2006, por se tratar de Microempresa e/ou Empresa de Pequeno Porte.

Guidoval, 27 de julho de 2026

Venicio Dlazaro de Oliveira
Sócio Administrador
CPF: 109.970.206-28
Telefone: (32) 98484-7434
E-mail: granvini@hotmail.com

TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO

Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica

Este relatório tem por objetivo apresentar os resultados consolidados de consultas eletrônicas realizadas diretamente nos bancos de dados dos respectivos cadastros. A responsabilidade pela veracidade do resultado da consulta é do Órgão gestor de cada cadastro consultado. A informação relativa à razão social da Pessoa Jurídica é extraída do Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica, mantido pela Receita Federal do Brasil.

Consulta realizada em: 31/07/2026 08:26:26

Informações da Pessoa Jurídica:

Razão Social: **PROFILME MARKETING E ASSESSORIA LTDA**
CNPJ: **36.639.634/0001-36**

Resultados da Consulta Eletrônica:

Órgão Gestor: **TCU**
Cadastro: **Licitantes Inidôneos**
Resultado da consulta: **Nada Consta**

Para acessar a certidão original no portal do órgão gestor, clique AQUI.

Órgão Gestor: **CNJ**
Cadastro: **CNIA - Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade**
Resultado da consulta: **Nada Consta**

Para acessar a certidão original no portal do órgão gestor, clique AQUI.

Órgão Gestor: **Portal da Transparência**
Cadastro: **Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas**
Resultado da consulta: **Sistema do Portal da Transparência está indisponível**

Para acessar a certidão original no portal do órgão gestor, clique AQUI.

Órgão Gestor: **Portal da Transparência**
Cadastro: **CNEP - Cadastro Nacional de Empresas Punidas**
Resultado da consulta: **Sistema do Portal da Transparência está indisponível**

Para acessar a certidão original no portal do órgão gestor, clique AQUI.

Obs: A consulta consolidada de pessoa jurídica visa atender aos princípios de simplificação e racionalização de serviços públicos digitais. Fundamento legal: Lei nº 12.965, de 23 de abril de 2014, Lei nº 13.460, de 26 de junho de 2017, Lei nº 13.726, de 8 de outubro de 2018, Decreto nº 8.638 de 15, de janeiro de 2016.

PREFEITURA MUNICIPAL DE DORES DO TURVO
ATA LICITAÇÃO PROCESSO Nº 103/2026.

PROCESSO Nº 103/2026
PREGÃO PRESENCIAL 024/2026
MENOR PREÇO GLOBAL
FUNDAMENTO LEGAL: ART 28 inciso I Lei Federal 14.133/21
DECRETO MUNICIPAL: 003/2025

ESCOPO

No dia trinta e um de julho de 2026 às 08:00 horas, reuniu-se o Pregoeiro juntamente com sua CPL (Comissão Permanente de Licitação), da PREFEITURA MUNICIPAL DE DORES TURVO, para julgamento Proposta e Habilitação dos licitantes participantes do processo de licitação nº 103/2026, pregão presencial nº 024/2026 cujo objetivo do certame é a Contratação de empresa especializada para prestação de serviços em gestão e operação de canais de comunicação institucional e produção multimidia para o municipio, compreendendo a implementação, manutenção e operacionalização de um canal próprio de midia indoor institucional, com veiculação de conteúdos informativos, educativos, promocionais e institucionais, alinhados às politicas públicas e à comunicação oficial do município de Dores do Turvo MG.

PARTICIPANTES

Participaram da sessão de habilitação juntamente com o Pregoeiro Samuel Abraão Pires e sua CPL Maria Andrea de Souza e Edmar Antônio Venâncio.

CREDENCIAMENTO

Compareceu o seguinte licitante:

PROFILME MARKETING E ASSESSORIA LTDA CNPJ Nº 36.639.634/0001-36 Representado por Venicio Dlazaro de Oliveira CPF nº 109.970.206-28.

PROPOSTAS

Aberto o envelope 01 Proposta ficou constatado o seguinte:

Item 01- Prestação de serviços especializados em gestão e operação de canais de comunicação institucional e produção multimidia para o municipio, compreendendo a implementação, manutenção e operacionalização de um canal próprio de midia indoor institucional, com veiculação de conteúdos informativos, educativos, promocionais e institucionais, alinhados às politicas públicas e à comunicação oficial do município.

PROFILME MARKETING E ASSESSORIA LTDA
R$ 7.400,00

RODADA DE LANCES

Para a rodada de lances, foi apurado o seguinte:

Item 01- Media Edital R$ 7.400,00

PROFILME MARKETING E ASSESSORIA LTDA
R$ 7.400,00
7.400,00 classificado

Durante a fase de lances, o Pregoeiro realizou negociação com o licitante, porém não obteve êxito na tentativa de redução do valor ofertado.

PREFEITURA MUNICIPAL DE DORES DO TURVO
ATA LICITAÇÃO PROCESSO Nº 103/2026.

HABILITAÇÃO

Após a rodada de lances, passamos a fase de habilitação do proponente classificado na fase de lances onde foi constatado:

Empresa PROFILME MARKETING E ASSESSORIA LTDA habilitado

Na fase de habilitação foi realizado a consulta do classificado no TCU, CNIA, CNEIS e CNEP onde foi verificado que não há nenhuma ocorrência conforme anexo.

MANIFESTAÇÃO DE RECURSO

Não houve manifestação de recursos

OUTRAS INFORMAÇÕES

Processo segue para assessoria para o devido parecer jurídico

Atestamos que conforme lei federal 14133/2021, a licitação foi devidamente filmada e transmitida pelo youtube e site da prefeitura Municipal conforme link:

https://youtube.com/live/YIA9M1QuZBM?feature=share

ENCERRAMENTO DA SESSÃO

Não havendo nada mais a tratar, foi encerrada esta sessão às 08:33 e, para constar é lavrada a presente ata, que uma vez lida e aprovada vai assinada por todos os membros presentes. XXXXXXXXX XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

ASSINATURAS

Pregoeiro / CPL (Comissão Permanente de Licitação)

Samuel Abraão Pires - Pregoeiro

Edmar Antônio Venâncio – MEMBRO

Maria Andrea de Souza - MEMBRO

PROFILME MARKETING E ASSESSORIA LTDA
Venicio Dlazaro de Oliveira

PREFEITURA MUNICIPAL DE DORES DO TURVO MG 133

PARECER JURÍDICO FINAL.

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 103/2026

PREGÃO PRESENCIAL Nº 024/2026

OBJETO: Contratação de empresa especializada para prestação de serviços em gestão e operação de canais de comunicação institucional e produção multimídia para o município, compreendendo a implementação, manutenção e operacionalização de um canal próprio de midia indoor institucional. com veiculação de conteúdos informativos, educativos, promocionais e institucionais, alinhados às politicas públicas e à comunicação oficial do município de Dores do Turvo/MG.

I. RELATÓRIO

Trata-se de análise juridica do Processo Licitatório nº 103 de 2026, realizado na modalidade Pregão Presencial nº 024 de 2026, com critério de julgamento pelo menor preço global, cuja sessão pública ocorreu em 31 de julho de 2026.

O certame tem por objeto a contratação de empresa especializada para prestação de serviços em gestão e operação de canais de comunicação institucional e produção multimidia para o Municipio, compreendendo a implementação, manutenção e operacionalização de canal próprio de mídia indoor institucional, com veiculação de conteúdos informativos, educativos, promocionais e institucionais, alinhados às politicas públicas e à comunicação oficial do Municipio de Dores do Turvo, Minas Gerais.

Conforme consta da documentação encaminhada, compareceu à sessão apenas a empresa PROFILME MARKETING E ASSESSORIA LTDA., inscrita no CNPJ sob o nº 36.639.634.0001-36, representada por Venicio Dlázaro de Oliveira, inscrito no CPF sob o nº 109.970.206-28.

Após a realização dos atos de credenciamento, recebimento e julgamento da proposta e análise dos documentos de habilitação, a referida empresa foi declarada

vencedora, tendo apresentado proposta final no valor mensal de R$ 7.400,00, quantia inferior ao valor máximo estabelecido no instrumento convocatório e considerada exequível pela equipe responsável pelo certame.

Registra-se que não foram apresentadas impugnações ou solicitações de esclarecimentos ao edital. Encerradas as fases de julgamento e habilitação, também não houve manifestação de intenção recursal, interposição de recurso ou apresentação de contrarrazões.

A documentação de credenciamento e habilitação jurídica, técnica, fiscal, social, trabalhista e econômico-financeira foi apresentada de forma regular e em conformidade com as exigências editalícias.

É o relatório.

2. FUNDAMENTAÇÃO

A presente manifestação possui natureza opinativa e restringe-se ao controle de legalidade dos atos administrativos praticados, não abrangendo avaliações de conveniência e oportunidade, nem questões eminentemente técnicas, financeiras ou mercadológicas, cujas informações se presumem legítimas quando emitidas pelos setores competentes.

A licitação pública encontra fundamento no artigo 37, inciso XXI, da Constituição da República, devendo observar os princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, eficiência, isonomia e seleção da proposta mais vantajosa para a Administração.

A matéria é disciplinada principalmente pela Lei nº 14.133 de 2021, especialmente pelos princípios previstos em seu artigo 5º e pelos objetivos estabelecidos no artigo 11, entre os quais se destacam a seleção da proposta apta a gerar o resultado mais vantajoso, a garantia de tratamento isonômico e justa competição, a prevenção de sobrepreço e a promoção da eficiência nas contratações públicas.

O pregão encontra previsão nos artigos 28, inciso I, e 29 da Lei nº 14.133 de 2021 e deve ser adotado quando o objeto possuir padrões de desempenho e qualidade passíveis de definição objetiva por meio de especificações usuais de mercado.

Conforme a caracterização técnica adotada no estudo técnico preliminar e no termo de referência, o núcleo da contratação corresponde à implementação, manutenção e operação de canal próprio de mídia indoor, com entregas, periodicidade, prazos e padrões de execução previamente especificados. Sob essa delimitação, mostra-se juridicamente possível seu enquadramento como serviço comum, permitindo a adoção do pregão e do critério de menor preço.

Embora o objeto envolva produção de conteúdos institucionais e multimídia, não se verifica, nos limites da contratação, a intermediação para aquisição de espaços publicitários em veículos externos, compra de mídia ou execução integrada das atividades típicas de agência de propaganda previstas no artigo 2º da Lei nº 12.232 de 2010. A execução contratual deverá permanecer estritamente vinculada ao escopo operacional delimitado no edital, não sendo admissível sua ampliação para abranger serviços típicos de publicidade, relações com a imprensa, relações públicas ou aquisição de mídia sem a realização do procedimento legal específico.

Quanto à forma presencial, o artigo 17, parágrafo segundo, da Lei nº 14.133 de 2021 estabelece preferência pela forma eletrônica, admitindo a presencial quando devidamente motivada. O artigo 176, inciso II, da mesma Lei concedeu aos municípios com até vinte mil habitantes prazo de seis anos para cumprimento da obrigatoriedade de realização das licitações sob a forma eletrônica.

No âmbito municipal, a matéria foi regulamentada pelo Decreto Municipal nº 003 de 2025, que disciplina a aquisição de bens e serviços comuns mediante pregão presencial. O edital do Processo nº 103 de 2026 contém justificativa para a adoção da forma presencial, em consonância com o referido decreto e com o artigo 176 da Lei nº 14.133 de 2021.

Para a completa regularidade formal, a sessão presencial deve estar registrada em ata e integralmente gravada em áudio e vídeo, com a respectiva gravação juntada aos autos, conforme determina o artigo 17, parágrafos segundo e quinto, da Lei nº 14.133 de 2021.

A participação de apenas uma empresa não constitui, isoladamente, causa de nulidade, fracasso ou revogação da licitação. Inexiste na Lei nº 14.133 de 2021

PREFEITURA MUNICIPAL DE DORES DO TURVO - MG
Fls: 136

exigência de número mínimo de participantes para a validade do pregão. A regularidade depende da adequada publicidade do edital, da ausência de cláusulas indevidamente restritivas, da compatibilidade da proposta com o mercado e da efetiva demonstração de vantajosidade para a Administração.

Não havendo impugnações ao instrumento convocatório e estando comprovadas as publicações legalmente exigidas, inclusive a disponibilização do edital e de seus anexos no Portal Nacional de Contratações Públicas, não se identifica irregularidade decorrente do comparecimento de uma única licitante.

Em relação à proposta vencedora, o artigo 59, inciso III, da Lei nº 14.133 de 2021 determina a desclassificação das propostas inexequíveis ou que permaneçam acima do orçamento estimado. No caso examinado, a proposta final de R$ 7.400,00 mensais encontra-se abaixo do valor máximo definido no edital e foi considerada exequível pelo setor responsável, inexistindo indícios concretos de que o preço seja insuficiente para suportar os custos da contratação.

A habilitação, nos termos dos artigos 62 a 70 da Lei nº 14.133 de 2021, destina-se à verificação da capacidade jurídica, técnica, fiscal, social, trabalhista e econômico-financeira do licitante. Considerando a informação de que todos os documentos de credenciamento e habilitação foram apresentados corretamente, dentro dos respectivos prazos de validade e em conformidade com o edital, encontra-se regular a declaração de habilitação da empresa vencedora.

A ausência de intenção recursal registrada na sessão e a inexistência de recursos e contrarrazões permitem considerar encerrada a fase recursal. Dessa forma, nos termos do artigo 71, inciso IV, da Lei nº 14.133 de 2021, os autos podem ser encaminhados à autoridade competente para adjudicação do objeto e homologação do resultado.

Após a homologação, a convocação da empresa vencedora para assinatura do contrato encontra amparo no artigo 90 da Lei nº 14.133 de 2021. Antes da formalização, deverão ser confirmadas a manutenção das condições de habilitação e a inexistência de sanções impeditivas, mediante consulta aos cadastros oficiais pertinentes.

Considerando a natureza do objeto e o calendário eleitoral de 2026, a execução contratual também deverá observar o artigo 37, parágrafo primeiro, da Constituição da República e as restrições estabelecidas pelo artigo 73 da Lei nº 9.504 de 1997. Os

conteúdos produzidos não poderão conter nomes, símbolos ou imagens que caracterizem promoção pessoal de autoridades ou agentes públicos. Durante o período eleitoral, cada conteúdo institucional deverá ser previamente submetido ao controle administrativo e jurídico competente, observadas as restrições e exceções reconhecidas pela Justiça Eleitoral.

3. CONCLUSÃO

Diante do exposto, considerando a regularidade da publicidade do certame, opina-se pelo prosseguimento do procedimento, com a adjudicação do objeto à empresa PROFILME MARKETING E ASSESSORIA LTDA., inscrita no CNPJ sob o nº 36.639.634.0001-36, pelo valor mensal de R$ 7.400,00, e pela posterior homologação do certame pela autoridade competente.

Cumpridas essas providências e certificada nos autos a juntada da ata e da gravação integral da sessão em áudio e vídeo, bem como mantidas as condições de habilitação e inexistentes sanções impeditivas, não se identifica óbice jurídico à convocação da empresa vencedora para assinatura do respectivo contrato, nos termos do artigo 90 da Lei nº 14.133 de 2021.

Após a assinatura, deverá ser providenciada a divulgação do contrato no Portal Nacional de Contratações Públicas, como condição de sua eficácia, além da designação formal do gestor e dos fiscais responsáveis pelo acompanhamento da execução.

É o parecer, salvo melhor juízo.

Dores do Turvo/MG, 31 de julho de 2026.

Washington Luiz Sudré Silva Júnior
OAB/MG 213.207
Assessor Jurídico

PREFEITURA MUNICIPAL DE DORES DO TURVO
Endereço: RUA PAULO FERNANDES DE FARIA, 55
CENTRO DORES DO TURVO - MG
C.N.P.J.: 18.138.249/0001-42
Telefone: (32) 3370 1275
E-mail: prefeitura@doresdoturvo.mg.gov.br

PREFEITURA MUNICIPAL DE DORES DO TURVO
Fls. 133

Processo nº 103/2026

Pregão Presencial nº 024/2026

Objeto: Contratação de empresa especializada para prestação de serviços em gestão e operação de canais de comunicação institucional e produção multimídia para o município, compreendendo a implementação, manutenção e operacionalização de um canal próprio de mídia indoor institucional, com veiculação de conteúdos informativos, educativos, promocionais e institucionais, alinhados às políticas públicas e à comunicação oficial do município de Dores do Turvo MG.

Adjudicação

Fornecedor: PROFILME MARKETING E ASSESSORIA LTDA — **Total lotes de item e serviços R$ 37.000,00**

Lote 1 - SERVIÇOS - PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS ESPECIALIZADOS EM GESTÃO E OPERAÇÃO DE CANAIS DE COMUNICAÇÃO INSTITUCIONAL E PRODUÇÃO MULTIMÍDIA PARA O MUNICÍPIO, COMPREENDENDO A IMPLEMENTAÇÃO, MANUTENÇÃO E OPERACIONALIZAÇÃO DE UM CANAL PRÓPRIO DE MÍDIA INDOOR INSTITUCIONAL, COM VEICULAÇÃO DE CONTEÚDOS INFORMATIVOS, EDUCATIVOS, PROMOCIONAIS E INSTITUCIONAIS, ALINHADOS ÀS POLÍTICAS PÚBLICAS E À COMUNICAÇÃO OFICIAL DO MUNICÍPIO. - SERVIÇOS

Número	Código	Nome Prod/Serv	Unidade	Quantidade	Valor	Total	Marca
1	1677	SERVIDOS - PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS ESPECIALIZADOS EM GESTÃO E OPERAÇÃO DE CANAIS DE COMUNICAÇÃO INSTITUCIONAL E PRODUÇÃO MULTIMÍDIA PARA O MUNICÍPIO, COMPREENDENDO A IMPLEMENTAÇÃO, MANUTENÇÃO E OPERACIONALIZAÇÃO DE UM CANAL PRÓPRIO DE MÍDIA INDOOR INSTITUCIONAL, COM VEICULAÇÃO DE CONTEÚDOS INFORMATIVOS, EDUCATIVOS, PROMOCIONAIS E INSTITUCIONAIS, ALINHADOS ÀS POLÍTICAS PÚBLICAS E À COMUNICAÇÃO OFICIAL DO MUNICÍPIO	SR	5,0000	7.400,0000	37.000,00	-

Total Lote: R$ 37.000,00

DORES DO TURVO, 03 de Agosto de 2026.

KALLIL DAHIER MOREIRA CUNHA:08600921600
Assinado de forma digital por KALLIL DAHIER MOREIRA CUNHA:08600921600
Dados: 2026.08.03 12:41:19 -03'00'

KALLIL DAHIER MOREIRA CUNHA
PREFEITO MUNICIPAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE DORES DO TURVO
Endereço: RUA PAULO FERNANDES DE FARIA, 55
CENTRO, DORES DO TURVO - MG
CNPJ: 18.128.249/0001-42
Telefone: (22) 3573-1275
E-mail: pmdt.adj@doresdoturvo.mg.gov.br

PREFEITURA MUNICIPAL DE DORES DO TURVO - MG
Fls: 139

Processo nº 103/2026

Pregão Presencial nº 024/2026

Objeto: Contratação de empresa especializada para prestação de serviços em gestão e operação de canais de comunicação institucional e produção multimídia para o município, compreendendo a implementação, manutenção e operacionalização de um canal próprio de mídia indoor institucional, com veiculação de conteúdos informativos, educativos, promocionais e institucionais, alinhados às políticas públicas e à comunicação oficial do município de Dores do Turvo MG.

Homologação

PROFILME MARKETING E ASSESSORIA LTDA - CNPJ: 36.639.634/0001-36
Valor Total de R$ 37.000,00 (trinta e sete mil reais)

DORES DO TURVO, 03 de Agosto de 2026.

KALLIL DAHIER MOREIRA CUNHA:08600921600
Assinado de forma digital por KALLIL DAHIER MOREIRA CUNHA:08600921600
Dados: 2026.08.03 12:41:45 -03'00'

KALLIL DAHIER MOREIRA CUNHA
PREFEITO MUNICIPAL

MUNICÍPIO DE DORES DO TURVO
ESTADO DE MINAS GERAIS – CEP.: 36.513-000
RUA PAULO FERNANDES DE FARIA, 55- CENTRO-DORES DO TURVO.
licitacao@doresdoturvo.mg.gov.br
CNPJ:18.128.249/0001-42

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE DORES DO TURVO E EMPRESA PROFILME MARKETING E ASSESSORIA LLTDA

CONTRATO Nº 121/2026
Processo nº 103/2026
Pregão Presencial 024/2026

O MUNICÍPIO DE DORES DO TURVO/MG, com sede na Rua Paulo Fernandes de Faria, 55, centro, Estado de Minas Gerais, com CNPJ nº18.128.249/0001-42, neste ato representado por seu Prefeito Municipal, Kallil Dahier Moreira Cunha, brasileiro, solteiro, residente e domiciliado neste Município de Dores do Turvo/MG, que este subscreve, daqui para frente denominado simplesmente **CONTRATANTE** e de outro lado a Empresa PROFILME MARKETING E ASSESSORIA LTDA, inscrita no CNPJ nº 36.639.634/0001-36, sediada na Rua Vereador Joao Cezar Matos, 276. Centro, Guidoval MG. CEP. 36.515-000, neste ato, representado pelo Sr. Venicio Diazaro de Oliveira, brasileiro, empresario, portador RG nº 15503384 e CPF nº 109.970.206-28, que também subscreve, doravante denominada de **CONTRATADA**, têm entre si justo e contratado o que segue:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO DO CONTRATO

1.1 - Constitui objeto deste ajuste, a Contratação de empresa especializada para prestação de serviços em gestão e operação de canais de comunicação institucional e produção multimidia para o município, compreendendo a implementação, manutenção e operacionalização de um canal próprio de mídia indoor institucional, com veiculação de conteúdos informativos, educativos, promocionais e institucionais, alinhados às politicas públicas e à comunicação oficial do município de Dores do Turvo MG.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO VALOR

2.1 - O presente contrato terá seu valor total de R$ 37.000,00 (trinta e sete mil reais) conforme quadro abaixo:

Nº Item	Descrição	UND	Quantidade	Valor Unitario	Valor Total
01	Serviços - prestação de serviços especializados em gestão e operação de canais de comunicação institucional e produção multimídia para o município, compreendendo a implementação, manutenção e operacionalização de um canal próprio de mídia indoor institucional, com veiculação de conteúdos informativos, educativos, promocionais e institucionais, alinhados às politicas públicas e à comunicação oficial do município.	Serviço Mensal	05	7.400,00	37.000,00

CLÁUSULA TERCEIRA – DO FATURAMENTO E PAGAMENTO

3.1. O pagamento será efetuado mensalmente ate o dia 15 (quinze) de cada mês mediante depósito/transferência em conta em conta especifica do CNPJ da empresa.

3.2.Todo pagamento será efetuado após emissão de competente nota fiscal, devidamente preenchida, não podendo conter erros ou rasuras.

CLÁUSULA QUARTA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

4.1 - Os recursos necessários ao atendimento das despesas correrão por conta da Dotação orçamentária do exercício de 2026, sendo: 3.3.90.39.00 2.03.00.04.122.0003.2.0009.

CLÁUSULA QUINTA – DA FISCALIZAÇÃO

5.1 - A Prefeitura Municipal de Dores do Turvo/MG, através de representante fará fiscalização do presente contrato e registrará todas e quaisquer ocorrências que por ventura venham a ocorrer.

CLÁSULA SEXTA– DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS

O serviço inclui, mas não se limita a:

1. Gestão e operacionalização do canal de mídia indoor institucional

* Criação, configuração e manutenção do canal próprio do município;
* Planejamento estratégico de conteúdos institucionais, informativos e educativos;
* Atualização e programação contínua dos conteúdos para veiculação em tempo real,
* Suporte técnico, incluindo manutenção preventiva e corretiva dos equipamentos de transmissão,

Equipamentos de transmissão por conta do contratado exceto aparelhos de TV.

* Integração com outros canais oficiais de comunicação municipal, conforme necessidade.

2. Produção audiovisual institucional

* Criação, produção e edição de vídeos institucionais, publicitários e de divulgação de serviços públicos;
* Captação profissional de fotografias e vídeos em alta resolução.
* Produção de conteúdos aéreos por meio de drones profissionais, garantindo imagens panorâmicas e detalhadas para utilização institucional;
* Cobertura de eventos institucionais, solenidades, ações sociais e mutirões de serviços públicos (conforme agenda municipal – a ser agendado - podendo ser de segunda a sexta feira, sábado, domingos e feriados- período manha, tarde ou noite);

Disponibilização de profissional em loco 2 (duas) dias por semana, com carga horária mínima de 4 (quatro) horas por dia para assessoria em criação de materiais digitais de áudio visual e manutenção nos equipamentos de mídia endoor ;

* Entrega de vídeos, fotos, artes gráficas e infográficos em até 24 horas após solicitação, assegurando agilidade na disponibilização de conteúdos oficiais;
* Edição profissional de vídeos e imagens, incluindo inserção de legendas, logotipos institucionais, trilhas sonoras e infográficos interativos;
* Arquivamento e organização do banco de dados multimídia para fácil acesso e reutilização de conteúdos futuros.

3. Assessoria e suporte técnico em comunicação institucional

* Orientação e consultoria na organização e execução de eventos institucionais, incluindo planejamento de agenda, logística, cronograma de cobertura e estratégias de comunicação;
* Suporte técnico e operacional durante eventos, garantindo qualidade de captação e transmissão de informações,
* Desenvolvimento de materiais complementares, como folders digitais, banners, apresentações e artes gráficas institucionais;
* Treinamento de servidores municipais na utilização de equipamentos e softwares de comunicação e produção audiovisual;
* Consultoria contínua para atualização de processos e soluções tecnológicas aplicadas à comunicação institucional.

4. Integração tecnológica e inovação

* Implementação de soluções de Tecnologia da Informação voltadas à comunicação institucional, incluindo softwares de edição, transmissão, armazenamento em nuvem e distribuição de conteúdos multimídia;
* Garantia de compatibilidade com múltiplos formatos e plataformas, assegurando ampla difusão das informações;
* Proposição de inovações e melhorias contínuas no canal de mídia, visando modernização e eficiência da comunicação municipal;
* Acompanhamento de tendências e melhores práticas em comunicação institucional, tecnologia de mídia indoor e produção audiovisual.

O objeto contempla a prestação de serviços de forma integral e contínua, garantindo que a comunicação do município seja eficiente, moderna, acessível e estratégica, promovendo a transparência, valorização das políticas públicas e engajamento da população.

O serviço que eventualmente apresentar indícios de adulteração sujeitará a empresa responsável a responder por sanções administrativas, civeis e criminais previstas na Lei Federal nº 14133/2021, com suas posteriores alterações;

Serão requeridos 3 (três) dias úteis para conferência/assinatura da nota fiscal.

Despesas com materiais e equipamentos para a prestação de serviços, transporte, alimentação, hospedagens e impostos por conta da contratada.

CLÁUSULA SÉTIMA – DAS RESPONSABILIDADES

7.1 - A CONTRATANTE obriga-se a efetuar o pagamento estipulado neste instrumento de contrato pelos serviços que forem executados corretamente pela CONTRATADA.

7.2 - A CONTRATADA obriga-se a prestar os serviços, objeto deste instrumento, em favor da CONTRATANTE, de acordo com as condições previstas neste contrato

CLÁUSULA OITAVA – DA ALTERAÇÃO E PRORROGAÇÃO CONTRATUAL

8.1 - Este contrato de prestação de serviços poderá ser alterado, com as devidas justificativas, de acordo com o que dispõe o art. 74 inciso II da Lei Federal nº 14.133/21.

8.2 - A CONTRATADA, ficará obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos e supressões que se fizerem necessárias até 25% (vinte e cinco por cento) do valor estimado do contrato.

CLÁUSULA NONA – PENALIDADES

9.1 - Pela inexecução total ou parcial da obrigação assumida, o Município, poderá, garantida a prévia defesa, aplicar ao contratado as seguintes sanções, isolada ou cumulativamente:

I - Advertência por escrito,
II- Multa diária no valor de 0,5% (meio por cento) do valor do total estimado contratado, pelafalta de fornecimento:

III - Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Prefeitura Municipal de Dores do Turvo/MG, por prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos;

IV - Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Publica, enquanto perdurarem os motivos da punição.

9.2. As sanções previstas nos incisos do item anterior poderão ser aplicadas juntamente com a multa, nos termos do artigo 156, inc. II da Lei 14.133/2021.

9.3. As penalidades previstas neste certame poderão deixar de ser aplicadas, total ou parcialmente, a critério do Prefeito Municipal, se entender a justificativa apresentada pela CONTRATADA como relevante.

CLAUSULA DECIMA – DA RESCISÃO

10.1 A inexecução total ou parcial deste Contrato, além de ocasionar a aplicação das penalidades anteriormente enunciadas, poderá ensejar, também, a sua rescisão, de acordo com a Lei nº 14.133/2021.

10.2. Se a rescisão da avença se der por qualquer das causas previstas nos incisos I a XII, do art. 155 da Lei nº 14.133/2021, a CONTRATADA sujeitar-se-á, ainda, ao pagamento de multa equivalente a 30% (trinta por cento) do valor do Contrato.

143

CLAÚSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA VIGÊNCIA CONTRATUAL

11.1 - O presente contrato terá vigência até dia 31 (trinta e um) de dezembro de 2026, com início a partirda data de sua assinatura.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

12.1 - Aplicam-se ao presente Contrato normas da Lei Federal nº 14133/21.

CLÁSUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DO REEQUILÍBRIO ECONÔMICO E FINANCEIRO E REAJUSTE

13.1 –O presente contrato não será reajustado durante o decorrer de sua vigência

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DO FORO

14.1 - Elegem as partes contratantes o foro da comarca de Senador Firmino/MG, para dirimir todas e quaisquer controvérsias oriundas deste Contrato, renunciando expressamente a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por assim estarem justas e contratadas, as partes, por seus representantes legais, assinam o presente instrumento em 02 (duas) vias, de igual teor e forma, para um só e jurídico efeito, perante as testemunhas abaixo assinadas.

Dores do Turvo/MG, 03 de agosto de 2026.

KALLIL DAHIER MOREIRA CUNHA:08600921600

Assinado de forma digital por KALLIL DAHIER MOREIRA CUNHA:08600921600

Município Dores do Turvo
Kallil Dahier Moreira Cunha – Prefeito Municipal

gov.br Documento assinado digitalmente
VENICIO DLAZARO DE OLIVEIRA
Data: 04/08/2026 10:00:12-0300
Verifique em https://validar.iti.gov.br

PROFILME MARKETING E ASSESSORIA LTDA – Contratada
Venicio Dlazaro de Oliveira- Representante

Testemunhas:

Nome:_____CPF: _____

Nome:_____CPF: _____